

VALTER SCHNEIDER

**COMUNITARIZAÇÃO DO GRUPAMENTO RURAL NO
CONTEXTO DO TERRITÓRIO DE “TRÊS BARRAS” DE
CAMPO GRANDE-MS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2010**

VALTER SCHNEIDER

**COMUNITARIZAÇÃO DO GRUPAMENTO RURAL NO
CONTEXTO DO TERRITÓRIO DE “TRÊS BARRAS” DE
CAMPO GRANDE-MS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob orientação do Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2010**

Ficha catalográfica

Schneider, Valter
S359c Comunitarização do grupamento rural no contexto do território de
“Três Barras” de Campo Grande-MS / Valter Schneider; orientação,
Vicente Fideles de Ávila. 2010
117 f. + anexos

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

1. Desenvolvimento local 2. Associativismo 3. Cooperativas
4. Comunidade - Organização. I. Ávila, Vicente Fideles de II. Título

CDD - 334

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Comunitarização do grupamento rural no contexto do território de “Três Barras” de Campo Grande-MS.

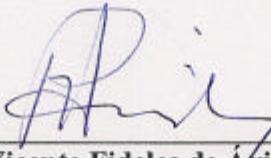
Área de Concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local em dimensões sociocomunitárias com atenção em comunidades tradicionais.

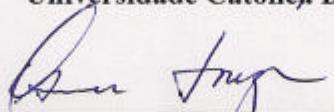
Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa do Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 29 / 07 / 2010

BANCA EXAMINADORA



Prof Dr Vicente Fideles de Ávila - orientador
Universidade Católica Dom Bosco



Prof Dr Osmar Ramão Galeano de Souza
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Profª Drª Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco



Prof Dr Josemar de Campos Maciel
Universidade Católica Dom Bosco

À esposa Mercedes, pelo amor, dedicação, amizade e companheirismo nestes 34 anos de vida a dois.

Aos nossos filhos, Luciano, Larissa e Luiza junto com a nora Beatriz e genro Alessandro, pelo apoio e ajuda recebida para realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Vicente Fideles de Ávila, professor orientador e demais professores que compõem o Corpo Docente do Mestrado de Desenvolvimento Local da UCDB, pelo empenho em “polir a pedra bruta”, responsáveis pela grande transformação de tão almejado intento, o de ter desconstruído o produtor rural e reconstruído o Mestre-Pesquisador de Desenvolvimento Local.

À todos ex colegas e amigos produtores rurais do Território Rurbano de Três Barras, nas pessoas de João Duarte, Virgilio Rabakov e Aurelino de Oliveira.

Aos colegas de turma, pela oportunidade de convivência e intercâmbio de idéias e que muito contribuíram para o alcance do objetivo.

RESUMO

A comunidade escolhida para realização do trabalho é o grupamento rural do território de Três Barras da área rurbana de Campo Grande - MS. O objetivo focou as principais razões que tem dificultado a citada comunidade a tomar e autogerir iniciativas de efetiva comunitarização, visando seu Desenvolvimento Local de caráter endógeno-emancipatório. O tipo de pesquisa foi a qualitativa descritiva e, classificada com base nos procedimentos técnicos, como estudo de campo. O trabalho adotou duas formas de abordagens: a primeira pautada por roteiro base, diretamente dialogal com quatro personagens importantes da comunidade, a segunda, com base em entrevistas conduzidas por questionário com questões fechadas, e outras, de natureza qualitativa, mais abertas para ensejar respostas livres. O referencial teórico foi abrangente e envolveu aspectos históricos do Desenvolvimento Local desde a visão européia, latinoamericana, brasileira e, em destaque, a do Mestrado/UCDB. Abordou variáveis indiretas ligadas ao tema, mas o foco principal foi a cultura de hábitos associativos, cooperativos e de empreendedorismo comunitário. Os resultados obtidos demonstraram fenômenos-eixo divergentes que acarretam uma situação de crise, estagnação e apatia da Associação de Moradores e Produtores. Detectou-se a pretensão de alguns associados em criar uma nova entidade, com finalidade mais específica, congregando somente produtores rurais, para incentivá-los abraçar um grande objetivo a ser escolhido pelos associados. Esta futura associação propõe o envolvimento de novos dirigentes e novas atitudes em projetos com apoio de iniciativas associativistas/cooperativistas, buscando integração com moradores e parceria com a Escola Agrícola local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Comunitarização. Associativismo. Cooperação.

ABSTRACT

The community chosen to make this paperwork is the rural grouping Três Barras, in the rural area of Campo Grande-MS. The objective of this work focused on the main reasons which have been making it difficult for the mentioned community to take action and to self-manage initiatives of effective *comunitarização*, aiming its Local Development with endogenous-emancipator features. The type of research applied was the qualifier-descriptive, and it was classified, according to technical procedures, as field work. It was employed two type of approaches: the first one was composed by a support guide, with direct dialogues involving four main characters which belong to the community, the second one, based on interviews conducted by questionnaires with objective questions and other questions qualifier based, with indirect character, to create opportunity for free responses. The theoretical reference was comprehensive and involved historical aspect of Local Development from the European view, Latin American and Brazilian and, with highlight, the perspective from Masters/UCDB. It was discussed indirect variants related to the main theme; however, the focus was the culture based on associative, cooperative habits and community-enterprising. The results obtained showed divergent phenomenon which bring crises situation, stagnation and apathy for the local dweller and producers. It was detected the aspiration from some associates to create a new entity, with more specific goals, gathering only rural producer, in order to encourage them to unite for a great goal to be chosen by the associate people. This future association proposes the involvement of new leaders and new attitudes in projects with support from associative/cooperative initiatives, looking for integration with dwellers and partnership with the local rural school.

Key words : Local Development. Comunitarização. Association Activism. Cooperation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE ASPECTOS INERENTES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO EMANCIPATÓRIO	16
1.1 SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO EMANCIPATÓRIO	11
1.1.1 Visão européia do DL.....	19
1.1.2 Visão latinoamericana	23
1.1.3 Visão brasileira	28
1.1.4 Visão de mestrado/UCDB	32
1.2 TERRITORIALIZAÇÃO: SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÃO COM O DL	36
1.3 O RURAL E O URBANO - RURBANO.....	38
1.4 SENTIMENTO DE PERTENÇA.....	40
1.5 IDENTIDADE LOCAL.....	41
1.6 COMUNITARIZAÇÃO: SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÃO COM O DL	43
1.6.1 Significação de comunitarização	48
1.6.2 Fenômenos de comunitarização, descomunitarização e recomunitarização.....	51
1.7 ASSISTÊNCIA, ASSISTENCIALISMO COMUNITÁRIO-LOCAL E RELAÇÃO DL	52
1.8 CULTURA, HÁBITOS ASSOCIATIVOS E RELAÇÃO COM O DL.....	53
1.9 CULTURA, HÁBITOS COOPERATIVOS E RELAÇÃO COM O DL	55
1.10 CULTURA, HÁBITOS DE EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO E RELAÇÃO COM O DL.....	58
1.11 EDUCAÇÃO EMANCIPADORA.....	59
1.12 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	62
CAPÍTULO 2 - ASPECTOS E ABORDAGENS REFERENTE À PESQUISA DE CAMPO NO TERRITÓRIO DE “TRÊS BARRAS”	66

2.1 CONTEXTO TERRITORIAL EM QUE FORAM CONSTITUÍDAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	66
2.2 MATERIALIDADES DO TERRITÓRIO DE TRÊS BARRAS	69
2.2.1 Localização.....	69
2.2.2 Potencialidades naturais	71
2.2.3 Potencialidades construídas	71
2.3 TERRITORIALIZAÇÃO DE TRÊS BARRAS NA CONSCIÊNCIA DE SEUS MORADORES	72
2.3.1 Abordagens por Conversação Dialogal	74
2.4 ABORDAGENS POR QUESTIONÁRIO: QUESTÕES E RESPOSTAS	78
2.4.1 Questões 1 e 2.....	79
2.4.2 Questão 3	80
2.4.3 Questão 4	80
2.4.4 Questão 5	80
2.4.5 Questão 6	81
2.4.6 Questão 7	81
2.4.7 Questão 8	81
2.4.8 Questão 9	82
2.4.9 Questão 10	82
2.4.10 Questão 11	83
2.4.11 Questão 12	83
2.4.12 Questão 13	83
2.4.13 Questão 14	84
2.4.14 Questão 15	84
2.4.15 Questão 16	85
2.4.16 Questão 17	86
2.4.17 Questão 18	86
2.4.18 Questão 19	87
2.4.19 Questão 20	87
2.5 OUTRAS CRÍTICAS E SUGESTÕES	88
2.5.1 Críticas.....	88
2.5.2 Sugestões.....	89

CAPÍTULO 3 - TERRITÓRIO RURAL DE TRÊS BARRAS E PERSPECTIVAS DE DL.....	91
3.1 VARIÁVEIS DIVERSAS RELACIONADAS AO OBJETIVO	91
3.1.1 Em termos de cultura associativa	95
3.1.2 Em termos de performances cooperativas	96
3.1.3 Em termos de performances empreendedoras	98
3.2 MUDANÇAS EM NOVA CONJUNTURA	100
3.2.1 Mudanças em relação à sustentabilidade	101
3.3.2 Mudanças em relação à territorialidade/identidade	103
CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS.....	114

INTRODUÇÃO

Os seres humanos são fortemente influenciados, na sua maneira de pensar e agir, pelo ambiente que os cerca em seu território de vida. Os hábitos, usos e costumes construídos no território vivido, sugestionam os demais quanto à forma de identificar problemas, como enfrentá-los e a maneira peculiar de resolvê-los. Enfim, tudo isso faz parte da cultura de um território. O Brasil, por ser um país relativamente jovem e ter dimensões continentais experimentou nas décadas de sessenta a noventa, uma forte migração, principalmente de agricultores estabelecidos em regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, para outras menos adiantadas, como o Centro Oeste, Norte e Nordeste do território nacional. Este movimento ensejou a abertura de novas fronteiras agrícolas, criação de novos núcleos ou ajuntamentos de pessoas em forma de comunidades, vilas, cidades e até novos Estados foram criados, como é o caso de Mato Grosso do Sul e Tocantins.

Este pesquisador e sua família fizeram parte da citada migração. Oriundo de Concórdia, Estado de Santa Catarina, veio para o Oeste do Paraná em 1958, cidade de Marechal Cândido Rondon e, mais tarde, no ano de 1983 transferiu-se para a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, para finalmente parar em Campo Grande no ano de 1993. Assim, viveu muito tempo no Paraná em região colonizada por descendentes europeus, principalmente alemães e italianos, cujas comunidades rurais por mais simples que fossem, eram dotadas de igreja para professar sua fé cristã, escola para alfabetizar seus filhos e clube de lazer envolvendo atividades diversas, como: bailes e festas, time de futebol, vôlei, tênis de mesa, bolão e outras. Eram entidades sociais bem constituídas, bem organizadas e administradas pelos próprios sócios.

Portanto, o associativismo faz parte da cultura daquele território e criar uma cooperativa de fomento agropecuário foi consequência e tarefa simples para eles, considerando a mentalidade dos envolvidos. Constatou que situação semelhante não acontece aqui no Estado de Mato Grosso do Sul. Tanto em Fátima do Sul, onde morou por 10 anos,

como também aqui em Campo Grande onde mora e foi produtor rural por longo tempo na Comunidade Rural de Três Barras, não vigora a cultura do associativismo e as comunidades vivem com grande dificuldade por não utilizarem este instrumento de organização social voltada ao apoio da produção e comercialização agropecuária. Esta divergência de comportamentos e atitudes ligadas ao tema no território catarinense ou paranaense, em relação ao sulmatogrossense merece uma análise detalhada da cultura que orienta a forma de ser e agir das pessoas. Estas questões inquietam e animam o pesquisador e ao ingressar no Mestrado de Desenvolvimento Local, participou das aulas da Disciplina optativa: Desenvolvimento Local, Comunidade e Comunitarização; destes encontros, surgiu a inspiração definitiva para abraçar o presente tema para Dissertação e o convite, imediatamente aceito pelo Professor Dr. Vicente Fideles de Ávila, em orientá-lo.

O conteúdo dessa pesquisa representa um desafio que diante do vivo interesse passará a empreendê-la para buscar entender como esta comunidade de pequenos proprietários rurais do território de Três Barras não consegue se unir em torno de objetivos comuns e organizar-se com base no associativismo para resolver seus problemas mais prementes. Sua experiência o qualifica a realizá-la, mas envolve o cuidado de não remetê-lo a prática de sentimentalismos e pré julgamentos porque conheceu com profundidade a comunidade escolhida, com ela se relacionou e conviveu por 16 anos. Também lhe interessa muito saber as causas desta falta de ação e até apatia da comunidade rural de Três Barras, que reluta em buscar rumos mais progressistas para sua gente.

No início desse milênio, Oliveira (2002) pesquisou o território de Três Barras. Nesta pesquisa, identificou potencialidades de crescimento, dentre as quais se destacam: o fortalecimento da instituição associativista, a criação de um Lacticínio Escola e a industrialização da produção local através da agroindústria rural de pequeno porte. Traçou uma perspectiva otimista para a comunidade e elencou atividades importantes, principalmente na dinâmica do associativismo pela ação da Associação dos Produtores para concretizar projetos que iriam beneficiar todos os agentes envolvidos, em autêntica iniciativa de Desenvolvimento Local Endógeno e que condizia com a situação e o contexto espaço temporal vivido por aquela comunidade na época.

Para melhor entendimento dos fatos, importa relatar que, naquela mesma época, este pesquisador era um proprietário rural na região das Três Barras e desenvolvia em seu sítio atividades de agricultura, leiteria e suinocultura. Era sócio atuante da Associação de Produtores, ouviu então do Presidente da entidade que um acadêmico estava elaborando um trabalho na comunidade, mas não teve a oportunidade de conhecê-lo, pois não constou no rol

dos entrevistados e, portanto, naquele tempo, nada soube do resultado deste trabalho acadêmico. Tomou conhecimento do mesmo somente no ano de 2008 quando também ingressou como mestrando de Desenvolvimento Local na UCDB.

Assim, voltando-se à época, este pesquisador confirma a veracidade dos fatos apontados naquela pesquisa, como igualmente ratifica o momento vivido pela comunidade rural de Três Barras, pois lá estava muito viva a possibilidade de desenvolvimento local através da prática do associativismo, na união dos produtores em conseguir realizar os projetos previstos, mormente o do Laticínio Escola, cuja viabilidade era favorecida pelo aproveitamento já existente de parte da estrutura da Escola Agrícola e pela possibilidade de alavancar a pequena bacia leiteira da região. Geraria benefícios importantes para o capital social envolvido, considerando inclusive a oportunidade que seria oferecida aos jovens alunos para tornarem-se técnicos em laticínios, profissão valorizada no mercado de trabalho. No entanto, para frustração geral, nenhum destes projetos saiu do papel até hoje, passados oito anos, nada efetivamente se realizou.

Frente à decepção e somadas a outras razões pessoais de insatisfação, desativou as atividades na propriedade rural no ano de 2006, vendendo-a em 2007. Mudou de profissão, optou por dedicar-se ao magistério e ingressou no mestrado em 2008. Portanto, a escolha do tema do presente trabalho: “Comunitarização do Grupamento Rural de Três Barras, Campo Grande - MS” é coerente com sua trajetória de vida, a qual em grande parte dedicou a árdua e difícil lida na sua pequena propriedade rural na região das Três Barras.

Conforme citado, por ser oriundo da região do Oeste do Estado do Paraná, onde a implantação do associativismo obteve grande sucesso nos anos setenta a oitenta, presenciou pessoalmente neste período a sua viabilidade, quando foram fundadas por lá várias cooperativas rurais regionais que cresceram e hoje, administradas pelos filhos dos seus fundadores, comandam toda cadeia produtiva desde a produção até a industrialização dos principais produtos agrícolas, produção de leite e criação de pequenos animais (suinocultura e avicultura), disputando mercado com empresas multinacionais na área do agronegócio tanto no mercado nacional como nas exportações.

Assim, convencido de que o modelo associativista/cooperativista é a grande solução para os pequenos produtores rurais, ao tornar-se um deles, tentou, mas sem alcançar êxito, junto com outros colegas da região de Três Barras também implantá-lo por aqui, enquanto produtor rural. Quando decidiu mudar de rumo sua vida e tornar-se mestrando em Desenvolvimento Local, admite que sentiu enorme dificuldade ao ingressar no mestrado, em se situar nesta nova experiência não mais como produtor e sim como pesquisador. Contou

com a ajuda dos professores e colegas para “desconstruir o produtor rural e construir-se como pesquisador” a respeito do seguinte problema e objetivo, que ao mesmo tempo o empolga e desafia:

- Problema: por que uma população rural de um território como Três Barras, no Município de Campo Grande-MS, encontra dificuldade para se comunitarizar (se mobilizar, associar, cooperar) no sentido de assumir e implementar seu próprio desenvolvimento comunitário-local?

- Objetivo: estudar as principais razões que tem dificultado o povoado de Três Barras, da área rural de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, a tomar e autogerir iniciativas de efetiva comunitarização (formação de cultura, hábitos associativos, cooperativos e empreendedores) para o seu próprio Desenvolvimento Local - de natureza genuinamente endógena emancipatória - apesar de significativos investimentos a ele destinados pelo poder público desde a sua fundação.

Considerada uma comunidade conhecida, pois existe há mais de 50 anos o povoado Três Barras, tem sua estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades rurais. Configura-se como local servido de estrutura e ideal para se viver de forma tranquila e desfrutar excelente qualidade de vida. No entanto, e paradoxalmente, analisando aspectos econômicos e sociais, sua população vive uma situação não condizente com o potencial que lá existe e longe do que eles mesmos se almejam. Esta insatisfação deveria despertá-los para procurar juntos novos caminhos e novas soluções para os seus velhos problemas, mas tal não ocorre e neste sentido nada de novo acontece. E o que se pretendeu como objetivo desta pesquisa foi exatamente procurar descobrir e analisar as razões dessa inércia e ausência de ações que promovam seu desenvolvimento comunitário. Elas precisam ser detectadas e estudadas de forma detalhada e meticulosa para saber as principais razões que tem dificultado o território de Três Barras a tomar e autogerir iniciativas de efetiva comunitarização (formação de cultura, hábitos associativos, cooperativos e empreendedores).

Em termos de características tipológicas gerais, esta pesquisa é de natureza qualitativo-descritiva, como ensina Gil (2002, p. 42):

As pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma das características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e a observação sistemática. [...] São incluídas neste grupo as pesquisas que tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes, e crenças de uma população [...].

Também se refere a estudo de campo, visto que, de acordo com o mesmo autor (2002, p. 53), “[...] o estudo de campo focaliza uma comunidade. [...] Basicamente a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo [...]”.

Ademais, é fundamental à veracidade da investigação que se obtenham dados com elevado grau de confiabilidade para que a pesquisa de campo forneça subsídios para entender, sem equívocos, a realidade comunitária do grupamento rural do território de “Três Barras”. Para tanto, a preocupação principal foi com a qualidade das entrevistas e não com a quantidade de entrevistados. Assim, este pesquisador por ter sido participante da Associação dos Produtores desde a sua fundação, conhece muito bem seus habitantes e fez todas as entrevistas pessoalmente. Tal afinidade com a comunidade objeto da pesquisa somada à atitude de observador participante é igualmente referida por Gil (2002, p. 53):

No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter sido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado.

Opinião semelhante é ratificada por Severino (2002, p. 145) valoriza a convivência ou envolvimento do pesquisador com a comunidade pesquisada:

Trabalho pessoal no sentido em que ‘qualquer pesquisa, em qualquer nível, exige do pesquisador um envolvimento tal que seu objetivo de investigação passa a fazer parte da sua vida’, a temática deve ser realmente uma problemática vivenciada pelo pesquisador, ela deve lhe dizer respeito. Não, obviamente, num nível puramente sentimental, mas no nível da avaliação da relevância e da significação dos problemas abordados para o próprio pesquisador, em vista de sua relação com o universo que o envolve (aspas do texto original).

Em relação aos principais aspectos abrangidos pelo objetivo da investigação (como se confere no Capítulo 3), houve três tipos de abordagens com os habitantes pesquisados do território de “Três Barras”: o primeiro, pela experiência pessoal do pesquisador, que é material heurístico - ou seja, gerador de informações, perspectivas e critérios para o trabalho; o segundo, de cunho pautado por roteiro-base, mas em clima diretamente dialogal com quatro personagens de destaque no âmbito de toda a comunidade; o terceiro, com base em entrevistas conduzidas por questionário com 20 questões, as cadastrais

de cunho bem objetivo (questões fechadas) e N outras de natureza mais qualitativa, portanto abertas e destinadas a respostas livres.

Por outra (com a devida descrição e respaldo na condição de ex-proprietário e produtor rural), ao conduzir pessoalmente as acima mencionadas abordagens, dialogais e por entrevista roteirizadas (20 questões), o pesquisador aproveitou o máximo que pôde tanto da experiência vivenciada no território e com essa comunidade quanto da intuição, paciência e perspicácia para que os entrevistados ficassem bem à vontade e expressassem suas opiniões (às questões abertas) com ampla liberdade. Todo esforço foi envidado para saber por que uma população do tipo das Três Barras encontra dificuldade de se comunitarizar (se mobilizar, associar, cooperar) no sentido de assumir e implementar seu próprio desenvolvimento comunitário.

Na medida do possível intentou-se, pelo Capítulo 1, que a revisão teórica (a respeito das principais variáveis temáticas abrangidas pelo objetivo da pesquisa) implicasse diálogo com os autores a partir dos quais essas variáveis foram analisadas.

No Capítulo 2 estão englobadas as abordagens de campo, de acordo com os procedimentos acima sucintamente mencionados, porque mais detalhados no decorrer do próprio Capítulo.

O Capítulo 3 se destinou à análise de cotejamento entre as resultâncias apuradas ao longo do trabalho de campo (Capítulo 2) e os principais referenciais teóricos tratados no Capítulo 1, em consonância com as variáveis abrangidas e almejadas pelo objetivo, explicitado na Introdução.

CAPÍTULO 1

DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE ASPECTOS INERENTES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO-EMANCIPATÓRIO

O trabalho implicou pesquisa teórica procurando dialogar com os autores sem perder de vista o objetivo a ser alcançado. A primeira parte mereceu destaque: destinada ao entendimento desta nova versão para o desenvolvimento, chamada Desenvolvimento Local, iniciado na Europa quando a situação do pós-guerra exigiu maior capacidade de organização social voltada à produção. Contribuiu enormemente à elaboração desse conteúdo a realização do Seminário Integrador, nos 15 encontros das terças feiras (2008), com a presença de professores, mestrandos e palestrantes convidados para aprofundamento de dimensões temáticas. Dado a sua importância e para melhor conhecimento do tema desde a sua origem, estendeu-se o assunto e se buscou estudar vários autores com suas novas idéias, que inspiraram estudiosos da América Latina, com destaque para o Brasil, em também estudar uma forma mais humana e democrática de promover desenvolvimento.

Este foi o motivo que ensejou amplo e detalhado estudo sobre o citado tema Desenvolvimento Local Endógeno Emancipatório. Para adotá-lo na prática com a finalidade de alavancar comunidades rurais, como no caso desse trabalho, é necessário estudá-lo e entendê-lo em toda sua complexidade porque fundamentalmente envolve pessoas, com suas características diversas na maneira de pensar e agir. Assim, para se alcançar o objetivo foi necessário realizar uma meticulosa pesquisa de campo para confrontar com esse cabedal teórico, elaborada por este pesquisador, que utilizou sua experiência de produtor no campo para se inteirar da essência do pensamento dos produtores rurais das Três Barras, quanto as suas dificuldades em empreender o associativismo nas suas ações.

1.1 SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO EMANCIPATÓRIO

Quando abordamos o tema desenvolvimento e avaliamos o significado etimológico da palavra que segundo Cunha (1994) provém do verbo desenvolver, formado pela junção de três outros vocábulos: des [do prefixo latino dis-, expressando “[...] coisa (ou ação) contrária àquela que é expressa pelo termo primitivo [...]”] + em [significando em grego “[...] posição interior, movimento para dentro [...]”] + volver (virar, voltar, dirigir). Ajuntando em + volver forma-se o termo primitivo envolver com o sentido de virar, voltar, dirigir para dentro ou, segundo Borba (1991), enrolar, embrulhar, cingir. Ora, se adicionarmos des a envolver, da mesma forma que des + cobrir significa etimologicamente tirar o que cobre.

No Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, desenvolver significa (1986, p. 561):

1. Fazer crescer ou medrar. 2. Fazer que progrida, aumente, melhore, se adiante. 3. Fazer uso de, pôr em prática, originar, gerar, produzir. 4. Expor extensamente ou com minúcia. 5. Tirar o acanhamento, a timidez. 6. Tirar do invólucro, desenrolar. 7. Tornar-se maior ou mais forte, crescer. 8. Estender-se, prolongar-se. 9. Aumentar, progredir. 10. Progredir intelectualmente, adiantar-se, instruir-se. 11. Ter desenvolvimento.

Assim, depreendemos tratar-se de palavra com significado amplo, algo que confere um sentido dinâmico, composto de várias etapas, de conotação sistêmica. Por longo tempo, os economistas, administradores e outros profissionais da área ligavam o tema desenvolvimento somente à face econômica, entendendo que o desenvolvimento econômico contemplava todos os demais aspectos ligados à qualidade de vida das populações envolvidas no processo. Confundia-se desenvolvimento com crescimento econômico tratando-o como prioridade absoluta em detrimento de aspectos políticos, sociais e ambientais.

A história da humanidade relata: este pensamento “capenga” ensejou aos povos, mormente dos países mais evoluídos, buscarem de todas as formas crescimento material para suas populações gerando conflitos internos e externos através da nefasta concentração de renda da burguesia em detrimento do proletariado, ou seja, uma minoria privilegiada explorando a grande maioria da classe trabalhadora, que ficava a margem das riquezas geradas. Esta concentração de renda, principalmente após a Revolução Industrial iniciada na segunda metade do século XVIII na Inglaterra, logo se espalhou pela Europa e também para os Estados Unidos da América, dando origem a fortes grupos econômicos que passaram a monopolizar ramos de negócios vitais, tornando-se potentes empresas multinacionais de

elevado poder econômico, de forma a influenciar governos para colaborarem com seus interesses puramente capitalistas.

Tal corrida por riqueza e poder deu causa a duas grandes guerras mundiais e só após muito sofrimento de toda a humanidade, foi possível reconstruir uma nova ordem universal baseada em valores mais justos e fraternos para possibilitar a paz entre os homens. Felizmente o mundo evoluiu sob a influência de filósofos, pensadores, escritores, poetas e estadistas que com suas idéias e ações tornaram-no mais humano. Retornando ao tema desenvolvimento, nova ordem se instalou após a Segunda Grande Guerra, quando valores como fraternidade, cooperação, solidariedade e amor ao próximo tornaram-se a inspiração para reconstruir países arrasados pelos combates, notadamente nos casos da Alemanha e Japão. Lições tão amargas levaram a humanidade a refletir sobre seu futuro, gerando clima propício a repensar e realizar mudanças profundas de ideologias dedicadas aos valores fundamentais da vida, pois a ninguém mais interessava sequer ouvir falar da possibilidade de outra guerra. Estava assim criada uma nova perspectiva, muito mais promissora, para algo fundamental ausente até então: a preocupação de humanizar o desenvolvimento.

De outro lado, analisando a situação econômica e social dos países do pós guerra, era premente a necessidade de iniciativas de reconstrução dos organismos econômicos para equilíbrio dos graves problemas sociais de desemprego, epidemias de doenças contagiosas, e outras tantas mazelas deixadas pelo conflito. A palavra de ordem era promover desenvolvimento, no entanto com bases mais sólidas, e, sobretudo, levando em consideração o aspecto humano, pois em última análise, ele, o homem, deve ser o grande beneficiário do processo, visando a satisfação das suas amplas necessidades.

Com base nessa premissa, surge o desenvolvimento bical, inicialmente na Europa onde os países sofriam grande concorrência internacional e sentiam a necessidade de protegerem-se através do movimento integrado de formação do Bloco Econômico denominado União Européia. Também na América Latina os fundamentos deste novo perfil de desenvolvimento foram bem aceitos e aprofundados por estudiosos do tema. No Brasil, essa preocupação conjurou reflexões por parte do mundo acadêmico na Universidade Católica Dom Bosco, instituição que abriga este pesquisador como mestrando, de Campo Grande no Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 1998, quando se deu início ao programa de Mestrado em Desenvolvimento Local

1.1.1 Visão europeia do DL

Este movimento atingiu mais a Europa nos anos 80 diante de uma situação de imprevistos pelo mundo em rede (sistema) e dos conflitos/crise do modelo capitalista industrial/financeiro, quando nem mais os grandes organismos internacionais buscavam soluções sustentáveis à humanidade. Percebeu-se que elas só poderiam ser alcançadas nos territórios de vida e pelo protagonismo dos atores locais. Informações importantes do tema em pauta foram conseguidas nos debates realizados nas reuniões do (já citado na introdução do Capítulo 1) Seminário Integrador.

As condições macroeconômicas e sociais vigentes na Europa diferem muito das nossas, fundamentalmente quando abordamos questão comunitária de pequenas propriedades rurais como é o caso objeto do presente trabalho, todavia, é sempre interessante sabermos do pensamento que vigora por lá referente ao assunto. Pecqueur (2000), refere-se a um período de crise deflagrada no início dos anos 1970 que gerou profundas alterações das estruturas de produção na França e no mundo. Cita, na introdução do livro a mundialização como fenômeno mais importante dessas mutações:

Uma economia-mundo mantém relações específicas com os territórios em que está implantada. A globalização que assistimos se desenvolver enfraquece as possibilidades de desenvolvimento de “níchos” para as PME e fragiliza os mercados protegidos ou cativos, observa-se assim uma divergência entre as trajetórias dos grupos que estão na economia-mundo e as trajetórias dos territórios. Estes últimos devem desenvolver estratégias novas de adaptação ao global por meio de uma oferta específica capaz de enraizar, o melhor possível, as empresas: em outras palavras, os territórios estão em concorrência para tentar frear a tendência ao nomadismo das firmas na economia-mundo (PECQUEUR, 2005, p. 5).

Quando se referiu ao contexto social onde ocorre esta evolução cita a figura moderna da metrópole como referência para formação de redes, instituições e organizações, favorável a implantação e à criação de empresa: fala-se assim de atividade urbana sendo que os processos de desenvolvimento local tem cada vez mais a cidade como contexto. Aqui aprendemos a lição de que o produtor rural não pode e não deve ficar divorciado do mercado consumidor, que os grandes mercados encontram-se nas metrópoles, onde a enorme concentração de pessoas gera consumo em escala, fato este que favorece o produtor da região das Três Barras, objeto da nossa pesquisa, pois sua localização está bem próxima a cidade de Campo Grande, capital do Estado de MS, com população estimada em julho de 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 755.107 habitantes, portanto um excelente mercado consumidor a sua disposição.

Assim, embora Pacqueur (2000) contenha importantes contribuições ao tema, ele se aprofunda mais nas relações cruzadas entre o local e o global dentro das características do seu país, a França, cuja etapa de desenvolvimento encontra-se “anos luz” a nossa frente, principalmente quando se compara com aspectos das pequenas propriedades rurais, foco do nosso trabalho. Para refletir, o citado autor francês fala da especificidade do DL:

[...] o desenvolvimento local não é substituível nem universalizável, portanto não satisfaz os amadores do modelo “chave na mão”. Ele é de fato, mais um método de análise do que um quadro normativo de respostas à crise. Permite detectar um conjunto de práticas diversas, às vezes contraditórias, valorizando a intimidade do compartilhamento entre os mecanismos econômicos e a sociocultura do meio. Mas o desenvolvimento local é sempre uma realidade promissora, na medida em que produz resultados bem sucedidos de grande significado nas condições corretamente vividas (PACQUEUR, 2000, p. 7).

Destaca-se na obra de Pecqueur (2000, p. 9), dentro do contexto do tema, ênfase do território ao mencionar ainda na introdução: “O território é, nesse sentido, mais que uma rede, é a constituição de um espaço abstrato de cooperação entre diversos atores com um enraizamento geográfico para engendrar recursos particulares e soluções inéditas”.

Mantendo sintonia com o pensamento francês, Barquero (1999) refere-se a dois cenários ocorridos no seu país, a Espanha, o de 1979, que se caracterizava por um processo de reprodução coletiva e ao da época, 1999, cujo objetivo mais importante era a integração da economia espanhola à da União Européia e a um mundo cada vez mais globalizado.

No cenário de 1979, a Espanha vivia uma situação de euforia política, porque acabava de estrear a democracia e haviam sido eleitos pela primeira vez os representantes dos governos municipais. De outro lado, a situação econômica era preocupante porque a economia atravessava forte processo de ajuste produtivo e desindustrialização, com fechamento de empresas e demissões em massa. Como resposta a esta situação estimulou-se nas cidades e regiões mais afetadas pelo desemprego, iniciativas de cunho familiar aos processos de ajuste e fortalecimento dos sistemas produtivos locais. Esse é um fenômeno muito difundido na Europa. Estima-se que em 1990, por iniciativas de pequenos empreendedores em cidades médias, já existiam mais de 250 experiências de desenvolvimento local.

Na Europa, as iniciativas dirigidas a melhorar a organização do desenvolvimento de um local ou território contam sempre com o apoio do Poder Público e agentes privados, pois o grau de estruturação das instituições é certamente mais avançado em relação ao Brasil, país de grande dimensão territorial, mas ainda subdesenvolvido e pobre em muitas das suas regiões.

A globalização e o cenário dos anos 90, em que se move a economia espanhola e as demais economias europeias, mudara significativamente, exigindo mudanças drásticas do sistema produtivo. A ameaça da hegemonia econômica americana, somada à forte ação política voltada a exportação dos países asiáticos desafiaram os europeus a empreender movimentos de protecionismo às suas economias sintonizadas e integradas pela criação do Bloco Econômico da União Européia. Dentro desta nova ordem mundial, alguns países, notadamente a Espanha, agiram no sentido de fortalecer iniciativas de desenvolvimento local, conforme cita Barquero (1999, p. 4):

A orientação atual da política tecnológica que procura satisfazer as necessidades e demandas de inovação das empresas locais incide sobre todo o processo de aprendizagem dentro das empresas e entre elas, estendendo-se aos demais atores que formam o sistema de inovação territorial. Uma de suas linhas estratégicas é melhorar os recursos humanos das empresas e transferir o conhecimento tácito necessário para estimular a inovação. [...] A formação constitui, sem dúvida, um dos eixos estratégicos da nova política de desenvolvimento local.

Identificamos nesse contexto, uma evidência importante citada por Barquero (1999), ou seja, a educação como parte fundamental do processo de desenvolvimento local e a formação ligada ao conhecimento tácito a serviço da criatividade dos agentes nas comunidades locais. Barquero (1999, p. 5) inclui também nos comentários finais do seu texto a palavra “endógeno”:

No novo cenário de integração econômica e globalização, a resposta continua na mão da sociedade civil e daqueles que a representam nas instituições. A estratégia de desenvolvimento endógeno parece adequada aos desafios que se apresentam no início do terceiro milênio, se bem que convém introduzir inovações nos instrumentos e nas formas de organização.

Martín (2001), geógrafo espanhol do Departamento de Geografia Humana da Universidade Complutense de Madrid¹ tem várias obras escritas, mas levando-se em conta nosso objeto de estudo, voltado a uma comunidade rural, destacaremos o texto onde se dedicou a analisar o desenvolvimento local e espaços rurais, em similaridade ao nosso tema proposto, fazendo referência à globalização como fenômeno de “mão dupla”, que influencia o local, quando vindo do global e vice versa. Inicia seu escrito dizendo:

¹ Professor José Carpio Martín participou no Brasil de vários encontros dedicados à temática do Desenvolvimento Local. Tem muito a nos transmitir referente ao tema e participou ativamente dos trabalhos de apoio à organização e fundação do Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local da UCDB nos idos de 1998.

Repensar un nuevo desarrollo es el reto en estos tiempos de encrucijadas, lo cual obliga a una relectura crítica de las teorías, los modelos, de los comportamientos, de las escalas, de la concepción y espacios rurales y en el mundo. Es una práctica común ahora que **hay que pensar en global para actuar en lo local**. Sin embargo, es el tiempo de afirmar también que **hay que pensar en local - el espacio sentido - y actuar en global** (MARTÍN, 2001, p. 1 grifos do autor).

O autor afirma que aparentemente existe um paradoxo, pois se percebe uma grande preocupação quanto ao futuro do mundo rural, e elaboram e realizam políticas e investimentos em iniciativas e programas, mas muitos espaços rurais estão em processo de decadência. É costume afirmar que seguramente será necessário aprender a desaprender e realizar uma nova investigação, porque investigar é um exercício de criatividade, para descobrir que outros venham a pensar aquilo que ninguém tenha sequer imaginado. E quiçá, para viver novos tempos de desenvolvimento rural sejam necessárias mudanças de atitudes e comportamentos também na Universidade, pois esta não deve se preocupar somente em analisar o que já existe, mas, sobretudo contribuir para a construção do futuro. Destaca Martín (Idem, p. 2): “Siempre la universidad debería ser el espacio de la imaginación y las heterodoxias”. Verifica-se que também a realidade do objeto proposto no presente trabalho, a comunidade rural do território de Três Barras no Município de Campo Grande é composta de pequenas propriedades, com enormes dificuldades de sobrevivência.

Para o referido autor, nos projetos rurais espanhóis um dos desafios de agricultores e pecuaristas é aproveitar as oportunidades oferecidas pela rede de associativismo e cooperativismo existentes e, de forma racional, as expressivas subvenções assim como outras inversões do poder público. A finalidade é adaptar sua estrutura produtiva aos novos cenários de competitividade instalada com a globalização dos mercados que os esperam. No entanto, a realidade é que após várias décadas de desenvolvimento, muitas comunidades rurais estão em processo de esvaziamento demográfico, cultural e de auto-estimas.

Analizando a versão espanhola no trato dos problemas estruturais do desenvolvimento, mais especificamente nas pequenas propriedades rurais, percebe-se o expressivo envolvimento do poder público na resolução de problemas locais. Trata-se, como também vimos no caso francês, de uma característica do modelo europeu, cujos países que o compõe possuem recursos disponíveis e o nível educacional da população é mais elevado. Os europeus preocupam-se mais com a descentralização do desenvolvimento procurando levá-lo a regiões menos desenvolvidas, mas sempre baseado no modelo industrial, impulsionado pela tecnologia.

1.1.2 Visão latinoamericana

Ao analisarmos textos escritos por autores latino-americanos que se dedicam ao estudo do desenvolvimento local, como os chilenos Sergio Boisier, Antonio Elizalde e o nicaragüense Fernando Cardenal, percebemos a similitude de pensamentos, de problemas, de reflexões, de questionamentos e de propostas sobre o tema.

Boisier (1999, p. 1) elaborou documento intitulado: Desarrollo (Local):?De Qué Estamos Hablando? Destaca-se no seu escrito (1999, p. 1):

[...] Hay una adjetivación en aumento del substantivo “desarrollo” y ello no sólo produce confusión sino que sobre todo, lleva a una verdadera “tautologización”² del concepto, ya que el desarrollo es precisamente - si se entiende bien - exactamente todo aquello que se le atribuye. Como consecuencia, la identificación de medidas a favor del desarrollo se hace difícil e ineficiente.

Realmente, não é tarefa simples identificar medidas para alavancar o desenvolvimento de comunidades pobres, no sentido lato do termo, com extrema carência de tudo: material, educacional, cultural e afetiva. Esta é a realidade que envolve todos os países latino-americanos, alguns mais outros menos, mas todos possuem em seus territórios vários núcleos de elevada pobreza.

Boisier (1999) nos lembra que por muito tempo o conceito de desenvolvimento econômico foi associado ao crescimento, cuja medida estava ligada unicamente ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos países. Foi necessário esperar duas décadas, para que no início dos anos 90, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), introduzisse uma nova acepção e uma nova forma de medir o desenvolvimento, através do conceito de um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), enriquecendo enormemente a idéia de desenvolvimento. Ainda no citado texto, Boisier (1999) refere-se com muito acerto, que ao reeditar a história da evolução do conceito de desenvolvimento é necessário incluir uma proposta chilena conhecida como Desenvolvimento da Escala Humana, na versão de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, economista, sociólogo e filósofo, respectivamente, com obra publicada em 1986.

Nas palavras dos seus autores:

Tal desarrollo (el desarrollo a escala humana) se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales, en la generación de niveles

² “Tautologización”, Tautologia = Vício de linguagem que consiste dizer a mesma coisa, por formas diferentes, repetidas vezes.

crecientes de autodependencia y en la articulación orgánica de los seres humanos con la naturaleza y la tecnología, de los procesos globales con los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y de la Sociedad Civil con El Estado (BOISIER, 1999, p. 5).

Elizalde (2000) em outro escrito desenvolve teoria sobre necessidades humanas fundamentais que merece especial atenção pelo caráter inusitado da sua proposição. Já Maslow (1943), psicólogo americano, propôs a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas. Escolheu a figura geométrica da pirâmide para ilustrar sua teoria, tomando a base - com a área maior - para identificar de baixo para cima a mais simples das demais. Considerou as seguintes:

- a) Fisiológicas: alimento, água, moradia, ar, repouso, sexo, frio, calor.
- b) Segurança: proteção, emprego, liberdade, plano de saúde, plano de carreira, estudo, aperfeiçoamento.
- c) Sociais: amor, casamento, filhos, afeto, associação, equipe, conjunto, participação, amizade.
- d) Auto-estima: auto-estima, reconhecimento, status, respeito, atenção, poder, prestígio, competência, liberdade de escolha, utilidade, cargo, reconhecimento, apoio, valorização, força, oportunidades.
- e) Autorrealização: desenvolvimento pessoal, conquistas, viagens, participação nas decisões, novos caminhos.

Elizalde (2000, p. 51) contemplou também em suas reflexões a teoria das necessidades fundamentais e uma concepção de desenvolvimento que rompe radicalmente com a visão dominante análoga ao crescimento econômico. Projeta a existência no tema das necessidades de um sistema formado por três subsistemas: o subsistema das necessidades, dos satisfactores³ e dos bens.

El subsistema de las necesidades incluye lo que podríamos describir como nuestra interioridad; nuestras necesidades son algo que está radicado al interior de nuestra piel y que solamente podemos vivenciar en forma subjetiva. La necesidad siempre se vivencia en un plano absolutamente personal. Lo afirmado no significa una postura individualista, sino más bien que la necesidades son algo que nos constituye como humanos, que está impreso en nuestra naturaleza. Somos nuestras necesidades. Por lo tanto cuanto hablamos de naturaleza humana nos estamos refiriendo a este subsistema. Siendo las necesidades algo que fundamentalmente nos es dado, por más que queremos no las podemos modificar, [...] Por tal razón afirmamos que las necesidades humanas fundamentales son universales, es decir son

³ “Satisfactores”. Não tem tradução direta para o português. Palavra derivada - “satisfaction” = satisfação.

y han sido las mismas para todos los seres humanos a lo largo de la historia y de las culturas.

Ele sustenta que as necessidades são ligadas à natureza humana e, por sermos biologicamente iguais, temos todos as mesmas necessidades, conforme se pode apreciar (ELIZALDE, 2000, p. 52):

El segundo subsistema es el de los satisfactores. Por el contrario del anterior subsistema, los satisfactores son las formas históricas y culturales mediante las cuales damos cuenta de nuestras necesidades humanas fundamentales. Son la historización de nuestras necesidades. Constituyen las formas mediante las cuales en cada cultura, en cada sociedad, en cada circunstancia histórica se buscan y diseñan las mejores formas de actualizar las necesidades de sus integrantes. Sin embargo en cuanto formas de hacer las cosas, los satisfactores por una parte son inmateriales y por otra parte constituyen la interfaz entre lo que es la exterioridad y la interioridad, entre los bienes y las necesidades fundamentales. [...] El tercer subsistema es el dos bienes. Los bienes son los artefactos materiales de la cultura y son fundamentalmente pura exterioridad, son objetos e cosas que potencian la capacidad de los satisfactores para poder dar cuenta de la necesidad.

Diferente da teoria de Maslow, para Elizalde (2000), embora as necessidades humanas sejam iguais para todos, os “satisfactores” diferem de região para região e também entre países, pois constituem a forma com que cada cultura, cada sociedade, em determinada circunstância histórica organiza e projeta modos de satisfazer as necessidades humanas do seu povo. Quanto à questão da hierarquia das necessidades defendida por Maslow, Elizalde (2000, p. 52) elenca nove necessidades humanas fundamentais em sua obra (importante - negrito para destacar):

Subsistencia, protección, afecto, entendimiento, creación, participación, ocio, identidad y libertad. Cada una de estas necesidades fundamentales constituyen a su vez um subsistema del subsistema de necesidades dentro del sistema de las necesidades humanas fundamentales. [...] No hay ninguna necesidad de menor categoría que otras. [...] Al ser las necesidades humanas fundamentales iguales para todos e iguales en importancia cambia el concepto de pobreza y también el de riqueza, porque en la visión tradicional, la pobreza está asociada exclusivamente a ausencia de subsistencia, vale decir de pan, techo y abrigo. Según nuestra concepción para todas las necesidades existe un umbral presistémico. La deprivación en cualquiera de ellas más allá de un cierto nivel conduce al desmoronamiento del sistema de necesidades y consecuentemente de la vida. La gente se muere no solamente de hambre sino que se muere también por carencia de afecto o por carencia de identidad. De allí que sea necesario hablar de pobrezas y de riquezas.

Esta teoria dos “satisfactores” é uma contribuição importante de Elizalde (2000), principalmente quando discorda da hierarquização das necessidades proposta há tanto tempo (1943) por Maslow. A vida moderna baseada na competição e na excessiva mercantilização

dos valores, imposta pelo capitalismo desenfreado, causa *stress* às pessoas e, decorrente dele, muitos problemas que exigem novas formas de análise e enfrentamento para buscar suas soluções. Segundo o autor apresenta mais sentido para entender o modo de vida contemporâneo.

Boisier (1999) inclui definição esclarecedora sobre desenvolvimento endógeno, afirmando inicialmente que nas últimas décadas, uma nova acepção de desenvolvimento endógeno aparece ao lado do conceito de crescimento endógeno, próprio dos novos modelos de crescimento econômico global ligado a inovação tecnológica. À medida que o recorte territorial é menor devido à matriz dos agentes que controlam os atuais fatores de crescimento (acumulação de capital, acumulação de conhecimento, capital humano, política econômica global, demanda externa) tende a separar-se mais e mais da matriz social dos agentes locais, sendo os primeiros em sua maioria agentes residentes fora do território em questão. Pelo contrário, sustenta o mesmo autor:

[...] el desarrollo debe ser considerado como más y más endógeno, debido a su estrecha asociación con la cultura local y con los valores que ella incluye. Si el desarrollo es un fenómeno de un alto contenido axiológico, algunos valores universales (el valor de la vida, o el de la libertad, por ejemplo), pero la mayoría tienen un carácter particular a la sociedad local (BOISIER, 1991, p. 13).

Garofoli (1995 *apud* BOISIER, 1999, p. 14), um dos mais notáveis expoentes do novo regionalismo europeu define desenvolvimento endógeno da seguinte maneira:

Desarrollo endógeno significa, en efecto, la capacidad para transformar el sistema socio-económico; la habilidad para reaccionar a los desafíos externos; la promoción de aprendizaje social; y la habilidad para introducir formas específicas de regulación social a nivel local que favorecen el desarrollo de las características anteriores. Desarrollo endógeno es, en otras palabras, la habilidad para innovar a nivel local.

Depreende-se desta definição, que desenvolvimento endógeno não significa isolamento local, mas o processo de exercer e treinar a capacidade dos agentes locais de captar técnicas, informações e aprendizados externos (exógenos) para sistematizá-los, adaptá-los e até inová-los de maneira que possam ser úteis aplicados localmente. Boisier (1999, p. 15-16) ainda afirma:

[...] el desarrollo endógeno se produce como resultado de un fuerte proceso de articulación de actores locales y de variadas formas de capital intangible, en el marco preferente de un proyecto político colectivo de desarrollo del territorio en cuestión. Todo proceso de desarrollo endógeno se vincula al desarrollo local de una manera asimétrica: “el desarrollo local es siempre un desarrollo endógeno, pero este puede encontrarse en escalas supra locales, como la escala regional por ejemplo.

Cardenal (1994)⁴ já questionava a dificuldade de êxito da reforma agrária sandinista da Nicarágua. Segundo autor, os “campesinos” tiveram quase tudo, menos os elementos que os fazem crescer como seres humanos e a acreditar neles mesmos como sujeitos do desenvolvimento. Ouviu dos mesmos os obstáculos que enfrentam: resistência a mudanças para aderir às novidades, problemas de relacionamento entre eles, falta de disciplina no trabalho, como resumiu uma agricultora cooperada: falta de formação humana. Cita Cardenal (1994, p. 3):

La pobreza de nuestros campesinos no es sólo carencia de bienes de consumo y de producción. Graves limitaciones en actitudes, valores, concepciones y hábitos los llevan a ser ineficientes productores e inadecuados administradores, tanto de los recursos financieros como de los medios de producción y de los recursos naturales.

Aborda a temática da educação para o desenvolvimento humano e, para isso, recorre a um trabalho elaborado pela Equipe PROCEP da Bolívia, que afirma ser ela composta de três componentes:

1. Informação.

Objetivo: dar conhecimentos.

Resultado: saber.

2. Capacitação.

Objetivo: desenvolver aptidão, habilidades, técnicas.

Resultado: saber fazer.

3. Formação ou Educação.

Objetivo: desenvolver atitudes, personalidade, valores.

Resultado: ser.

Cardenal (1994, p. 7-8) escreve sobre sustentabilidade e autosustentabilidade dos projetos:

Pero además de sostenible el proyecto debe ser autosostenido: llevado adelante autónomamente por los sujetos del desarrollo. Ellos son los que deben darle seguimiento, continuidad y permanencia. No se trata sólo de que estén más o menos bien económico mientras trabajamos con ellos, sino que su desarrollo humano tenga un fundamento tan sólido que garantice que puedan mantener después por

⁴ Ainda sobre a visão latinoamericana do desenvolvimento local abordou-se uma experiência interessante ocorrida na Nicarágua e apresentada em artigo escrito por Cardenal (1994). Fernando Cardenal é padre jesuíta coordenador da Cruzada Nacional de Alfabetização e foi primeiro Ministro da Educação (1980) do governo da Frente Sandinista de Libertação da Nicarágua. Título do artigo: La Renovación Necesaria: desarrollo humano. Sua citação inicial: “La reforma agraria sandinista dio a nuestros campesinos millones de hectáreas de terra, financiamiento, maquinaria, capacitación. Pero como proyecto de desarrollo económico fue um fracaso. Por qué? Falto lo básico” (CARDENAL, 1994, p. 1).

ellos mismos su pipío desarrollo económico. El enemigo número uno del desarrollo sostenido es el paternalismo que da y entrega cosas - tal vez, muchas cosas materiales - pero que no educa, que no integra a la persona como sujeto de desarrollo sino sólo como objeto que extiende la mano para pedir, en permanente actitud de mendigo. Cuando así sucede, el organismo paternalista se va y la gente queda huérfana, incapaz de seguir sola.

O autor ensina ainda, que o êxito de qualquer projeto rural está submetido a múltiplos fatores. O principal, a liberdade humana, que pode aceitar o processo da educação e levar ao seu desenvolvimento humano, que pode aceitar somente parte deste processo e também pode fechar-se não querendo mudar em nada. Há outros fatores exógenos que influem no êxito: uma longa seca, a deterioração dos preços agrícolas no mercado, ataque de pragas na lavoura e outros desastres naturais, tão frequentes em nossos países. Para concluir num sentido alegórico, Cardenal (1994, p. 8) cita:

Cualquier edificio puede ser arrasado por incendios o derrumbado por terremotos o desplomado por huracanes. Es posible. Pero aún antes de que sucumba a estas catástrofes, caerá al suelo hecho escombros si fue construido sin el cimiento de una sólida formación en la gente que lo puso en pie.

Portanto, ao analisar o conteúdo deste texto, quanta semelhança com os assentamentos e pequenas propriedades rurais aqui no Brasil, quantas informações importantes nos passou o padre jesuítico Fernando Cardenal aplicáveis à análise da pequena comunidade rural das Três Barras, objeto do nosso trabalho.

1.1.3 Visão brasileira

Paralelamente à tentativa de desvendar o universo das variáveis que influem no entendimento do desenvolvimento local em todos os países, foram necessárias muitas tentativas, experiências frustrantes e outras mais animadoras, para ao longo do tempo identificar como deve ser a ação de empreendê-lo. Vimos que não se trata de uma receita de bolo, onde se juntam os ingredientes escolhidos, seguem-se as orientações de manejo e tudo estará pronto. Desenvolvimento local é um processo complexo e dinâmico, em constante evolução, sendo necessário muito empenho para procurar entendê-lo em toda sua extensão. Encontramos numa publicação de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BNDES, uma interessante contribuição intitulada: Alguns sonhos e Reflexões num pensamento imperfeito sobre o Desenvolvimento Comunitário no Projeto

BNDES/PNDU. No citado documento (p. 4) encontramos uma descrição do significado da palavra desenvolver.

Para Silva e Arns (2001), o que melhor exprime o sentido de desenvolvimento é “tirar do invólucro”. Comparou esse processo a um casulo que transforma uma lagarta em borboleta, e quando está pronta, este rompe seu invólucro e sai um novo ser. Observando o casulo, o que vemos:

1. Que a lagarta não é apenas um ser rastejante, que ela contém em si a possibilidade de voo.
2. Que só a lagarta pode transformar-se em borboleta, ela é o sujeito da transformação.
3. Esta transformação leva um tempo que tem de ser completado. Não adianta abrir o casulo para apressar a lagarta, sob pena de matá-lo.
4. Sai dali uma borboleta única, cujo colorido e forma não poderia nunca ser determinado e controlado por outro ser, e que dá asas à lagarta.

O desenvolvimento comunitário, para Silva e Arns (2000, p. 4):

No nosso entender, desenvolvimento comunitário é o processo pelo qual a comunidade amadurece em relação a si mesma e a seus potenciais, rompe seus casulos e se transforma em novas possibilidades de ser. A comunidade preexiste ao técnico ou ao programa. Para o bem e para o mal, sua história, sua trajetória, seus significados nos precedem, configurando cada uma delas como ser único. É nesta trajetória singular que residem suas amarras e suas possibilidades de voo, e só a comunidade pode definir e realizar sua própria transformação. Ela é sujeito de seu processo de desenvolvimento. Esta mudança leva um tempo, que é diferente do tempo dos programas e das instituições, e este tempo não pode ser apressado indistintamente, sob pena de matar aquilo que quer produzir. E, finalmente, os resultados deste processo não nos pertencem nem podem ser controlados por nós, antes correspondendo ao que de melhor pôde ter lugar naquele tempo e naquele grupo específico.

Ao imaginar o uso da metáfora acima e sua aplicação em analogia com o caso da comunidade rural das Três Barras, podemos afirmar que, na prática, lá várias tentativas da “lagarta transformar-se em borboleta e empreender voo” foram frustradas, por razões que pretendemos encontrar na pesquisa do nosso trabalho.

Seguindo nesta mesma linha de pensamento, Martins (2002) afirma que o desenvolvimento local enquanto estratégia de planejamento e ação, aparece num contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal (ganhar a vida) e ilimitada (quanto mais, melhor), mas sobretudo é um produto de iniciativa compartilhada, da inovação, e do empreendedorismo comunitários.

Mais do que um conceito, o desenvolvimento local é um exemplo *sui generis* resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e autoreferenciados de qualidade de vida na comunidade. Suas considerações finais são (MARTINS, 2002, p. 4):

Está claro que o desenvolvimento local não é um receituário de medidas prontas, tampouco padronizadas, para serem aplicadas em qualquer lugar, mas uma estratégia de ação coerente com os princípios e os pressupostos ecológicos e humanistas. O desafio maior é certamente criar e consolidar uma outra ‘cultura de desenvolvimento’, cujo objetivo mais importante é, por uma perspectiva cultural, a elevação do estado de bem estar humano em todas as suas dimensões (psicossocial, ambiental e econômica).

Franco (2003)⁵, idealizador da estratégia do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), do Programa Comunidade Ativa inserido no Programa Comunidade Solidária, criado no governo do ex Presidente Fernando Henrique Cardoso e coordenado pela sua esposa, Prof^a Dr^a Ruth Cardoso, quando questionado sobre o trabalho de desenvolvimento sustentável e integrado, Franco (2003, p. 1) sentenciou: “tudo depende - muito mais do que, às vezes, imaginamos - de não reproduzir uma atuação política intervencionista, verticalista e centralizadora, pois é esse tipo de atuação que extermina o capital social”. Perguntado sobre a proposta do DLIS respondeu, sobre a estratégia do mesmo, com argumento filosófico (FRANCO, 2003, p. 1):

[...] Como todo desenvolvimento é desenvolvimento social e como desenvolvimento social é mudança social e como mudança social é uma questão política, não deve o poder público reproduzir uma atuação política intervencionista, verticalista e centralizadora, pois é este tipo de ação que extermina o capital social e impede que as pessoas e comunidades valorizem e desenvolvam seus próprios ativos, encontrando suas próprias soluções para resolver seus problemas, da sua maneira, afirmando a sua identidade. Essa é a **filosofia** que sustenta a concepção da estratégia do DLIS (grifo do autor).

O autor está em perfeita consonância com o pensamento vigente sobre o desenvolvimento local, todavia, por ser um programa do governo federal atende sim a interesses políticos que o atrofiam e até desvirtuam seus verdadeiros objetivos. Assim vemos o DLIS, mesmo na gestão do governo anterior que o idealizou, mais no campo da intenção e como ato de propaganda na mídia do que algum resultado prático, com o agravante de que o atual governo federal o abandonou, substituindo suas parcas ações pelos seus programas sociais.

⁵ Augusto Franco é Coordenador Geral da Agência de Educação e Desenvolvimento (AED) e Diretor Executivo da Comunitas - Parceria para o Desenvolvimento Solidário

Em consonância com o objetivo do nosso trabalho, envolvendo a comunidade rural do território de Três Barras, localizada no entorno da cidade de Campo Grande, cidade que abriga grandes organizações empresariais, Borges (2006), busca fazer uma simbiose entre os dois temas. O termo, responsabilidade social, como está inserido no contexto hodierno do mundo dos negócios está mais ligado às organizações de cunho privado, enquanto que o desenvolvimento endógeno dá uma idéia inicial de conotação de comunidade, de associativismo, na maioria das vezes, carente das ações do poder público.

A responsabilidade social é, nos dias de hoje, um dos marcos da empresa moderna, exercendo impacto nos objetivos, estratégias e no próprio significado de empresa. Com efeito, as empresas sabem que, manter-se dentro do mundo competitivo, tem que interagir com todas as variáveis que fazem parte de seu mundo e que tenham impactos diretos ou indiretos em seus resultados. Uma dessas variáveis de grande repercussão é a preocupação que demonstra ter em prol da cidadania e no processo de desenvolvimento com justiça social. Os clientes de hoje exigem algo a mais, querem empresas ligadas à preservação do meio ambiente, que busquem um processo sustentável de desenvolvimento. E elas, mormente aquelas líderes em seus segmentos, estão se adequando a esse novo paradigma empresarial.

O desenvolvimento endógeno pode ser entendido como uma nova estratégia de desenvolvimento, onde a comunidade assume o papel como agente, protagonista, empreendedora, com autonomia e independência. Tem como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade, maior participação nas estruturas de poder, contribuindo assim para o real exercício da democracia, visando o bem da geração presente e futura.

Segundo Borges (2006), havendo alguma organização de cunho empresarial estabelecida no entorno ou que mantenha relações comerciais (mundo em rede) com uma comunidade, tem que haver um elo de ligação entre as duas atividades. De um lado, a organização, consciente de suas responsabilidades sociais e querendo apresentar algo de concreto nesse sentido. E de outro, a comunidade, carente, necessitando de atitudes também concretas, que o governo não lhes está propiciando. É, então, uma ação de duas mãos, que se completam. Basta haver uma atitude nesse sentido e, para tanto, é preciso que tanto os empresários, como os líderes comunitários busquem identificar ações concretas e não atuando de forma desassociada, sem objetivos comuns que possam ser concretizados.

Borges (2006, p. 199) conclui:

Por isso, a responsabilidade social pode e deve ser uma parceira de desenvolvimento endógeno, pois só assim, a eficácia de suas ações poderá trazer maiores benefícios para as comunidades carentes, refletindo, com isso, de forma positiva, em sua imagem institucional perante seus clientes e mantenedores.

1.1.4 Visão do mestrado/UCDB

Ao perscrutar o tema desenvolvimento local nos mais diversos países que o tem consagrado, envolvendo povos de distintas formações étnicas e culturais, que mereceram a atenção de esmerados estudiosos do assunto, ficamos imensamente satisfeitos em constatar, após decorridos mais de dez anos da iniciação do Programa de Mestrado de Desenvolvimento Local da UCDB, que aqui igualmente foram elaborados trabalhos de pesquisa com elevado nível intelectual integrando hoje o arcabouço teórico do Desenvolvimento Local - visão do Programa e sua complexa aplicação na busca do pragmatismo desejado.

Referimo-nos inicialmente ao Grupo de Estudos organizado pelo Professor Dr. Vicente Fideles de Ávila, quando em 1998 assumiu a disciplina Formação Educacional para o Desenvolvimento Local, com a primeira turma de mestrandos. Participaram deste grupo quatro mestrandos que, sob a coordenação de Ávila (2001), após muitas reuniões, durante quase um ano e meio de trabalho, redundou na obra redigida pelo mencionado Professor, com o o mesmo título da disciplina “Formação Educacional em Desenvolvimento Local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos”.

Completam o cabedal de conhecimentos gerados na Academia, as muitas Dissertações defendidas, ao longo do tempo, pelos Mestres em Desenvolvimento Local formados e inseridos no mercado de trabalho, com o incansável apoio e abnegada dedicação de todos os professores que compõe o Corpo Docente do Programa de Mestrado. Ainda a merecer justo destaque está a obra de Ávila⁶ (2006), que tornou-se “livro de cabeceira” de todos os mestrandos de DL. Abordaremos alguns conteúdos do citado livro, ligados ao objetivo do nosso trabalho. Segundo Ávila (2006), falando da história dos acontecimentos que envolveram “a causa”, criou-se um clima favorável a essa modalidade de desenvolvimento quando se organizou aqui no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro em 1992, a “Conferencia Mundial sobre o Meio Ambiente”, conhecida como “ECO-RIO/92”. Mas, somente a partir de 1996 a idéia propriamente dita de desenvolvimento local passou a ser disseminada, como conta Ávila (2006, p. 56):

No Brasil, a explicitação desse interesse se iniciou por volta de 1996 através de um curso na Universidade de São Paulo - USP, sendo o autor supracitado [Prof. José Carpio Martín] um dos ministrantes. A notícia espalhou-se rapidamente,

⁶ Obra consagrada por todos que a leram, do Professor Dr. Vicente Fideles de Ávila: Cultura de Sub/Desenvolvimento e Desenvolvimento Local (2006) contempla as principais deduções do seu referido Grupo de Estudo, acrescido de preciosos ensinamentos e reflexões de um experiente pensador com uma visão abrangente do tema.

principalmente em alguns estados do Nordeste, chegando também à Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na qual amplo programa de desenvolvimento local começou a ser delineado em meados de 1997, mediante convênio com a Universidade Complutense de Madri (UCM) [também com apoio e ativa participação pessoal do Prof. José Carpio Martín e de outros colegas da UCM]. Hoje, a mencionada universidade sul-mato-grossense já conta até com um Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com área de concentração em Territorialidade e Dinâmicas Sócio-Ambientais.

Ao abordar em seu livro, o que chamou de lógica da submissão ou dependência imposta pelas nações desenvolvidas às áreas subdesenvolvidas, diante da contínua exploração em que o capitalismo globalizador continua cada vez mais a controlar o subdesenvolvimento e dele tirar proveito, cabe então a fundamental questão: a que, de fato, veio o desenvolvimento local?

Ainda para Ávila (2006, p. 57):

- o significado conceitual e real do desenvolvimento local pode ser encarado pelo menos sob as três seguintes óticas relacionais:
- a da relação do mundo desenvolvido com suas próprias periferias, carências e pobrezas interna e socioeconomicamente desequilibradoras;
- a da atual relação de dependência e subjugo do mundo subdesenvolvido ao mundo desenvolvido;
- a da relação do mundo subdesenvolvido com suas próprias chances de efetiva e emancipadamente se desenvolver (tornando-se capaz de romper as amarras tanto internas quanto externas que o prendem ao subdesenvolvimento) a partir de comunidades-localidades concretas e bem definidas.

A atenção deste trabalho está voltada à terceira ótica, por se tratar de uma pequena comunidade rural no município de Campo Grande. Estando assim caracterizada, Ávila (2006, p. 61) sugere que uma ação pode ser feita gradativamente enquanto Desenvolvimento Local por qualquer povo, desde que em regime democrático, através de suas comunidades concretamente localizadas:

[...] sensibilizar-se, mobilizarse e organizar-se para a geração gradativamente cooperativa de seu próprio bem-estar de base, como o desenvolvimento de auto-estima, o cultivo da autoconfiança e o tornar-se capaz, competente e hábil para discernir e buscar tanto suas próprias alternativas de rumos sócio-pessoais futuros quanto soluções possíveis, no seu âmbito ou fora dele, para seus mais imediatos problemas, necessidades e aspirações. E isso sempre a partir daquilo que estiver ao seu alcance (principalmente o conhecimento e o aproveitamento de suas reais peculiaridades e potencialidades), bem como do simples para o complexo e do mais para o menos comunitariamente necessário.

Não é tarefa fácil e não responde a imediatismos no seu resultado, empreender o Desenvolvimento Local dentro desta terceira ótica, conforme cita Ávila (2006, p. 61): “[...] é tarefa árdua, pacienciosa e implica muita perseverança, por parte tanto da comunidade mesma

quanto dos agentes externos, que se disponham a subsidiar e acompanhar o trabalho comunitário local em verdadeira condição de pedagogos sócio-comunitários". Também o Grupo de Estudos coordenado pelo Prof. Fideles, quando analisou a conceituação de Desenvolvimento Local nesta terceira ótica, por conclusão, deliberou (2006, p. 64): "se Utopia, Uma Boa Utopia", entendendo-se no seu sentido etimológico utopia (u = não + topos = localizado), ou seja, algo ousado ainda não topificado, porém possível de topificar.

Ao analisar as condições iniciais para se propor a possibilidade do Desenvolvimento Local numa determinada comunidade, Ávila (2006) adverte que é preciso estar atento às características e particularidades que a identificam e diferenciam das outras. Apesar da existência de pontos aparentemente comuns, não existe tendência cultural de universalização de pacotes operacionais, no geral ou no âmbito de um país e até mesmo de um município, pois cada comunidade-localidade tem suas próprias características. O Desenvolvimento Local está se constituindo um grande e esperançoso presente de mudança cultural, não apenas mais uma estratégia, mas sim, uma nova filosofia de desenvolvimento surgindo no planeta, concebida na perspectiva de processo alicerçado no desenvolvimento sociocultural de desenvolvimento. O Desenvolvimento Local requer medidas operacionalizadoras de alcance muito além de programas e projetos ou iniciativas promocionais e imediatistas

Todas informações supracitadas do livro de autoria de Ávila (2006) corroboram para, finalmente, buscar a esperada resposta à pergunta: que é Desenvolvimento Local? Antes, porém, como recurso didático para o bom entendimento, Ávila preferiu começar a resposta à questão pelo Que não é desenvolvimento local endógeno para, em seguida, enfocar o que é (ÁVILA, 2006, p. 70):

Desenvolvimento Local NÃO É “Desenvolvimento NO Local (D_nL). [...] “Desenvolvimento NO Local (D_nL)” se refere a um empreendimento ou iniciativa a que se atribui a qualificação “de desenvolvimento”, por gerar emprego e expectativa de arrecadação de impostos e circulação de bens e dinheiro, mas que, em verdade, tem o local apenas como sede física. Só fica no local enquanto o lucro compensa. No momento em que a lucratividade baixa, ou quebra - empresarialmente falando - ou vai embora, deixando à comunidade-localidade seus destroços fantasmas, por vezes muitos e graves problemas ambientais e, principalmente, enorme frustração na população.

Fazem parte deste modelo os inúmeros parques industriais desenvolvidos por Prefeituras Municipais com apoio dos Governos Estaduais para atrair indústrias através da concessão de incentivos fiscais, doação de terrenos, realização de terraplanagens e outras vantagens oferecidas aos empresários para atrair unidades industriais visando à geração de

emprego e renda para o município. Ávila (2006) enfatiza que não é contrário a este tipo de desenvolvimento, pois ele é necessário até para que se criem bases econômicas para o verdadeiro Desenvolvimento Local, o de caráter endógeno. Alerta que ele de fato se situa no local, está aqui hoje podendo amanhã deslocar-se para a Índia, a China ou qualquer outro país, como tem ocorrido com muitas empresas que migram de um país a outro a procura de baixo custo de matérias primas e abundância de mão de obra barata. Outro aspecto, justo por apenas se situar no local, a geração de benefícios à comunidade-localidade (além do que se compra, vende ou contrata) se apresenta tão somente como questão secundária, por vezes até descartável.

Outra colocação no mesmo sentido (ÁVILA, 2006, p. 73):

Desenvolvimento Local não é (só) Desenvolvimento para o Local (DpL) [...]: Desenvolvimento para o Local (DpL) se refere à idéia de ‘desenvolvimento’ que, além de se situar no local como sede física, gera atividades e efeitos benéficos às comunidades e aos ecossistemas locais, mas à maneira bumerangue: brota das instâncias promotoras, vai aos locais-comunidades, mas volta às instâncias promotoras em termos de consecução mais de suas próprias finalidades institucionais (as das instâncias promotoras, evidentemente) que do real, endógeno e permanente desenvolvimento das comunidades-localidades visadas.

Programas, projetos e atividades desenvolvimentistas geradas em gabinetes fechados do poder público, visando aspectos de caráter político eleitoral, assistencialista, promocionalista e filantrópico, ou ainda, da iniciativa privada com intuito de atender interesses meramente capitalistas da empresa promotora, sem consulta à população das comunidades visadas.

Concluída a fase da contextualização onde emerge o verdadeiro sentido, Ávila, (2006, p. 80) e seu Grupo de Estudos sentiram-se prontos a divulgar que, Desenvolvimento Local (DL) é:

[...] o “núcleo conceitual” do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento - a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma “comunidade definida” - portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica -, no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade -, assim como a “metabolização” comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Eis aí a essência do que buscamos no Desenvolvimento Local. Trata-se de processo complexo, dinâmico e em constante evolução, cujo amplo significado continua sendo construído ao longo do tempo por estudiosos dedicados ao tema.

1.2 TERRITORIALIZAÇÃO: SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÃO COM DL

Tomando-se por base o território como ambiente de vida, e a territorialidade como manifestação da sua especificidade, para delimitar o território do grupamento rural de Três Barras, buscamos embasar nosso trabalho nos referenciais teóricos abaixo:

Para Le Bourlegat (2008, p. 4): “assim, enquanto território diz respeito ao mundo real vivido, o espaço aparece como modelo de organização do território.” Assim, Três Barras é o mundo real vivido pela comunidade analisada e espaço o seu modelo de estruturação impregnado no espírito de seus integrantes.

Raffestin (1993, p. 7): “Um território é construído quando um conjunto de atores mantém relações interativas para por em prática um projeto comum, com base no conhecimento que os mesmos já detêm a respeito da atividade e dos objetivos que querem alcançar”.

Com relação à palavra poder, Raffestin (1993, p. 144), afirma que “é um elemento presente nas relações previstas no espaço e território, pois:

[...] Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreveu num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Para Souza (*apud* LE BOURLEGAT, 2008, p. 5), “o território se constrói por e a partir de um conjunto de atores, em um dado ambiente físico de referência”.

O território nasce das relações estabelecidas entre os integrantes da comunidade e ganha uma configuração material e imaterial como cultura historicamente construída. E, por outro lado, ao vivenciá-la o indivíduo e comunidade fica impregnado de seu modelo, que a identifica perante outras comunidades.

Entende-se então, que o espaço é o imaginário (modelo impregnado na consciência e que impulsiona os comportamentos), baseado no modelo vivido e desejado de um território. A territorialidade expressa o modo de ser do território, ou seja, a forma como o território é conscientizado e usado por seus integrantes.

Cholley (*apud* LE BOURLEGAT, 2008, p. 7) assim se refere: “o lugar é o construto formal das interações ocorridas em uma dada superfície de referência e constitui a unidade estrutural do território, podendo ser delimitado e mapeado, portanto ele retrata a forma e a estrutura do território, com seus limites”.

Pode-se trazer aqui novamente o pensamento de Pecqueur (2000), para quem o desenvolvimento mais do que o poder de rede depende da capacidade de cooperação e enraizamento das coletividades no território vivido.

O enraizamento de um indivíduo ou de uma comunidade é construído no processo de vivência do território, na medida em que se constrói uma consciência desse território como “seu mundo” e se cria nesse processo um sentimento de pertença ao lugar. Desse modo, segundo esse autor, amplia-se o sentimento de cumplicidade dos atores que desperta seu protagonismo em relação ao cenário futuro desse lugar, em acordo ao mundo simbólico e aos desejos coletivos de bem-estar. O importante nesse processo é que as respostas dadas ao território tornam-se as mais adequadas à cultura e ao ambiente do território vivido. Revelam-se aí os satisfatores em plena concordância com a realidade territorial.

Dessa abordagem fenomenológica do território nasceu o conceito de “lugar”, entendido como o “mundo vivido e conscientizado” de uma comunidade em todas as dimensões de vida.

Ainda sobre o fenômeno da mundialização, encontramos no livro de Zygmunt Bauman, “Globalização: as consequências humanas”, uma abordagem interessante sobre as mudanças ocorridas, no campo das relações humanas, nos territórios e locais com o evento da globalização. Timothy W. Luke (*apud* BAUMAN, 1999, p. 23) refere-se às comunidades tradicionais:

As visões tradicionais de ação muitas vezes recorrem a metáforas orgânicas para suas alusões: o conflito era cara a cara, o combate corpo a corpo; a justiça era olho por olho, dente por dente; a discussão encarniçada, a solidariedade ombro a ombro, a comunidade face a face, a amizade de braço dado e a mudança passo a passo.

Essa situação mudou enormemente com o avanço dos meios que permitiram afastar os conflitos, solidariedades, combates, debates e a administração da justiça para além do alcance do olho ou do braço humanos. Com o evento da globalização o espaço tornou-se “processado/centrado/organizado/normalizado” e, acima de tudo emancipado das restrições naturais do corpo humano. Foram, portanto, a capacidade técnica, a sua velocidade de ação e o seu custo de utilização que a partir de então “organizaram o espaço”. “O espaço projetado

por essa técnica é radicalmente diferente: planejado, não doado por Deus; artificial, não natural; racionalizado, não comunitário; nacional, não local”.

Hoje são raros os locais públicos para encontros, as pessoas não param mais para conversar e debater assuntos do cotidiano. Os shoppings são construídos de forma a manter pessoas em circulação, olhando ao redor, divertindo-se e entretendo-se sem parar - mas de forma alguma por muito tempo - com inúmeras atrações, não para encorajá-las a parar, a se olhar e conversar, a pensar em analisar e discutir alguma coisa além dos objetos em exposição. Sobre isso, Bauman (1999, p. 32) escreve:

[...] Por isso um território despojado de espaço público dá pouca chance para que as normas sejam debatidas, para que os valores sejam confrontados e negociados [...] Os veredictos podem estar inteiramente desligados do curso da vida local, mas não devem ser colocados em teste na experiência das pessoas, cuja conduta se pronunciam. Nascidos de um tipo de experiência conhecida pelos receptores locais da mensagem no máximo por ouvir dizer, eles podem redundar em mais um sofrimento mesmo que pretendam trazer alegria [...].

Tal situação reflete a realidade da vida urbana, mas também está alcançando cada vez mais os habitantes das comunidades rurais, que também não estão disposto de tempo, como antes o faziam, para encontros com seus vizinhos e amigos. Eles são hoje usuários de TV com antenas parabólicas que recebem programação de vários países, estão conectados na internet e têm acesso a uma imensa gama de informações, lazer e entretenimento.

1.3 O RURAL E O URBANO - RURBANO

Um dos precursores do estudo que discute e escreve sobre as questões da estrutura das sociedades contemporâneas à luz do materialismo histórico foi o francês Henry Lefebvre (1901 - 1991). Em seu livro editado no original francês, Lefebvre (1991), traduzido para o espanhol com o título: “De lo Rural a lo Urbano” elabora uma análise ampla dos problemas da Sociologia Rural da Europa, ocorrida após a Revolução Industrial no século XVIII, quando além de outros temas, ele faz referência aos escritos de Marx e sua teoria econômica da “mais valia”, que se refere a exploração do trabalho operário, ou mão de obra, pelo capital dominado pela burguesia capitalista e exploradora. Marx desenvolveu suas críticas mais contundentes ao sistema econômico vigente e as escreveu em livro no período de 1848 a 1867, durante quase vinte anos. Sua obra, o Capital obteve enorme repercussão ao longo do tempo despertando grande polêmica até os dias atuais. A luta de classes não ocorreu tal e qual Marx havia

prescrito, a história demonstra que o poder do capital sempre dominou a força do trabalho em maior ou menor grau, no entanto ela sempre permeou os problemas de relacionamento do capital e do trabalho na cidade e no campo, como cita (LAFEBVRE, 1991, p. 12) quando sintetiza as diversas eras que compõe o materialismo histórico:

La era urbana no hace desaparecer por encantamiento o desencantamiento las contradicciones y conflictos de la era industrial. Esta última no consigue tampoco abolir los conflictos y contradicciones de la era anterior. Y quien dice conflictos dice problemas y 'problemática'. Los problemas o se resuelven, o destruyen el contexto en que se plantean. Las cuestiones que la agricultura y los campesinos plantean en el mundo o serán resueltas, o bien este mundo se resquebrajará. Y lo mismo ocurre con la era del predominio industrial, sus conflictos, sus contradicciones. La ciudad, su estallido, la sociedad urbana y "lo urbano" en emergencia, superponen sus contradicciones a las de la era industrial y la era agrícola. De ahí, um nudo poco extricable, y uma problemática sumamente compleja. Qué contradicciones pueden pretenderse motrices del crecimiento y el desarrollo, es decir, eventualmente destructoras? Todas. Las de lo urbano - por ejemplo el conflicto entre integración y segregación, entre las formas de centralidad (entre la centralidad como forma y sus contenidos), entre lo Urbano e lo Estado - no traen la neutralización de las contradicciones dimanantes de las relaciones de producción capitalistas (entre propiedad privada y socialización del proceso de producción, entre proletariado y burguesia). Por el contrario, las agravan, dificultan más aún su solución. (Aspas no original).

Os conflitos existentes entre cidade e campo ao longo da história também são analisados por Lefebvre (1999, p. 49) no seu livro “A cidade do capital”:

O campo, em oposição à cidade, é a dispersão e o isolamento. A cidade, por outro lado, concentra não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres. Logo, tudo o que faz com que uma sociedade seja uma sociedade. É assim porque “a existência da vidade implica simultaneamente a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunal, portanto, da política em geral”. (Aspas no original). [...] Não há a menor dúvida de que a separação entre a cidade e o campo mutila e bloqueia a totalidade social; ela dependa da divisão do trabalho material e intelectual que encama, que projeta sobre o território. Nessa separação, compete ao campo o trabalho material desprovido de inteligência; à cidade pertence o trabalho enriquecido e desenvolvido pelo intelecto, compreendendo as funções de administração e comando. A oposição se aprofunda no decorrer de um imenso progresso social: passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincianismo para a nação. Momento, ao mesmo tempo, inicial e perpétuo da história, ela persiste ‘através de toda a história da civilização até nossos dias’.

No Brasil um dos destacados estudiosos que sempre se preocupou com a questão agrária é o Engenheiro Agrônomo, doutor pela UNICAMP e também Mestre em Ciencias Sociais Rurais, José Graziano da Silva. Em seus escritos, toma por base a evolução recente da economia rural do Estado de São Paulo, onde procura mostrar de forma original, fiel ao seu estilo simples e objetivo, as repercuções do progresso técnico sobre as relações de trabalho vigentes no setor agropecuário. Não se pretende, nesta análise, aprofundar o citado e

complexo tema que estuda essas relações trabalhistas em toda sua extensão, aspira-se apenas mantê-la no limite que a aproxima do objetivo desse trabalho de pesquisa, ou seja, às relações de caráter rurbano (rural/urbano) que envolvem as grandes cidades e suas periferias.

Expressiva parcela das pessoas que as habitam obtém seu sustento através do trabalho na terra, em pequenas propriedades rurais localizadas nas cercanias urbanas, como também, de outras atividades (comércio e prestação de serviços) resultantes da interrelação vivida entre o rural e o urbano. Este é o caso do Território Rurbano (rural/urbano) de Três Barras, cuja situação contribui para que os proprietários de pequenas áreas rurais, trabalhadores, moradores e demais pessoas que habitam seu território localizado próximo a cidade de Campo Grande, vivam deste intercâmbio.

As modificações nas relações de trabalho ocorridas ao longo dos anos nas pequenas propriedades situadas próximas às grandes cidades, tendo como causa o desenvolvimento tecnológico e a necessidade crescente de capital para exploração racional da terra, são descritas por Graziano (1981, p. 117):

A pequena produção foi sendo progressivamente engolida pela grande. A propriedade da terra se concentrou, a área das grandes fazendas aumentou. Nas regiões próximas aos centros urbanos a pequena propriedade foi transformada pelo capital numa exploração intensiva: ela é ainda pequena em termos de área, mas é grande quanto ao valor ou a magnitude da produção (é o caso, por exemplo, das propriedades hortifrutigranjeiras que formam o cinturão verde das metrópoles do Centro Sul). Em certas zonas, a pequena propriedade permanece, mas também não é a mesma. Ela mercantilizou suas relações de produção; a necessidade de dinheiro é cada vez maior e as dívidas também. [...] a mercantilização das relações de trabalho que acaba destruindo antigas formas de cooperação na agricultura. O mutirão por exemplo, que era o modo pelo qual pequenos produtores se socorriam mutuamente em épocas de colheita e/ou de serviços extraordinários, desaparece à medida que se dissemina o assalariamento temporário. Vale dizer, não há mais 'troca de serviços' entre produtores, mas sim compra e venda de força de trabalho, que aparece agora também como uma mercadoria'.

Estas alterações citadas por Graziano (1981) ocorridas nas pequenas propriedades, mormente àquelas situadas nas regiões periféricas das grandes cidades, serão analisadas na pesquisa de campo para o caso em foco, objeto deste trabalho, na região do entorno da cidade de Campo Grande - MS, onde fica o Território Rurbano de Três Barras.

1.4 SENTIMENTO DE PERTENÇA

Ganha força no lugar, além da cooperação, a proximidade e o cotidiano vivido que fortalece o encontro físico e a comunicação. Baseado nesses elementos Santos (1996) fez

reflexões a respeito da “força do lugar” no impulsionamento dos processos de desenvolvimento local.

Para Bonnemaison (2002, p. 91): “a correspondência entre o homem e o lugar, entre uma sociedade e sua paisagem, está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural no sentido amplo da palavra”. Na abordagem da Geografia Humana, os sentimentos manifestados pelos moradores por seu ambiente de vida social e comunitária não podem ser desprezados quando do estudo e análise de determinada comunidade.

Tuan (1980, p. 5) conceitua sentimento de pertença como: “o elo efetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”.

Martinelli e Joyal (2004) comentam a relação entre a noção de identidade e pertencimento a um determinado local com o sucesso do processo de Desenvolvimento Local. A construção social, resultados dos laços territoriais, econômicos e culturais de um determinado espaço geográfico gera um sentimento, que por sua vez, é de grande relevância ao conceito do Desenvolvimento Local.

Freitas (2008) em sua Dissertação envolvendo o Sentimento de Pertença na cidade de Cruzeiro do Sul - AC faz reflexão sobre o tema e sua correlação com o Desenvolvimento Local naquele território.

Desta forma, existe uma conexão entre a apropriação do território e do projeto de desenvolvimento a ser aplicado em determinada comunidade, uma vez que quanto maiores às relações emocionais e os sentimentos por determinado local, maior é o desejo de vê-lo progredir e crescer, tanto econômico, social e culturalmente. A dimensão do simbólico é importante para a construção do lugar, já que o ser humano se identifica com o lugar vivido por seus valores, que ganham relevância pelo uso cotidiano (LE BOURLEGAT, 2000).

1.5 IDENTIDADE LOCAL

Reportou-se aqui inicialmente às idéias do geógrafo brasileiro Milton Santos (1996), que abordou em seu livro “Metamorfoses do espaço habitado”, os fenômenos da globalização e seus efeitos nos territórios tanto urbanos como rurais. O mundo mudou e a humanidade segue imprimindo mais e mais mudanças a esse mundo. O desenvolvimento tecnológico e a mundialização das economias, instigou os homens a buscarem mudanças substanciais em seu modo de vida, do tradicional orgânico natural passou ao competitivo,

capitalista/mercantilista. Em meados da segunda metade do século passado, este fenômeno atinge com grande intensidade o Brasil e, se agrava, na medida que o uso do solo se torna especulativo e a determinação do seu valor vem da luta sem trégua entre diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo. Este fenômeno se espalha por todo o país e gera efeitos diretos e indiretos para todos. As mudanças que os territórios vão conhecendo, nas suas formas de organização, acabam por invalidar os conceitos herdados do passado e a obrigar a renovação de posicionamentos frente aos novos problemas.. Santos (1996) dedica a estas mudanças destaque especial, comparando-as quanto às suas repercussões para a humanidade, como quando das grandes navegações no século XVI e da revolução industrial no XVIII . Santos (1996, p. 46-47) cita:

Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos. ‘Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos’.

Relacionando as mudanças citadas com o evento da globalização e a vida dos territórios, estas também ocorreram no território rural de Três Barras, lembrando que tais mudanças obedeceram a uma especificidade. Santos (2006, p. 58) afirma que: “[...] cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra”, caracterizando assim, várias novas situações de ordem peculiar, que constituem a territorialidade própria do lugar.

Conforme já foi dito no início do item 1.2: tomando-se por base o território como ambiente de vida, e a territorialidade como manifestação da sua especificidade, dedicou-se agora atenção para melhor entendimento do significado da citada territorialidade. Sobre esse assunto, recorre-se a Bonnemaison (2002, p. 107) que afirma:

[...] a territorialidade de um grupo ou de um indivíduo não pode se reduzir ao estudo de seu sistema territorial. A territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo. A relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço ‘estrangeiro’. Ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa ‘o espaço’. [...] a territorialidade é uma oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre o território ‘que dá segurança’, símbolo de identidade, e o espaço que abre para a liberdade, às vezes também para a alienação [...].

Para efetiva compreensão dos conceitos de território, espaço, territorialidade e identidade, primeiramente Raffestin (1993), enfatiza que a territorialidade é, antes de tudo, uma relação com a alteridade. “O território é, primeiramente, uma determinada maneira de

viver com os outros, em inúmeros casos seus limites geográficos são os das relações cotidianas". Bonnemaison (2002), por sua vez explica que o espaço começa para além daí. "Ele é o desconhecido, o jogo, a liberdade, mas também o perigo". O autor completa sua idéia afirmando que:

[...] cada grupo existe criando um equilíbrio - sempre instável - entre o território e o espaço, entre a segurança e o risco, entre o fixo e o móvel, entre o olhar para si - etnocêntrico - e o olhar para os outros. Em outras palavras, poderíamos dizer que o território é, antes de tudo, uma convivialidade. O espaço começa fora do território quando o indivíduo está só, confrontado, e não mais associado a lugares, numa relação de onde está excluída toda intimidade [...] (BONNEMAISON, 2002, p. 126).

Depreende-se assim, considerando os dois autores citados, que a identidade obedece a uma função cultural e surge desta convivialidade no território, portanto numa relação de alteridade que se constrói na relação com o outro (o alter).

1.6 COMUNITARIZAÇÃO: SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÃO COM O DL

Tönnies, já em 1887 reflete a respeito das dimensões psíquicas e sociológicas das formas de agrupamento das comunidades. Afirmava que os estudos científicos em sociologia tentam resolver ou pelo menos encontrar mais alternativas ao dilema da vontade humana livre e da divina onipotência, enfatizando a importância de se organizar o real através de esquemas de pensamento. Os pensamentos científicos assim preparados tinham o objetivo de obter previsão e controle. Previsão significa uma antevisão em perspectiva das diversas possibilidades de um dado problema, ou iniciativa, por exemplo. Controle é uma dimensão política ou social do fazer científico. Uma observação importante vai abaixo:

[...] previsão e controle podem ser alcançados apenas se somos capazes de ganhar, com a experiência do passado, um tipo de conhecimento que nos capacite a prever aquilo que vai acontecer no futuro, em circunstâncias similares. A mera história de acontecimentos do passado, por mais precisa que seja, não vai servir a este objetivo. Será necessário um conhecimento abstrato e generalizado. A tarefa de desenvolver esse tipo de conhecimento dos fenômenos sociais é difícil e complicada ainda mais pelo fato que, na ciência social, o pensamento interfere no campo do orgânico. Mas reduzir fenômenos orgânicos a explanações mecanicistas, analisando-os a partir de elementos mais simples e descrevendo o comportamento desses elementos, vai dar uma representação errônea da sua natureza real. Fenômenos sociais humanos envolvem o comportamento de organismos racionais (que pensam), e a tarefa de descrever e explana-los é, de forma correspondente, psicológica. Esta é a tarefa com a qual Tönnies ocupou-se fortemente em sua obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* (TÖNNIES, 1887, p. 1).

É típico da teoria töennesiana pensar que o comportamento na comunidade pode ser entendido, em sua lógica, como sendo formado pelos traços orgânicos dos seus membros individuais, e a partir das relações psicológicas das combinações desses traços. Em outras palavras, esse comportamento é por assim dizer, instintivo, apesar de ser modificado pelo costume, e aqui voltamos a nos assemelhar à mção psicológica de instinto. É impulsivo; o comportamento na sociedade, por sua vez, tende a um objetivo. Para esse pensador, o comportamento da comunidade deve ser lido tendo o passado como referência; o comportamento na sociedade, por sua vez, tendo por referência o futuro. Tönnies elabora esta distinção em termos de duas formas fundamentais assumidas pela vontade: Wesenwille e Kürwille. Wesenwille é a tendência básica, orgânica, instintiva, que dirige as atividades dos seres humanos como que por detrás; é a forma de vontade que está em operação na comunidade em geral. Kürwille é a forma arbitrária de volição, tendente a um objetivo ou a um fim, que determina a atividade humana com referência a um futuro esperado; é a maneira de agir da sociedade.

De Tönnies em diante os sociólogos passaram a considerar que a explanação dos fenômenos sociais deveria ser, em parte considerável, um esforço de ciência psicológica. A Sociologia passa a ser, assim, uma ciência também em parte psicológica. O seu pressuposto básico será que apenas e tão somente com referência ao que as pessoas sentem, pensam e desejam, pode-se alcançar alguma inteligibilidade na leitura do seu comportamento.

Pierson (1997, p. 114) partiu da Ecologia Humana, caracterizando-a entre as demais ciências para chegar às definições de Comunidade e Sociedade:

A Ecologia Humana, contudo, estuda as relações que existem, não diretamente entre o meio físico e o homem, seja a influência deste sobre aquele, como na Geografia Humana, ou daquele sobre este, como na Antropogeografia, e sim as relações entre os próprios homens, na medida em que estas relações são por sua vez influenciadas pelo habitat. [...] Ecologia Humana é o processo que, fortemente influenciado pelo meio físico, age entre os homens, [...] estuda o processo de competição e as relações que dele provém, relações de homem para homem, de grupo para grupo e de instituição para instituição, como estas se revelam por índices físicos, especialmente os de espaço. Por outras palavras, a Ecologia Humana se interessa pelas relações pessoais, na medida em que se refletem nas relações espaciais e bióticas.

Esse sociólogo explica o surgimento das Comunidades, por meio do processo de competição biótica que atua tanto no mundo humano como nos mundos vegetal e animal. Os indivíduos, os grupos e certas instituições (no que se refere a seres humanos) vêm a ocupar o nicho onde podem mais facilmente sobreviver. Eles são forçados a especializar suas “funções”, a fim de competir mais eficientemente pela própria vida. Dessas modificações

quanto à localização em espaço e à especialização de “funções”, desenvolve-se uma configuração ordenada dos seres humanos e suas instituições e, assim, comunidades surgem.

Ao explicar a inter relação existente entre “Comunidade” e “Sociedade”, Pierson (1977) diz que ambas agem numa relação constante de simbiose e estão inexplicavelmente inter relacionadas. Não existem em qualquer tempo ou lugar, separadas uma da outra, no entanto a Ecologia Humana se interessa, de uma maneira especial, pela formação de comunidades, pela atuação do processo de competição e as relações simbióticas que esta cria e modifica; enquanto a Sociologia se interessa pela formação de sociedades, pelo processo de comunicação e pelas relações morais que esta cria e modifica.

Virton (1965, p. 126 - 152) trouxe importante contribuição quando analisa as relações humanas quanto as suas formas de agir e pensar, motivos de aproximação e comunhão, aspectos de conflitos e rejeições, enfim, as relações interpessoais; traz na secção III (Formas de sociabilidade e processos de relações), em que comenta a extensão destas relações que se podem efetuar entre coletividades. Ao analisar a Tipologia das Formas e Processos, a obra de Virton (1965), distingue as formas de sociabilidade entre fusão parcial (nós) e oposição parcial (relações-com-outrem). A sociabilidade por fusão parcial, quando em alguma coletividade os membros se consideram como fazendo parte de um todo, ao qual estão obrigados, duma certa maneira, e sem o qual tem consciência de que não seriam aquilo que são. Manifestam-no pelo emprego que fazem da primeira pessoa do plural para se apresentarem: “nós, membros de tal coletividade”. Essa fusão é sempre parcial; embora formando um “nós”, devemos contar que nem todas as relações, sem exceção, estejam marcadas pelo sentido de totalidade. Gurvitch distingue três tipos diferentes de formas de sociabilidade por fusão parcial, ou “nós”:

- As massas: caracterizam-se por um sentimento, bastante vago e confuso, de solidariedade; esse sentimento nasce geralmente da participação semelhante em certos valores e é menos sentido nos grupos permanentes e estruturados do que em ajuntamentos ocasionais.

- As comunhões: No outro extremo da linha, manifestam-se sob a ação de um sentimento catalisador como, uma situação de crise, por exemplo. Em casos extremos, os indivíduos sacrificam, sem dificuldade, o que possuem e o que são, e mesmo a própria vida, pelo todo.

- As comunidades: se situam, pela intensidade do sentimento, como uma forma intermédia das duas anteriores. São menos exclusivamente “virtuais” do que as massas, menos totalmente “polarizadas” do que as comunhões, mas são também mais estáveis e permanentes do que as massas e as comunhões. Esta característica provém, quer os indivíduos

tenham dela consciência ou não, de se apoiarem. Consistem no querer ou no dever-viver em conjunto de um grupo permanente, estruturado, possuindo domínios comuns, tradições, costumes, tudo aquilo que se designa “patrimônio” desse grupo.

A sociabilidade por oposição parcial contrapõe à forma anterior de fusão parcial. Nela, os membros, mesmo que atuam em comum, fazem-no de certa maneira no seu próprio interesse, na estrita salvaguarda da sua personalidade: reconhecem uma convergência de interesses, admitem ter necessidade dos outros, podem mesmo reconhecer-se ligados pela ação comum, mas não pretendem formar um todo com os outros; reservam a total independência de alguém que aceita ser envolvido, mas não admite “entregar-se”. Para melhor compreensão da oposição parcial, ou relações-com-outrem, individuais ou coletivas, Fichter J. H. (*apud* VIRTÓN, 1965), sociólogo americano faz referência a seis processos de relação, distinguindo-os, em primeiro lugar - processos associativos de processos dissociativos.

a) Processos Associativos

A cooperação: condição essencial e indispensável da manutenção e continuidade dos grupos e sociedades. Pode levar ao estabelecimento de uma solidariedade mais viva entre as pessoas e as coletividades, de laços comunitários, com um substrato comum e partilhado de tradições e de maneiras de agir.

A acomodação: é uma forma mais ativa de cooperação. Ocorre quando os seus participantes, desejosos de cooperar, encontram em si próprios certos obstáculos a essa cooperação e procuram superá-los através de concessões recíprocas.

A assimilação: para compreender este processo de relação é conveniente dar um exemplo: vamos nos reportar a “reunificação da Alemanha”, país que foi dividido após a segunda grande guerra em bloco oriental e ocidental. Quando no final do século passado ela foi unificada, após viverem separadas por mais de 40 anos (1949 - 1990), os membros dos seus povos eram diferentes nos seus usos e costumes, poder aquisitivo e tantos outros valores, no entanto, lhes é exigido que agora vivam juntos, que cooperem para subsistir e que se acomodem mutuamente por série de concessões mais ou menos recíprocas. A repetição de tais concessões implica novos hábitos, alterações de costumes e modus vivendi e trouxe como consequência uma certa semelhança nas maneiras de viver. Houve um processo de assimilação.

b) Processos Dissociativos

A oposição: Estamos nos referindo a oposição que se verifica quando um dos parceiros (indivíduo ou coletividade) tende, de modo contínuo, a impedir o outro de atingir um certo objetivo, sem que, por seu lado, procure atingi-lo. O que caracteriza este processo é uma relativa violência, por vezes refreada, um emprego de manobras dilatórias, cominatória, difamatórias. Tratando-se de coletividades, é o domínio daquilo que se designa popularmente por “tensões sociais”.

O conflito: é um processo de relação no qual um dos dois parceiros pretende prejudicar o outro. Não procura impedi-lo de atingir um fim, mas de ser ele próprio. Pretende como um aniquilamento do outro (a guerra total, a luta de classes, a revolução). Pode acontecer também entre pessoas, por exemplo, nos conflitos perante os tribunais, no decorrer de um divórcio, heranças ou dramas passionais. Servem mais para ferir o outro do que para lhes assegurar uma plena realização.

A competição: Cada um dos componentes tenta superar o outro, não pela vontade de impedi-lo ou de abatê-lo, mas para atingir o mesmo objetivo que o companheiro ambiciona. É própria do ser humano e nem sempre é prejudicial, como por exemplo a concorrência comercial, desde que não levada ao extremo e mantida em estritos limites competitivos, deixa de ser um processo dissociativo. Mas ela representa um estado de equilíbrio instável e o parceiro pode rapidamente, em caso extremo, deixar o processo deteriorar-se.

Mais a frente, quanto Virton aborda as Coletividades Estruturadas, ou Grupos, refere-se às Comunidades e Associações fazendo uma interessante comparação entre elas:

As comunidades são coletividades globais de relações comunitárias, enquanto que as associações são coletividades especializadas de relações associativas.

Enquanto a comunidade supõe, devido à sua permanência no tempo, uma totalidade demográfica e uma renovação das gerações, a associação, pelo contrário, não as exige; uma associação pode criar-se entre as pessoas da mesma idade e do mesmo sexo.

Enquanto a comunidade exige um elemento material e, nomeadamente, a posse exclusiva de um espaço, de uma fração de território onde os membros, com exclusão de todos os outros, estejam “em sua casa”, tais elementos podem encontrar-se na associação, mas não são indispensáveis à sua existência.

Enquanto a comunidade tece entre os seus membros um laço que se revela na maneira de agir e numa dada maneira de pensar, sem que se exija uma definição prévia dessas

maneiras, tradições e costumes, a associação é obrigada a definir, por meio de uma regulamentação formal, explícita e promulgada, as normas de conduta dos membros associados, nas suas mútuas relações e, por vezes, nas suas relações com terceiros.

Retiramos da obra de Virton (1965, p. 150) uma citação que certamente tem similaridade com a situação real da Comunidade Rural das Três Barras, quanto à aspectos relacionais das associações:

A associação é uma coletividade na qual as pessoas se unem para realizar um objetivo preciso, e não para viverem em comum. Elas conferem algo à associação. Tem nela um interesse que tanto pode ser idêntico como distinto, mas complementar. Não procuram entregar-se a ela inteiramente; reservam, de uma maneira geral, a possibilidade de retirada. Estão, portanto em “relação-com-outrem”, essas relações podem ser associativas, mas também se podem tornar dissociativas. Pode parecer estranho falar de uma associação cujas relações se tornem “dissociativas”. Tal fato explica-se se tivermos presente que a associação nem sempre é voluntária. Quando duas pessoas se associam, com plena liberdade de decisão, as relações entre elas são sempre associativas. Mas o tempo pode intervir: após um período de total colaboração, pode vir um tempo em que cada uma tenha de virar-se sobre si, surgindo aqui e ali relações de oposição, de competição e conflito. Pode acontecer que ponham a hipótese de uma ruptura, sem conseguirem, todavia, realizá-la imediatamente, porque estão outros interesses em jogo [...]

1.6.1 Significação de comunitarização

O termo passou a fazer parte integrante do arcabouço conceitual do Desenvolvimento Local, embora ainda não contemplado nos dicionários da língua portuguesa, integra a disciplina optativa do nosso Mestrado: Desenvolvimento Local, Comunidade e Comunitarização, tendo como Docentes responsáveis os Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila e Dr. Josemar Campos Maciel. Ao acompanharmos de perto o trabalho dos referidos Professores, observando seus esforços no sentido de desvelar referenciais teóricos e incentivar a pesquisa relacionada à disciplina, que pela importância e em razão da iniciação recente, obteve no decorrer do ano de 2008, importantes novidades acrescentadas ao seu conteúdo. Referimo-nos a um trabalho de parceria do Professor Fideles com a Mestre Ione de Souza Coelho, cuja Dissertação versou sobre pesquisa qualitativo-descritiva realizada no Jardim Sayonara de Campo Grande - MS, ao longo do biênio 2005-2006, enquanto mestrandona posterior conquista do grau de Mestre em Desenvolvimento Local, com o tema: “*Performances comunitárias e vieses teóricos sobre potencialidades de participação no jardim sayonara de Campo Grande-MS*” em ótica de desenvolvimento local. Segue uma síntese do conteúdo deste trabalho, evidenciando os novos ensinamentos referentes a comunidade-

comunitarização, pois houve efetivamente um avanço em aspectos teóricos do Desenvolvimento Local ligados a fenomenologia comunitária.

Ao explicar a dinâmica ocorrida na “Grande Comunidade Sayonara” quanto a participação comunitária nas óticas de lideranças e dos agentes internos e externos nos vários grupos sociais que se formaram, segundo Coelho e Ávila, duas constatações vieram a tona (negrito do original):

1. A fenomenologia do processo de comunitarização, para qualquer finalidade mobilizatória, pode se delimitar por dois níveis de mobilizações objetivadas: o da coesão gregária e o da coesão solidária.

2. Só o nível da coesão gregária não basta para a formação e geração dos vínculos culturais e operacionais da mobilização associativa-cooperativa requerida para que cada comunidade-localidade se alce da tradicional dependência de mero objeto para a emancipatória performance de sujeito/a do seu próprio processo de desenvolvimento.

Segue a explicitação dos principais conceitos, referentes a fenômenos mobilizadores de pessoas, reproduzindo formulações já publicadas pelo co-autor Ávila:

Diferenciação básica entre gregariedade e solidariedade:

[...] o ser humano é essencialmente gregário mas apenas perifericamente solidário. A essencialidade gregária lhe é conferida pelo instinto de preservação e autopreservação da espécie, ao passo que a solidariedade se lhe afigura como fenômeno residual, resultante da intuição (em estado mais primitivo) e do raciocínio analítico (em estágios mais avançados), sobre a necessidade e/ou conveniência de se estender aos “outros” aquilo que extrapola pelo menos os limites mínimos da autopreservação individual (ÁVILA, 2000b, p. 117).

a) Gregariedade:

[...] a gregariedade é impulsiva diante de qualquer ameaça ou até interesse de autorpreservação: vários se unem, quando se trata de união voluntária ou instintiva, mas cada um [também] com o objetivo ou impulso de se preservar. [...] A gregariedade sem solidariedade foi sempre a “razão” de todas as guerras, de todos os conflitos, de todos os desentendimentos, de todos os descalabros ecológicos e do próprio subdesenvolvimento [...] (IBID., p. 117-118).

b) Solidariedade:

[...] representa o estado de ânimo (impressões, crenças e convicções) que gera volitivos, afetivos e efetivos laços de mobilização e cooperação (nos âmbitos de uma pessoa para com outra, de um grupo para com outros, dos membros de um grupo para com todo o grupo ou de membros para com membros do mesmo grupo [...] (ÁVILA *et al.*, 2001, p. 41-42).

c) Coesão:

[...] se caracteriza pela real concretização do estado de mobilização e cooperação de um grupo de pessoas, pequeno ou grande [...] (IBID, p. 42).

d) Coesão gregária:

[...] a que se efetiva com base em impulsos instintivos (ou algo bem próximo de sentimentos, interesses e finalidades primários-comuns) de autopreservação e/ou conservação de todo o grupo ou de parte dele, [...] (IBID, p. 42).

e) Coesão solidária:

[...] resultante de volitivos, afetivos e efetivos laços de mobilização e cooperação [...] para cuja formação [...] boa dose de idealismo altruísta se soma a sentimentos, interesses e finalidades comuns, conferindo à união do grupo significância e relevância social que transcendem as imputadas aos esforços e dispêndios individuais implicados (IBID, p. 42-43).

f) Comunitarizar/comunitarização:

Embora ainda não constantes de nossos léxicos, o verbo comunitarizar e o derivado substantivo comunitarização vêm assumindo importância cada vez maior no contexto do Desenvolvimento Local, pelos motivos de que:

[...] inexistem comunidades-prontas para DL, valendo dizer que mesmo os agrupamentos humanos que se configurem como “comunidades”, em razão de determinados critérios e situações de reciprocidades interativas, só decolarão na rota do Desenvolvimento Local se movidos por processo de constante autocomunitarização para DL (ÁVILA, 2008).

Vimos no decorrer das aulas da disciplina: Desenvolvimento Local, Comunidade e Comunitarização, no segundo semestre de 2008, que Comunitarização é dinamização, formação e educação de uma Comunidade visando determinado objetivo ou pacto social (falar a mesma língua). Ocorre predominância dos relacionamentos primários aos secundários. Na dinâmica de Comunitarização, as pessoas aprendem a estabelecer equilíbrio entre interesses coletivos e individuais, com prevalência dos primeiros. No entanto, tudo irá bem até os limites no nível gregário de mobilização, mas tenderá a se descambar quando começar a percorrer os degraus da Comunitarização Solidária para o Desenvolvimento Local, esta mais exigente de capacidades humanas de diálogo, assim como de negociações e partilhas de responsabilidades de toda ordem.

Portanto, o maior desafio em relação a tudo o que mais exija alerta, neste processo de comunitarização, consiste em não deixá-lo paralisar-se por exposição e contaminação continuadas a clima interno e externo de desconfiança. Se persistentes, esses climas

desarticulam, solapam e implodem qualquer processo de comunitarização para o Desenvolvimento Local. Daí anteriormente se destacar, no conceito de comunitarizar/comunitarização, a importância da contínua formação educativo-cultural explícita e especificadamente para DL.

1.6.2 Fenômenos-eixo de comunitarização, descomunitarização e recomunitarização

Relacionados no decorrer das aulas da disciplina: Desenvolvimento Local, Comunidade e Comunitarização (2008). Docentes responsáveis: Professores Dr. Vicente Fideles de Ávila e Dr. Josemar de Campos Maciel colocaram que :

1. Tais fenômenos-eixos gravitam em torno de finalidades ou objetivos referênciais específicos: por exemplo, autocapacitação comunitária, opção política, opção religiosa, iniciativa de lazer, associação-cooperação para determinado empreendimento, etc. 2. As razões desse processo gravitacional são de cunho tanto primário (consangüinidades, vizinhanças, empaticas, simpatias, antipatias, “pertença espontânea”, etc.) quanto secundário (lutas, reivindicações ou acertos comunitários, exigências externas, etc.), no âmbito de determinado grupo humano localmente delimitado. 3. E as gravitações desses fenômenos-eixos em torno das referidas finalidades se processam em dois sentidos simultaneamente opostos: o das convergências e o das divergências. 4 Fenômenos-eixos convergentes: principais fenômenos aglutinadores que expressam condições ou ajudam a potencializar no sentido de que a “comunidade” se torne cada vez mais espontaneamente unida ou, ainda, solidária e associativo-cooperativa, tanto interna quanto externamente. 5. Fenômenos-eixos divergentes: principais fenômenos desaglutinadores que obstaculam a criação de condições ou dificultam processos de potencialização no sentido de que a “comunidade” se torne cada vez mais espontaneamente unida ou, ainda, solidária e associativo-cooperativa, tanto interna quanto externamente. 6. Essa simultaneidade de opostos normalmente cria espaços de acomodação convergentes/divergentes enquanto há alguma finalidade/objetivo comum para o referido grupo localmente delimitado. 7. Nesse caso, uma performance maior de comunidade convergente consegue abrigar performances comunitárias menores, geradas por relacionamentos divergentes. 8. Quando as competições e os atritos/conflitos divergentes se tornam insustentáveis no âmbito de uma performance maior de comunidade convergente, a tendência é a da formação de nova/s colméia/as comunitária/as: as abelhas, as formigas, etc., também agem assim. 9. Tais fenômenos-eixos podem se referir a convergências e divergências (ver respectivo elenco de fatores): a) internas (ou intracomunitárias). b) externas (atinentes a relacionamentos da “comunidade” com alçadas externas). 10. Então, e remontado ao item 1, supra, eu posso me enfronhar na dinâmica fenomenológica de uma “comunidade” e, a partir dela, descobrir (em relação -por exemplo- a autocapacitação ou associação-cooperação comunitária, ou etc., etc.) **tanto os/quanto os:** a) fenômenos-eixos de convergências (internas e externas). b) fenômenos-eixos de divergências (internas e externas) (grifos do autor).

Entendemos ser de fundamental importância a análise dos fenômenos-eixos de Convergência e Divergência para atender à dinâmica dos relacionamentos interpessoais em qualquer comunidade, especialmente àquelas de âmbito rural. Necessário se faz para

realização do nosso intento, empreender profunda investigação na comunidade objeto do nosso estudo, descobrir as relações primárias e secundárias, para posteriormente identificar os fatores favoráveis e desfavoráveis à sua Comunitarização, em consonância com o objetivo do nosso trabalho.

1.7 ASSISTÊNCIA, ASSISTENCIALISMO COMUNITÁRIO-LOCAL E RELAÇÃO COM DL

Ávila (2004, p. 1) escreve um texto objetivo e esclarecedor do tema em pauta:

No que se refere às práticas assistenciais, tem sido comum a confusão na utilização dos termos assistência e assistencialismo. Esta é uma questão delicada, daí a importância que se tenha clareza sobre ela, pois quando se trabalha com a política de assistência social nos espaços em que a intervenção se caracteriza pelo caráter emergencial é comum taxar esta atuação como uma prática assistencialista. Contudo, não se deve equiparar ou confundir ação de emergência com assistencialismo. As ações emergenciais são tão dignas e necessárias quanto as demais ações, o que realmente faz a diferença são os objetivos pelos quais são desenvolvidas.

No Brasil, as políticas sociais passaram a ter um caráter de direito, a partir da década de 1980, marcada por pontos cruciais, entre os quais o momento efervescente dos movimentos sociais na luta pela democracia e pelos direitos humanos. Em síntese, dessas lutas obteve-se a reforma da Constituição Federal de 1988, considerada a “Constituição Cidadã”, que registra o grande avanço em relação aos direitos sociais. A partir daí podemos afirmar que a Constituição Federal de 1988 foi a porta de entrada para o início da construção da política de assistência social na condição de política pública, dever do Estado e direito da população. Esta condição se materializou através da criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993, é esta, que regulamenta o direito à assistência social e que a organiza como política social. Neste contexto a partir da LOAS cria-se o Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social com o objetivo do compartilhamento de poder entre as três esferas de governo para viabilizar assim uma dada forma de efetivação das ações assistenciais.

Apesar de termos legislações que avançaram no sentido do direito social, muitas ações desenvolvidas segundo a ótica dos interesses de dirigentes do Estado, tem-se caracterizado como assistencialistas, ou seja, ações que não emancipam os usuários, pelo contrário, reforçam sua condição de subalternização perante os serviços prestados. Estas ações constituem-se com base na troca de favores, principalmente no que se refere a políticas

partidárias, em que parte da população torna-se receptora de “benefícios” não no sentido do patamar do direito e sim na perspectiva da troca de votos e favores. Porém, para a população que depende dos serviços e benefícios transmitidos por essas políticas para garantir sua sobrevivência, não importa com que intenção as estão desenvolvendo, já que o fundamental é que não morra de fome, ou de outra necessidade qualquer.

Ávila (2004, p. 75-77), quando alerta sobre riscos na preparação de comunidades-localidades, assim se refere ao assistencialismo:

[...] Já é sabido mundialmente que o assistencialismo, ao invés de resolver, agrava cada vez mais a dependência de pessoas e comunidades das ‘ajudas’ externas, alimentando inclusive a Cultura da Pobreza [...], a cultura do assistencialismo socialmente degenerador, grassada mundo afora, se assemelha à do oleiro que, ao perceber que todos os habitantes de certa região precisavam de potes, reuniu e concentrou seus esforços em sua fabricação. No entanto, desde a primeira ‘fornada’, verificou que infalivelmente todos os potes apresentavam trincas aqui e acolá. Ao perceber que era difícil resolver o problema das trincas no próprio processo de fabricação dos potes, teve e de fato adotou a seguinte idéia: fabricar também resina especial para vedar trincas de potes. Assim, a população primeiro comprava os potes, mas dentro em pouco voltava para adquirir também a resina. E, como a resina tinha efeito muito curto, o grande negócio do fabricante tornou-se a sua produção, embora também precisasse continuar fabricando potes trincados. Do contrário, perderia o que passou a ser o seu grande negócio, o generalizado consumo de resina: afinal, sem potes trincados, ninguém mais iria precisar de resina. Perpetuou-se assim, a cultura da produção de potes trincados de fábrica [...] assistencialismo perverso (também caracterizado de duas maneiras, a do assistencialismo demagógico e a do assistencialismo colonizante), pelo qual a comunidade-localidade se torna objeto de manipulação de agências ou agentes externos.

A presença nefasta do assistencialismo nas comunidades, tanto urbanas como rurais, passa a ser grande entrave à sua comunitarização para o Desenvolvimento Local. Ele gera dependência e subserviência às pessoas que o recebem, diminuindo sua auto-estima e com isso dificultando ações no sentido de torná-las mais confiantes, criativas e independentes na busca do seu próprio destino.

1.8 CULTURA, HÁBITOS ASSOCIATIVOS E RELAÇÃO COM O DL

No Moderno Dicionário Brasileiro do Professor Antonio Carlos Barbosa, v. 1, (1976, p. 326), cultura significa: “Ato, efeito ou modo de cultivar; desenvolvimento intelectual; saber; utilização industrial de certos produtos naturais; estudo; elegância; esmero; (Sociolog.) sistema de atitudes e modos de agir, costumes e instruções de um povo. Conhecimento geral.” Interessa-nos mais o conceito da cultura voltado à Sociologia: sistema de atitudes e modos de agir, costumes e instruções de um povo. Acrescentaremos ainda a

“tradição”, que a nosso ver, é parte integrante da cultura. Assim, quanto mais instruída for uma população, mais independente, forte e feliz ela se torna em todos os sentidos, porque se tornará protagonista do seu próprio destino. Na busca deste modelo, mormente quando nos referimos a pequenas comunidades rurais, como é o caso objeto do presente trabalho de pesquisa na comunidade rural das Três Barras, a vontade de associar interesses e idéias está presente entre os seres vivos desde os primórdios dos tempos. A prática associativa vem se perpetuando, sustentando a sobrevivência e a evolução das espécies.

Canterle (2004, p. 6) destaca:

O associativismo constitui-se numa exigência histórica e profunda de melhorar a qualidade da existência humana. O social é a ambiência normal do humano. O homem como um ser social se agrega [...]. O associativismo é tido como uma das melhores possibilidades, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidades de crescimento e desenvolvimento [...]. A força social está na capacidade de, num processo de diálogo construtivo, ampliar o conhecimento, daí a capacidade de ação do grupo se estabelece e as atividades realizadas de forma comunitária e, em essência coletiva, determinam um processo de cidadania emancipada, fortalecem e estendem as discussões, induzindo e assentando o processo de desenvolvimento, originalmente local.

Assim, entende-se que toda ação envolvendo uma comunidade para sua comunitarização, visando o Desenvolvimento Local, é imprescindível o associativismo dos membros que a compõe em torno de projetos para benefício coletivo. Cabe aqui lembrar a metáfora: “um feixe de varas é muito mais difícil de ser dobrado do que uma só, isoladamente”, este é o princípio que deve ser cultivado na necessária doutrinação comunitária dos agentes envolvidos.

1.9 CULTURA, HÁBITOS COOPERATIVOS E RELAÇÃO COM O DL

Quando se estuda uma comunidade rural do tipo das Três Barras, com sua característica fundiária composta de pequenas propriedades, imediatamente vem à mente a necessidade desses pequenos produtores buscarem o associativismo como forma de organização política, social e econômica para a exploração racional de suas terras. Deveria ser “terreno fértil” para o desenvolvimento do cooperativismo, com todos os instrumentos favoráveis para proporcionar aos seus integrantes uma forma justa de organização humana de trabalho, com perspectivas de uma vida melhor visando o autêntico Desenvolvimento Local Endógeno. No entanto, a realidade é bem diferente e lamentavelmente nada disso ocorreu ou ocorre na prática. Seguem os fundamentos e as etapas para implantação do cooperativismo.

Valemo-nos do livro “O ABC do cooperativismo”, de João Vitorino Azolin Benato (1997, p. 14), que define as Cooperativas como:

Sociedades de pessoas, de pequenos artífices econômicos, que se associam livremente, para realizar certos objetivos comuns, por meio de trocas recíprocas de serviços, valendo-se de uma empresa econômica coletiva, que funciona como administradora dos bens de todos e riscos em comum. [...] Estas sociedades pretendem realizar uma ordem econômica e social baseada na paz e não na luta, na solidariedade e não na competição, na colaboração com o trabalho e não no domínio dos lucros.

O citado autor analisa o movimento cooperativo também como movimento de realizações práticas, possuindo, no entanto, um fim único que procura alcançar por um desenvolvimento gradual e pacífico, o ideológico e o realizador. Eles devem permanecer numa harmonia perfeita e em colaboração permanente, pois num movimento dessa espécie não pode existir contradição ou mesmo mal entendido permanente entre a teoria e a prática. Enfatiza em seu texto a importância da doutrina (BENATO, 1997, p. 15):

E quanto a ação prática, o movimento cooperativo não pode se privar da idéia, de doutrina, pois são elas que o transformam numa ação consciente, tendo fins bem determinados e política traçada de maneira precisa. A doutrina é, portanto, necessária ao nosso movimento para lhe conservar o caráter específico, os fins que tem em vista e imprimir-lhe significação social, afastando-o de percalços e contratempos. A doutrina é para o cooperado o farol que ilumina a rota a seguir.

No livro “Organização do quadro social”, o Junqueira (1993, p. 8) se refere à autogestão como objetivo final por ocasião da organização do quadro social de uma cooperativa, assim definindo-a:

Autogestão é a forma pelo qual o presidente e os donos da empresa (no caso da cooperativa, os “donos” são os associados) decidem por eles próprios, a melhor maneira de melhorar o desempenho da empresa (no caso, a cooperativa), para todos ganharem mais. Em síntese, dirigentes e associados assumem a total responsabilidade pela gestão da própria cooperativa.

Ainda de acordo com Junqueira (1993, p. 8), para alcançar o objetivo final da autogestão, são necessárias cinco condições básicas:

- I - Um programa de organização do quadro social;
- II - Um programa de capacitação para dirigentes, funcionários e associados;
- III - Existência de condições de transparência administrativa - Conselho Fiscal competente e atuante, auditoria interna, auditoria externa, e assessorias;
- IV - Meios para autosustentação econômico financeira;
- V - Instrumentos de comunicação funcionando (boletim informativo, jornal, programa de rádio, impressos, circulares, etc.).

Junqueira (1993, p. 104) chama a atenção para um aspecto fundamental, visando o sucesso das cooperativas, que concordamos plenamente: “a conclusão maior, óbvia, é de que o grande problema do cooperativismo é a falta de educação cooperativista em todos os níveis, isto é, desde o dirigente máximo ao mais modesto associado”.

Recorre-se ao guia prático de Cooperativismo, editado pelo Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB/MS, 2007). Em 1995, comemorou-se um século da existência da Aliança Cooperativa Internacional - ACI. No congresso comemorativo dessa data, os cooperativistas de todo mundo aprovaram conceitos e princípios, não muito diferentes daqueles apresentados pelos pioneiros, mas, atualizados e aperfeiçoados, servirão de base para as estratégias de desenvolvimento do sistema cooperativista existente no mundo. Novo conceito de cooperativa foi elaborado, cujo documento cita:

A Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa pertencente a todos e democraticamente controlada. [...] Igualmente importante foi a conceituação de valores: cooperativas são baseadas nos valores de auto-ajuda, autoresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Seus membros acreditam nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os demais. [...] Princípios do cooperativismo: 1. Adesão livre e voluntária; 2. Gestão democrática pelos sócios; 3. Participação econômica dos membros; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, formação e informação; 6. Intercooperação; 7. Interesse pela comunidade (OCB/MS, 2007, p. 7).

Segue para melhor ilustração o quadro 1 a seguir apresenta as principais diferenças, focando características legais e administrativos das Associações e Cooperativas:

	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
Conceito	Sociedade civil sem fins lucrativos	Sociedade civil/comercial sem fins lucrativos
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados; Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados	Viabilizar e desenvolver prestação de serviços aos seus cooperativos; atuar em nível de mercado; formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.
Legislação	Constituição (art. 5º, inciso XVII a XXI e art. 174, §. 2º); Código Civil	Constituição (art. 5º, Incisos XVII a XXI e art. 174, § 2º); Código Civil. Lei nº 5.754/71
Formação	Mínimo de duas pessoas	Mínimo de 20 pessoas
Procedimentos	Aprovação do estatuto em assembléia geral, pelos associados; eleição da diretoria; elaboração ata de fundação; registro do estatuto e ata de fundação no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca; CNPJ na Receita Federal e demais órgãos competentes; Abertura de livros; ata e caixa.	Aprovação do estatuto em assembléia geral pelos cooperados; eleição do conselho de administração/ fiscal; elaboração da ata fundação; registro na Junta Comercial p/ obtenção de CNPJ na Receita Federal e demais órgãos competentes.
Patrimônio	Seu patrimônio é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social. A inexistência do mesmo dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras.	Possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto às instituições financeiras. O capital social é formado por quotas -partes.
Representação	Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse; são representadas por federações e confederações.	Pode representar os associados em ações coletivas do seu interesse. São representadas a nível nacional pela Organização das Cooperativas Brasileiras; e no nível estadual, pela Organização das Cooperativas Estaduais.
Participação Democracia	Nas decisões em assembléia geral, cada pessoa tem direito a um voto.	Nas decisões em Assembléia Geral, cada pessoa tem direito a um voto independente do volume de capital
Operações	Auxilia no processo de comercialização dos associados. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercial, industrial e de prestação de serviços; realiza operações financeiras, bancárias; pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal.
Remuneração	Os dirigentes não têm remuneração pelo exercício de suas funções; recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos.	Os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais “pró-labore”, definidas pela assembléia.
Resultados financeiros	As possíveis sobras das operações financeiras não são divididas entre os sócios, sendo aplicadas na própria associação.	Após decisão em assembléia geral, as sobras podem ser divididas de acordo com o volume de negócios do associado com cooperativa. É obrigatória a destinação de 10% das sobras para o Fundo de Reserva e 5% para o FATES.

Quadro 1 - Comparação das características entre Associação e Cooperativa.

Fonte: OCB (2007, p. 29-32)

Ao colocar o quadro comparativo acima entre a constituição jurídica e funcionamento operacional de associações e cooperativas, pretende-se demonstrar que, na prática, normalmente em pequenas comunidades rurais, primeiro se constitui uma associação de produtores para mais tarde, com o crescimento e evolução dos negócios transformá-la em cooperativa com grandes vantagens fiscais e a possibilidade de operar livremente em todas atividades econômicas possíveis, desde a produção de matérias primas via associado, até a industrialização, comercialização no mercado interno e exportação.

1.10 CULTURA, HÁBITOS DE EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO E RELAÇÃO COM O DL

O conceito de empreendedorismo é muitas vezes confundido, ou explicado de maneira a deixar as pessoas confusas sobre o que realmente é um empreendedor.

Algumas definições importantes para o empreendedor:

Os empreendedores estão sempre buscando a mudanças, reagem a ela e a exploram como sendo uma oportunidade, nem sempre vista pelos demais. São pessoas que criam algo novo, diferente, mudam ou transformam valores, não restringindo o seu empreendimento a instituições exclusivamente econômicas. São essencialmente inovadores, com capacidade para conviver com riscos e incertezas envolvidas nas decisões (DRUCKER *apud* CIELO, 2001).

A autora descreve aptidões mais específicas:

O empreendedor é descrito também como um indivíduo com bastante iniciativa, agressivo para os negócios, eterno farejador de oportunidades, ansiosos em ser patrão (e mais ainda em deixar de ser empregado) que se lança naquilo que gosta de fazer, sendo dinâmico e inquieto. É geralmente alguém dotado de muitas idéias, vocação para o risco (até determinado limite de seu empreendimento), alguns impulsionados pelo lucro imediato, outros pelo prazer de criar, de fazer explodir seu potencial - todos, porém, excitados em administrar seu próprio destino (AQUINO *apud* CIELO, 2001).

Dolabela (*apud* CIELO, 2001), afirma que: “os empreendedores são considerados motor da economia, agente de mudanças. Indivíduos que inovam, identificam e criam oportunidades de negócios, montam e coordenam novas combinações de recursos para extrair os maiores benefícios de suas inovações”. O empreendedor é um ser social, produto do meio em que vive, fenômeno territorial, ou seja, existem cidades regiões e países mais empreendedores que outros.

Assim, desfaz-se a tese de que o empreendedorismo é fruto de herança genética, ou seja, é possível que as pessoas aprendam a ser empreendedoras. O empreendedorismo pode ser considerado também um fenômeno cultural, ou seja, é fruto de hábitos, práticas e valores das pessoas. Existem famílias mais empreendedoras do que outras, assim como cidades, regiões e países, o que comprova que os empreendedores nascem por influência do meio territorial em que vivem. ‘Pesquisas indicam que as famílias de empreendedores tem maiores chances de gerar novos empreendedores e que empreendedores de sucesso quase sempre tem um modelo, alguém a quem admiram e imitam’ (FILION *apud* CIELO, 2001).

Considerando as alusões acima mencionadas sobre a virtude do empreendedorismo e as características diferenciadas daqueles que são considerados empreendedores, pode-se afirmar que todo proprietário rural, não importando a dimensão da sua propriedade (pequena, media ou grande), desde que a torne produtiva, ou mesmo, sem ser proprietário, na condição de arrendatário rural, parceiro ou meeiro precisa ter qualidades de empreendedor. Sua atividade exige criatividade e competência. Precisa ser inovador e acompanhar de perto as mudanças de tecnologias para melhorar a produtividade e qualidade dos seus produtos, sem esquecer-se dos riscos próprios da atividade no tocante aos preços agrícolas e suas oscilações no mercado, além da dependência direta das intempéries do clima.

Assim, concentrou-se o foco sobre empreendedorismo no pequeno proprietário rural, por serem esses a grande maioria dos integrantes da comunidade rural das Três Barras, situada na região periurbana do município de Campo Grande. Voltou-se a atenção para os empresários de pequenas propriedades rurais e sua luta pela sobrevivência, suas dificuldades em tocar seus negócios, suas carências em vários sentidos. De outro lado, observou-se sua enorme vontade de acertar, de progredir, sua persistência em manter-se firme na nobre missão e árduo trabalho ligado à terra e a arte de fazê-la produzir alimentos para satisfazer os enormes contingentes de consumidores que vivem nas cidades.

1.11 EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

Se existisse uma fórmula universal de exploração racional da terra para facilitar o trabalho dos produtores rurais, bastaria divulgá-la no meio rural e ensiná-la aos nossos produtores para que todos alcançassem sucesso na atividade. No entanto, a tarefa é bem mais complexa, sabe-se disso, e são muitas variáveis que irão influenciar o sucesso ou insucesso nas pequenas propriedades rurais, variações estas de região para região levando-se em conta a

qualidade da terra, o clima, condições do mercado consumidor, como também as características do agricultor ou pecuarista quanto ao aspecto cultural, nível de conhecimento, disponibilidade de apoio técnico e tantos outros detalhes inerentes ao trabalho. Contudo, existem sim alguma linhas mestres de atuação, procedimentos compatíveis, conhecimentos imprescindíveis e experiências exitosas na lida com a terra.

Para tanto, recorreu-se a um estudioso da área, que trabalhou no início de sua carreira como extensionista rural na cidade de Marechal C. Rondon, Estado do Paraná. O Engenheiro Agrônomo Polon Lacki, trabalhou primeiro no Oeste do Estado do Paraná no decorrer de três anos (1965 a 1967), e mais tarde durante mais de cinco anos, como extensionista, com os agricultores mais pobres do Brasil, no Estado do Piauí. Lá as condições edafo-climáticas eram muito adversas e, com exceção da assistência técnica, os agricultores não recebiam nenhum apoio estatal. Havia reiteradas promessas de ajudas governamentais, mas elas simplesmente não chegavam às propriedades e comunidades rurais. Essa ausência do poder público lhe indicou que insistir em soluções paternalistas significaria perder tempo e, o mais grave, enganar os agricultores com ilusões e utopias.

Por essa razão sentiu que era necessário fazer algo radicalmente diferente, como por exemplo: oferecer aos produtores rurais soluções, que fossem de tão fácil adoção e de tão baixo custo, que todos eles pudessem adotá-las, sem necessidade de ajudas externas; e que ao fazê-lo, pudessem aumentar a sua produção e incrementar a sua renda, de maneira muito significativa. Mais tarde confirmou que isso não era uma utopia e sim uma possibilidade real e concreta. Deixou o Piauí para atender um convite da Organização das Nações Unidas - ONU para ser o responsável técnico na América Latina da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, organização ligada ao combate à fome no mundo, onde permaneceu trabalhando por mais de 20 anos até alcançar sua aposentadoria. Apesar de tê-la alcançado não parou e não para de atuar em favor da causa. Hoje mora em Curitiba no Estado do Paraná, mantém *site* de relacionamento com outros estudiosos do tema e profere palestras Brasil afora. Seguem alguns dos principais ensinamentos de Lacki (2003)⁷, sempre destinados aos pequenos proprietários rurais:

⁷ Para divulgação das suas teses voltadas às pequenas propriedades rurais, suas sugestões aos produtores para desenvolvê-las estão escritas no livro de sua autoria: Da Dependência ao Protagonismo (LACKI, 2003). Quanto às idéias de sua autoria contidas no livro, Polon Lacki declara a quem interessar possa: Todos estarão autorizadas a apropriar-se, sem qualquer restrição, desta proposta e dos textos que a respaldam tecnicamente e que estão disponíveis na seção artigos do *site*. Na verdade considero que esta proposta já não me pertence e sim às pessoas dotadas de espírito público e compromisso social, que desejem melhorá-la e difundi-la em benefício da humanidade.

Segundo Lacki (2003), todos os produtores rurais podem ter pelo menos a oportunidade de melhorar, avançar e progredir, utilizando de maneira mais racional e produtiva os recursos que eles possuem. A obra de Lacki (2003) apresenta uma proposta para solucionar os problemas dos agricultores que é “diferente” e intencionalmente simplificada, a fim de que a sua adoção possa ser democratizada/generalizada. O livro demonstra que as principais causas da pobreza rural, não necessariamente residem na falta de decisões políticas de alto nível, de créditos e subsídios ou na insuficiência dos recursos produtivos que possuem os agricultores; pois os recursos mínimos para iniciar o processo de desenvolvimento geralmente estão disponíveis, mas estão sub ou mal aproveitados, por falta de conhecimentos.

O autor afirma que as referidas causas não necessariamente estão no colonialismo, no imperialismo, no neoliberalismo, na globalização ou nos subsídios que os países ricos concedem aos seus produtores rurais. As causas mais profundas estão na inadequação dos conteúdos curriculares e na péssima qualidade do nosso sistema de educação rural.

Este livro é um “convite” para que se faça uma auto-crítica e não se continue perdendo tempo em identificar supostos “inimigos externos”, tão remotos no tempo e tão longínquos no espaço, como os mencionados no parágrafo anterior. O autor propõe que nos dediquemos, prioritariamente e de maneira muito mais construtiva, a eliminar os “inimigos internos” que estão nas atitudes e nos procedimentos que os agricultores (mal formados, mal capacitados e desorganizados) adotam nas suas propriedades, mas suas comunidades e nos mercados agrícolas.

Para adotar esta proposta, felizmente, não se requer de altas decisões políticas, créditos abundantes e baratos, investimentos de alto custo, subsídios, nem garantias oficiais de preços e de comercialização das colheitas. Aqui não se solicita que governos paternalistas solucionem os problemas dos agricultores, pois se demonstra que eles mesmos podem fazê-lo. Com tal fim apenas se reivindica o que é absolutamente imprescindível: uma educação de excelente qualidade, com conteúdos curriculares adequados às necessidades de vida e de trabalho imperantes nas zonas rurais e nas atividades agropecuárias.

Ainda para reflexão, Lacki (2003, p. 3) com o pragmatismo das suas ações afirma:

[...] depois que tenhamos esta educação emancipadora, a pobreza do campo será eliminada pelos próprios habitantes rurais dentro dos seus lares, das suas propriedades, das suas comunidades e dos mercados rurais. Porque a vontade, a decisão e a capacidade pessoal de cada extensionista e de cada agricultor de resolver os problemas da agricultura, será muitíssimo mais eficaz que a sempre reivindicada mas nunca conseguida vontade e decisão política dos governos. Porque os próprios agricultores eliminarão **as causas** que originam a sua pobreza, em vez de continuar esperando por migalhas governamentais que tentam, sem êxito, suavizar **os efeitos** provocados pela falta de conhecimentos adequados. [...] Em resumo, está

fundamentada em um desenvolvimento mais endógeno que exógeno, ao indicar que o êxito dos projetos de desenvolvimento agrícola e rural depende: muito mais do profissionalismo dos agricultores que do paternalismo dos seus governos. Muito mais de conhecimentos adequados que de recursos abundantes; os agricultores costumam fracassar nas atividades agrícolas, não necessariamente porque lhes faltam recursos produtivos e sim porque lhes faltam **o saber e o saber fazer** para conseguir que tais recursos gerem mais produção e mais renda; muito mais da competência e pragmatismo dos extensionistas e dos professores rurais que da eloquência dos políticos. Por todas estas razões, o desenvolvimento rural deve começar de baixo para cima e de dentro para fora; e não de cima pra baixo nem de fora para dentro. Consequentemente as ações governamentais de apoio às famílias rurais, sem lugar a nenhuma dúvida, **deverão começar no banco da escola e não no guichê do banco. Os próprios educadores podem fazê-lo, com ou sem decisões superiores e recursos adicionais** (grifos do autor).

Importante ressaltar, ao estudar as idéias deste autor, da esperança contida na sua mensagem aos pequenos produtores rurais. Conforta o fato de se estar pesquisando uma comunidade rural (Três Barras) composta de produtores que se enquadram exatamente na proposta deste signatário, que não se trata de mais um teórico, mas um indivíduo de comprovado conhecimento, perfeitamente integrado com o problema rural pela sua trajetória profissional e que tem dedicado sua existência, imbuído do mais puro idealismo, para melhoria da qualidade de vida das pessoas que tem sua subsistência ligada a terra e a produção de alimentos nas pequenas propriedades rurais.

1.11 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A expressão sustentabilidade é assunto de grande relevância do momento, tendo em vista sua importância no contexto global, sua atualidade e polêmica nos freqüentes debates internacionais, ou então, mais próximo da nossa convicção, o de promover o desenvolvimento sustentável.

Ao planejarmos o desenvolvimento de uma empresa, é necessário considerar simultaneamente, conforme Sachs (1993), cinco dimensões de sustentabilidade:

- a) Social: O objetivo é construir uma civilização em que exista maior equilíbrio na distribuição de rendas, de modo a melhorar os direitos e as condições de vida da população, reduzindo a distância entre os padrões de vida entre abastados e não abastados.
- b) Econômica: Reside na possibilidade de promover uma gestão com eficiência, eficácia e efetividade em observância do fluxo regular do investimento público

e privado. O desempenho econômico deve ser avaliado mais em termos macro sociais do que apenas por meio de critérios de lucratividade empresarial.

- c) Ecológica: O uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas, com o mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida, para propósitos socialmente válidos.
- d) Espacial: Está voltada para uma ocupação rural-urbana mais equilibrada, ou seja, com uma melhor distribuição territorial das pessoas e das atividades econômicas.
- e) Cultural: Promover o desenvolvimento traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Para Sachs (1993), o planejamento para tornar um modelo efetivo de desenvolvimento sustentável, deve levar em conta, além das dimensões sociais, econômicas e ambientais, as dimensões de sustentabilidade espacial e cultural, conforme abordamos. A sustentabilidade econômica quando preconiza formas mais racionais e eficazes de gerenciamento, investimentos e financiamentos, o resultado a ser alcançado não passa pelo âmbito estritamente econômico. Deve ser avaliado por suas repercussões no âmbito social, que se expressariam em um maior equilíbrio na distribuição de renda e dos bens gerados na sociedade, com a finalidade de diminuir as desigualdades entre ricos e pobres. As sustentabilidades ecológica e espacial primam, respectivamente, pela escolha de melhores técnicas na utilização dos recursos naturais e em uma configuração tanto urbano como rural, na distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas mais equilibradas.

De forma mais específica, para Sachs (1993) a sustentabilidade ambiental-cultural busca dentro de suas próprias particularidades respostas para os problemas locais, para o seu ecossistema, sua cultura e sua área de abrangência, tendo o conceito de sustentabilidade como fator propulsor para soluções encontradas.

Nesse contexto posto a necessidade de se buscar alternativas, Kitamura (1994, p. 38):

As estratégias para um desenvolvimento sustentável requerem necessariamente perspectivas particulares, adequadas ao alcance e as características de cada sociedade, bem como dar conta da especificidade e da diversidade de condições naturais e sócio econômicas de cada região.

Já segundo Sellhood (1982, p. 52), o conceito de sustentabilidade está ligado:

À necessidade das empresas se adaptarem as mudanças do meio em que atuam, para que a sua existência continue a ter sentido para a sociedade. Se boa parte das empresas no Brasil e no mundo, em todos os setores de atuação, conseguiram se expandir e prosperar até hoje, por várias razões isto pode mudar no futuro. As condições estão evoluindo, as empresas crescem muito e da mesma forma a amplitude dos impactos que elas causam para o meio ambiente, as comunidades do entorno, aos clientes, fornecedores, funcionários, ou seja, todos os grupos interessados de alguma forma pela atividade da empresa. Esses grupos também evoluíram: eles estão mais estruturados e capacitados para exercer uma pressão sobre as empresas em relação aos impactos que elas causam. Para cumprir uma gestão sustentável, uma empresa deve primeiro entender melhor os impactos ambientais, sociais e econômicos que ela causa por meio de sua atividade. Este é um processo complexo que pode exigir transformações importantes no modelo de negócio, na estrutura e na cultura da empresa, processo pelas quais as empresas de vida longa já passaram em algum momento no passado, e ainda terão que passar no futuro, se quiserem continuar a existir, ou seja, atender as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

Ainda referente ao tema, buscamos Elizalde (2003) que no artigo com o título: “Desde el ‘Desarrollo Sustentable’ hacia Sociedades Sustentables”, afirma na introdução, que a conhecida versão, acima mencionada, atender as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras, na realidade mostrou-se impraticável, pois encobre acordo tácito de não aprofundar a dita definição, pois grande parte dos acordos e propostas na Conferência Mundial do Meio Ambiente (ECO 92) no Rio de Janeiro, não foram adotadas e aprovadas pelos países participantes. Elizalde (2003, p. 2):

Tengo la convicción de que es imprescindible que transitemos hacia una nueva cosmovisión que substituya la aún vigente. La idea de sustentabilidad puede ayudarnos a diseñar y dibujar una nueva visión, una nueva comprensión una nueva cosmología, urgente e necesaria para enfrentar los enormes desafíos que enfrentamos. El cambio fundamental de realizar no está en el plano de la tecnología, ni de la política o de la economía, sino que está radicado en el plano de nuestras creencias, son ellas que determinarán el mundo que habitemos.

Somente com o passar do tempo, tempo este que os desequilíbrios dos fenômenos meteorológicos anunciados indicam não termos mais, pois o mundo exige mudanças iminentes e parece que estas só ocorrerão muito lentamente, quando houver a conscientização de todos da urgência de cuidar do planeta em que vivemos.

Prova concreta desta falta de consciência são os resultados frustrantes dos outros dois encontros sobre o clima (aquecimento global) ocorridos em Kyoto - Japão (1997) e recentemente em Copenhagen - Dinamarca (2009), todos amplamente divulgados pela grande imprensa internacional.

Elizalde (2003) comenta: a mentalidade no mundo atual, cuja dimensão está assentada na hegemonia das sociedades contemporâneas é que todo sistema de dominação se sustenta nas concepções e crenças que, o respeito às necessidades humanas, aos recursos

econômicos, a riqueza e a pobreza, são introduzidas na economia como ciência da escassez. A sustentabilidade constitui possivelmente o principal pretexto ou argumento para realizar um questionamento radical no estilo de desenvolvimento dominante, nos valores hegemônicos, na cosmovisão ou paradigma da civilização ocidental (ELIZALDE, 2003, p. 3). Por que o autor afirma isso?

Porque si bien uno se puede negar a ver la pobreza, la miseria, la violencia o la exploración, como ha sucedido históricamente, no puede hacer lo mismo con los problemas ambientales. Ellos no se pueden negar, se hacen evidentes aunque uno no lo quiera. La contaminación se mete por debajo de las puertas, incluso de los ricos, lo mismo pasa con los cortes eléctricos, con los racionamientos de agua, con los derrames de petróleo, con los incendios florestales o con mal odor.

Assim, a sustentabilidade ficou bem caracterizada, considerando seu conceito abrangente, sua importância na atualidade e a urgência, que requer solução por medidas a serem tomadas tanto a nível local como global, enfim, a inclusão do tema em todos os futuros projetos de desenvolvimento.

CAPÍTULO 2

ASPECTOS E ABORDAGENS REFERENTE À PESQUISA DE CAMPO NO TERRITÓRIO DE “TRÊS BARRAS”

O presente capítulo inicia-se com uma longa análise do contexto territorial favorável e desfavorável às Associações e Cooperativas. Evidencia-se as qualidades do território das Três Barras, a sua natureza como também o povo que habita aquela comunidade rural. Além disso, descreve-se os vários investimentos efetuados pelo poder público para o benefício da população. Realizou-se também a pesquisa de campo com todas as providências a ela pertinentes para averiguar minuciosamente os motivos que deram origem e sentido a essa pesquisa.

2.1 CONTEXTO TERRITORIAL EM QUE FORAM CONSTITUÍDAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

A ocupação das terras para implantação de atividades agropecuárias no extenso eixo compreendido entre o Oeste dos Estados de Santa Catarina e Paraná, Estado de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia se apresentou com muita semelhança pelo fato dos seus desbravadores serem, em sua maioria, oriundos do Sul do país, identificados como gaúchos. Estes sulinos de espírito pioneiro foram os responsáveis pelo povoamento das cidades e derrubadas das matas com o objetivo de ocupar as terras com lavouras e pastagens, visando à produção de alimentos.

Assim, observou-se ao longo do tempo, a “marcha dos gaúchos” e como exemplo marcante deste empreendedorismo destacou-se na região Oeste de Santa Catarina, no Município de Concórdia, a ação de um grande empreendedor, Atílio Fontana, fundador da

agroindústria frigorífica SADIA⁸ no ano de 1.944 e idealizador de um modelo chamado de integração agropecuária, efetivamente implantado a partir de 1961. A empresa institucionalizou o sistema de fomento agropecuário com base no sucesso da parceria entre suinocultor/avicultor e indústria frigorífica, modelo até então inusitado de parceria agropecuária no Brasil com os colonos habitantes da região, proprietários de pequenas áreas de terra com topografia acidentada, onde a agricultura era inteiramente manual, exigindo enorme esforço físico na produção de milho para alimentar os animais. Este sistema de integração foi tão bem sucedido que proporcionou expressivo crescimento econômico regional.

Com a expansão da citada empresa, através da inauguração de mais uma unidade fabril no Oeste do Estado do Paraná em meados dos anos sessenta, mais precisamente na cidade de Toledo, repetiu o mesmo sucesso e tornou-se “locomotiva” do progresso agropecuário também desta região, esta por sua vez mais pujante e de maior perspectiva, pelo fato das terras serem mais férteis e de topografia plana, favorecendo a implantação da agricultura mecanizada, de alto nível tecnológico. No entanto, observou-se no Paraná uma diversificação, o modelo adotado de desenvolvimento econômico do agronegócio não dependeu exclusivamente de uma só empresa, diferente do ocorrido anteriormente no Oeste Catarinense, pois graças ao trabalho de extensão e assistência rural já no início dos anos sessenta promovido pelo órgão de Assistência Rural do Estado do Paraná, que à época denominava-se ACARPA, foi plantada a “semente” do associativismo como modelo de desenvolvimento rural através de intensas campanhas de conscientização aos produtores. Assim, o movimento “germinou” com força e possibilitou a criação do modelo cooperativista de desenvolvimento agropecuário adotado pelos produtores rurais do Oeste Paranaense através da implantação de várias Cooperativas independentes nas cidades de Campo Mourão, Cafelândia, Cascavel, Toledo, Palotina, Medianeira e Marechal Cândido Rondon. Tomando o exemplo desta última, a Cooperativa Agrícola Mista de Marechal Cândido Rondon - COPAGRIL⁹, sociedade cooperativa, fundada no ano de 1971, já no final do primeiro ano de atividades contava com 352 associados e 5 funcionários.

Essas Cooperativas foram crescendo ao longo do tempo, formando conglomerados ou Centrais de Cooperativas - caso da Cotriguaçu, que foi formada pelas Cooperativas do Oeste do Paraná e hoje comandam cadeias produtivas importantes na

⁸ Dados e informações disponíveis em: <http://www.sadia.com.br/empresa>.

⁹ Informações disponíveis em: <http://www.copagril.com.br>.

agricultura: soja, milho, trigo e algodão; na pecuária: bovinocultura de leite, suinocultura e avicultura. Atualmente elas competem em igualdade de condições, tanto no mercado interno como exportação, com as poderosas multinacionais do ramo de agronegócio brasileiro. Para avaliar o crescimento da citada COPAGRIL de Marechal Cândido Rondon, no final do ano de 2006, seu quadro associativo era de 3.789 cooperados e 1.641 funcionários. No ano de 2008, seu faturamento bruto foi de R\$ 540.158.668,00. Sua Diretoria e principais Administradores pertencem à segunda geração, são filhos dos cooperados fundadores, devidamente treinados e instruídos para acompanhar o desenvolvimento e as enormes mudanças sugeridas pela moderna estratégia empresarial exigida para quem deseja manter-se vivo no mercado.

O estado de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso: antes apenas Mato Grosso, com enorme dimensão geográfica, dividido em dois no ano de 1977, com a criação do Mato Grosso do Sul, desmembrado inteiramente do então Mato Grosso, que manteve a mesma denominação. A história de desenvolvimento econômico do agronegócio guarda semelhanças em ambos os Estados, caracterizados pela formação de fazendas com grandes áreas tanto para exploração de pecuária bovina, atividade tradicional dos pioneiros, como para exploração da agricultura mecanizada. Referindo-se primeiro à pecuária, esta com o passar do tempo, foi ampliada e modernizada através da adesão aos avanços tecnológicos trazidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA - Estação gado de corte em Campo Grande - MS e pelas inúmeras empresas privadas nacionais e multinacionais do ramo. Cresceu exponencialmente e hoje abriga o primeiro e segundo rebanho de bovinos nacional, condição esta primeiro alcançada pelo Mato Grosso do Sul e depois sobrepujada pelo Mato Grosso, atualmente o maior produtor de carne bovina e detentor do maior rebanho. Quanto à agricultura, favorecida pelas terras planas do cerrado, teve crescimento acelerado e constante na região Centro Oeste, iniciada no final da década de setenta para firmar-se como principal atividade econômica nas décadas seguintes e até hoje, especialmente o Estado do Mato Grosso, que se tornou o maior produtor brasileiro de soja e algodão.

Ao analisar o modelo de organização coletiva adotado pelos produtores rurais deste Estado, constata-se que o associativismo/cooperativismo não teve o mesmo sucesso alcançado no Estado do Paraná, basta citar dois exemplos para ilustrar o fato: a COOVALE de Fátima do Sul e a COAGRI da região agrícola da grande Dourados. Ambas, embora tenham funcionado por mais de dez anos faliram em razão da má gestão das suas diretorias. Assim, ao relatar e analisar os mais variados exemplos de ocupação das terras e modelos de produção e organização coletiva ocorridos ao longo da história do agronegócio brasileiro, este pesquisador lamenta especificamente a dificuldade encontrada pelos donos de pequenas

propriedades rurais do território de Três Barras em adotar o associativismo/cooperativismo como instrumento fundamental para a organização econômica e social da sua comunidade.

2.2 MATERIALIDADE DO TERRITÓRIO DE TRÊS BARRAS

Descreve-se os aspectos que se combinam na configuração territorial do ponto de vista material: ambiente natural e ambiente construído.

2.2.1 Localização

Situada a 25 quilômetros, na direção sudeste da cidade de Campo Grande, a comunidade rural de Três Barras teve seu início na década 1930/1940, quando grandes fazendas localizadas ao longo da rodovia MS-040 foram divididas em propriedades menores de 20 a 50 hectares. Nas imediações dos primeiros 20 quilômetros, onde hoje a rodovia é asfaltada, situa-se a região de Três Barras e no quilômetro 10 da mesma encontra-se o centro desta comunidade rural. Lá é considerado o centro comunitário porque está localizada a Capela São Francisco de Assis da Igreja Católica, a Escola Agrícola Municipal Arnaldo Estevão de Figueiredo, o estabelecimento comercial conhecido como “Bar do Chico” do Sr. Francisco de Assis Almeida, que abriga o telefone público, ponto de encontro dos moradores e uma referência para quem transita pelo local (Figura 1). Trata-se, portanto, de grupamento rural de localização privilegiada que tem recebido, ao longo do tempo, tratamento especial do poder público. O território de Três Barras é muito bem provido de infra estrutura, pois está ligado à capital do Estado por rodovia pavimentada. Todas as propriedades são servidas com energia elétrica, possui posto de saúde para atendimento médico/odontológico à população e tem uma Escola Agrícola Municipal de ensino fundamental e médio, que oferece prioridade das suas vagas para ingresso de alunos residentes na comunidade.

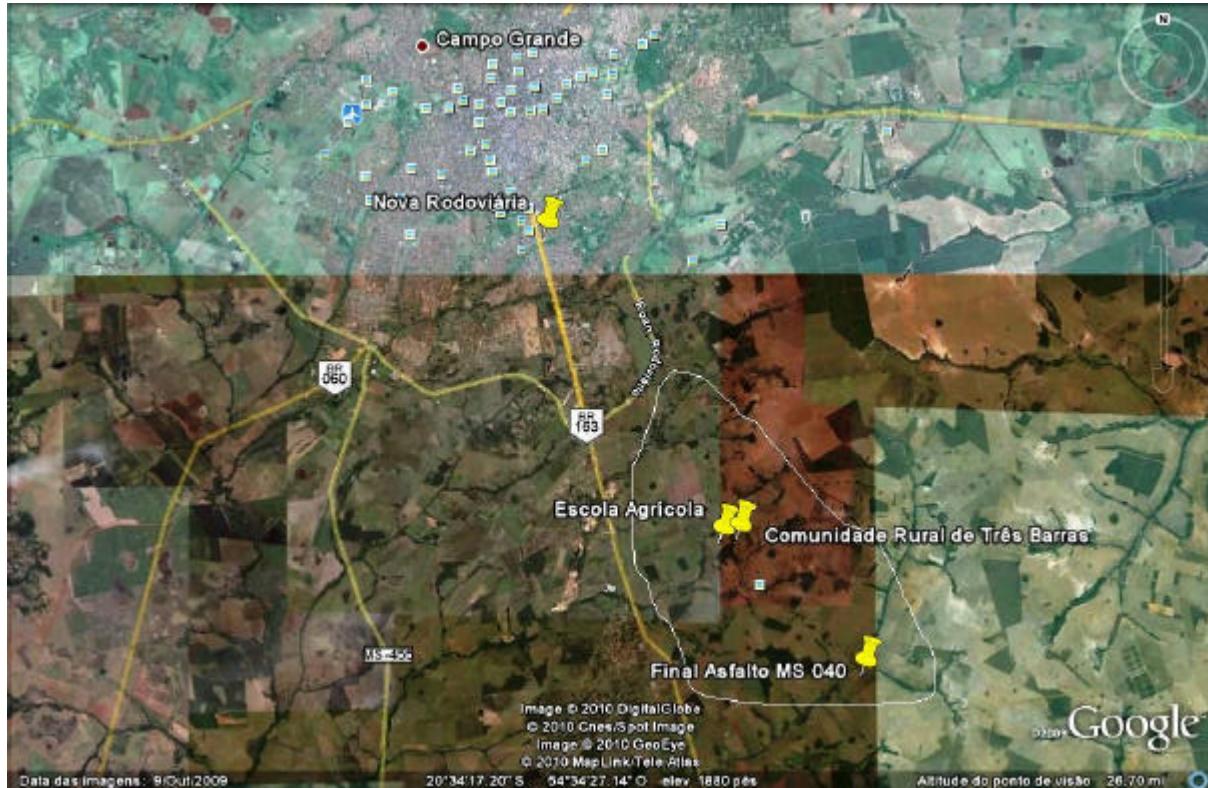


Figura 1 - Mapa do território de Três Barras (demarcado)

Destaque também aos aspectos econômicos, entretenimento e lazer que potencializam e valorizam o território de “Três Barras”. Inicia-se pela proximidade de um grande centro consumidor, a cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, com população estimada em julho de 2009 pelo IBGE de 755.107 habitantes.

Tudo que se produz na comunidade é facilmente comercializável pelo baixo custo da logística empregada para distribuição destes produtos. Além disso, estando próximo ao mercado se podem detectar com facilidade as necessidades dos consumidores e, empregando-se técnicas de marketing para identificar o que este mercado quer consumir a preços competitivos, os produtores planejam melhor a oferta, visando racionalidade e eliminação de desperdícios.

2.2.2 Potencialidades naturais

A área estudada apresenta potencialidades naturais que merecem ser destacadas: topografia e diversidade; Hidrografia e áreas de preservação ambiental e potencialidades construídas.

a) Topografia e diversidade

Outro aspecto muito favorável da comunidade rural de “Três Barras” é a topografia plana aliada à qualidade das suas terras (solo vermelho argiloso ou levemente misto). A totalidade das áreas que compõem as propriedades rurais de “Três Barras” favorece sua exploração através da agricultura mecanizada viabilizando uma cultura diversificada, principalmente de alimentos como: feijão, arroz, milho, soja e hortifrutigranjeiros. Destaque também para a pecuária bovina de leite e corte, criação de pequenos animais: suínos, aves, ovelhas, peixes e abelhas (mel), sem esquecer de mencionar a pequena indústria artesanal local na produção de queijos, lingüiça, rapadura, doces diversos e cachaça.

b) Hidrografia e áreas de preservação ambiental

A natureza manifesta-se generosa quanto à bacia hidrográfica existente na comunidade rural das Três Barras, com rios pequenos e médios de águas límpidas. Entre as áreas verdes de preservação ambiental encontram-se alguns córregos, com boas paisagens, justificando plenamente futuros projetos de turismo rural. Áreas de refúgio e lazer a quem deseja sair da cidade com seus filhos para apreciar pássaros e outros animais na natureza. Enfim, a região das Três Barras oferece opções interessantes para empreendedores da área, desde que sejam criativos e inovadores.

2.2.3 Potencialidades construídas

Por estar localizada muito próxima a cidade, alguns políticos que detém ao longo da história do Estado de Mato Grosso do Sul e do Município de Campo Grande, cargos executivos importantes, são proprietários rurais na região de Três Barras. Coincidências a parte, o fato é que esta Comunidade Rural sempre foi muito bem servida pelo poder público e conta com expressivos investimentos tanto da esfera Estadual como Municipal na formação da sua infra estrutura.

Segue breve elenco de obras realizadas. O anel rodoviário no sentido norte para Cuiabá, que circunda a cidade de Campo Grande no seu lado leste, foi construído e pavimentado no ano de 1984 a 1985 e a rodovia MS-40, já existente, desde 1938, recebeu

revestimento asfáltico nos seus primeiros 20 km. - no ano de 1991, favorecendo enormemente o acesso das Três Barras à cidade de Campo Grande. Quanto à educação escolar, foi criada no ano de 1933 a Escola Municipal Leovegildo de Melo, na época, de ensino primário. Em 1985 foi inaugurado novo prédio para a citada Escola, mais amplo, oferecendo maior comodidade aos alunos e professores.

Essa Escola funcionou até 1997 quando cumprida sua missão foi substituída pela recém inaugurada (1988) Escola Agrícola Municipal Arnaldo Estevão de Figueiredo, que além do ensino fundamental tem seu currículo ampliado à aprendizagem de técnicas agrícolas aos seus alunos. Atendendo reivindicação da comunidade local, a Secretaria da Educação do Município de Campo Grande implantou no ano de 2006 o ensino médio e profissionalizante, com a formação no final de 2008 da primeira turma de Técnicos Agrícolas de nível médio da Escola. Paralelamente, a Secretaria de Saúde do Município, utilizando parte do prédio da Escola instalou Posto de Saúde para atendimento médico/odontológico aos alunos, extensivo a toda comunidade das Três Barras e outras comunidades rurais circunvizinhas. A antiga instalação da Escola Leovegildo de Melo, em boas condições de conservação e uso foi cedida pela municipalidade no ano de 2009 para a Associação de Moradores e Produtores da Região das Três Barras, a fim de que esta a utilize como sede para seus trabalhos.

2.3 TERRITORIALIZAÇÃO DE TRÊS BARRAS NA CONSCIÊNCIA DE SEUS MORADORES

Para tomar conhecimento da história dos moradores da Comunidade Rural das Três Barras, procurou-se para uma conversa informal, três indivíduos da terceira idade, participantes ativos e que pela trajetória de suas vidas na comunidade conquistaram entre seus pares admiração e respeito. São eles: O Sr. Manoel Joaquim da Silva, o Sr. Aurelino de Oliveira e o Professor Eduardo Borges da Silva, a quem dedicou toda atenção para ouvi-los contar suas experiências de vida permeadas com a própria história da comunidade rural das Três Barras. Buscou-se também, numa conversa descontraída sobre assuntos ligados ao objetivo desse trabalho, dialogar com um personagem importante na vida contemporânea da comunidade. Trata-se do atual Diretor da Escola Agrícola Arnaldo Estevão de Figueiredo - Professor Moacir Borges da Silva.

Iniciou-se os trabalhos de campo da pesquisa indo ao encontro do autor da pesquisa anterior realizada em Três Barras para ouvi-lo acerca do novo enfoque do tema para

o território pesquisado. Carlos José de Oliveira contou que não perdeu o contato com a comunidade de Três Barras e tem conhecimento de que os projetos elencados na época com relação às expectativas dos agentes locais, principalmente aqueles a cargo da Associação dos Produtores, não se realizaram até hoje, fato este que lamenta e o entristece. Solicitada sua opinião por que o movimento associativista das Três Barras não evoluiu e nada do previsto se concretizou, Carlos disse que percebeu entre os produtores da região, oriundos dos mais diferentes lugares, a ausência de cultura voltada ao associativismo, pois não impera entre eles o “espírito coletivo” para buscarem soluções conjuntas para seus problemas persistindo em enfrentar individualmente as inúmeras adversidades do ramo agropecuário.

Disse também, que observa em tese, não somente aplicável ao caso das Três Barras, mas como comportamento padrão da sociedade brasileira, que os melhores cidadãos, bem formados, preparados e competentes não costumam pleitear cargos em entidades públicas ou privadas, ficando estes mesmos cargos para serem assumidos por outros menos capazes, muitas vezes de idoneidade duvidosa e quase sempre cheios de vaidades dando prioridade a projetos de poder pessoal e do seu grupo de influência. Assim sendo, pretende-se averiguar através de pesquisa, o que ocorre na comunidade rural das Três Barras para entender o “sentimento de frustração” que por lá se instalou, uma vez que a única conquista almejada e conseguida desde então, não dependeu diretamente do esforço da comunidade. Foi a implantação, a partir do ano de 2007, do ensino de nível médio na Escola Técnica Agrícola “Arnaldo Estevão de Figueiredo”, a cargo da Secretaria de Educação do Município de Campo Grande, atendendo a expectativa de pais e educadores locais.

2.3.1 Abordagens por conversação dialogal

a) Com o Sr. Manoel Joaquim

Manoel Joaquim da Silva, 89 anos é morador da região desde 1932 quando tinha 13 anos. Seu pai, Sr. Joaquim da Silva, oriundo do litoral de Santa Catarina adquiriu um lote rural de 30 hectares para plantar café e foi um dos primeiros agricultores. Sr. Manoel nos relata que as fazendas maiores situadas na região das Três Barras foram divididas em áreas menores porque a terra, quase toda coberta pelo cerrado, pouco valia e os fazendeiros da época iam vendendo áreas menores com mato para os migrantes vindos de outros estados derrubarem o cerrado e cultivá-las.

Conta ele que os habitantes da terra temiam as pessoas vindas de fora, pois os consideravam uma ameaça às suas vidas, no entanto, estes migrantes com muita vontade e espírito desbravador só queriam trabalhar, vencer e realizar seus sonhos na nova terra. No ano de 1933 foi criada a Escola Municipal Leovegildo de Melo que funcionou até 1997, quando foi fundada a Escola Agrícola Arnaldo Estevão de Figueiredo. Quanto à estrada de acesso para Campo Grande, na época, a principal via de entrada vinda do sul, ou seja, da região do Anhanduí, era a estrada carreteira que passava na comunidade das Três Barras.

No ano de 1933, através de “mutirão”, Sr. Manoel e mais nove pessoas da comunidade trabalharam para alargar a estrada carreteira tornando-a via de acesso para pequenos caminhões até o bairro do Itamaracá, possibilitando o escoamento do café, milho, ovos queijo e outros alimentos produzidos no local para a cidade de Campo Grande. Em 1938 o Estado construiu nova estrada com traçado mais reto do bairro Itamaracá até as Tres Barras, que corresponde ao atual traçado.

A BR-163, principal rodovia de acesso ao sul do Estado, foi construída nos anos sessenta e asfaltada no início dos anos setenta, em nova rota distante 10 km das Três Barras. A produção de hortifritigranjeiros na região teve seu início no ano de 1960, quando o Sr. Joaquim, pai do Sr. Manoel, vendeu a um grupo de sete famílias de origem japonesa liderados pelo Sr. José Higa, 175 hectares - divididos em sete partes, cujas famílias remanescentes, agora em número de três, ainda produzem até hoje verduras e frutas para fornecimento ao CEASA de Campo Grande.

Perguntado sobre quais as atividades econômicas mais favoráveis a terra, o Sr. Manoel nos disse ser a pecuária de cria, de corte e leiteira, produção de verduras, além dos projetos de criação de aves de corte existentes através de parceria, ou integração com a empresa Seara, com abatedouro em Sidrolândia. Já existem dois núcleos de aviários funcionando e estão construindo um terceiro para ser concluído no próximo ano.

b) Com o Sr. Aurelino

Aurelino de Oliveira, 73 anos, casado com a Sra. Maria Venier de Oliveira, ambos naturais de Campo Grande - MS residem na Chácara Santa Eliza e tem como principal atividade criação de gado de leite e corte. Reside nas Três Barras desde 1948, destacando-se como empreendedor dedicado à atividades comerciais e industriais na região das Três Barras além de sempre manter ativa sua propriedade de criação de gado.

Montou carvoaria em sociedade com irmão, produzindo carvão através de parceria com meeiros no ano de 1961. Na mesma época, junto com o irmão, montou também uma olaria que fabricava tijolos maciços para vendê-los em Campo Grande.

Por problemas de relacionamentos familiares, no ano de 1974 dissolveu a sociedade com o irmão deixando na partilha a olaria para ele e, mais tarde, montou em 1986 uma segunda olaria de maior produção, mais moderna para atender o mercado da cidade de Campo Grande que estava em franco crescimento.

Perguntado como se formou a Comunidade Rural das Três Barras por pequenas propriedades, Sr. Aurelino informou que as grandes propriedades da região foram divididas em função da venda de áreas menores que eram desmembradas pelos fazendeiros que se desfaziam destas pela necessidade de dinheiro para manter seu padrão elevado de vida morando muitas vezes na cidade de Campo Grande.

Outro aspecto era a divisão das áreas para repartir com filhos atendendo formalidades legais no formal de partilha quando falecia um dos cônjuges e com o passar do tempo também o outro. Era comum os fazendeiros da época terem filhos fora do casamento, o que redundava em mais áreas a serem divididas entre os herdeiros. Assim foram se formando as propriedades menores ou chácaras que caracterizam hoje a estrutura fundiária das Três Barras, onde antes predominavam as grandes fazendas. Sr. Aurelino contou que o costume ao realizar negócios envolvendo terra, era converter as dívidas contraídas em unidades de vacas, de acordo com o seu preço de mercado e normalmente faziam-se contratos com prazo de cinco anos, sendo que o juro ou renda anual do devedor para com o credor era de entregar 25% da quantidade de vacas em bezerros, sempre com exigência de avalista.

Nos anos noventa, esta renda em bezerros foi diminuindo para 20% e após a estabilidade da moeda baixou ainda mais, para o patamar de 15%. Quando perguntado sobre a existência de alguma atividade associativa com outros produtores ao longo da sua trajetória como produtor rural, Sr. Aurelino comentou: todas as experiências que teve foram frustradas, citando especialmente o caso em que foi cooperado da COMLEITE, Cooperativa de produtores de leite em Campo Grande, que por má gestão foi a falência.

Perguntado sobre Entidades Associativas específicas das Três Barras, disse que sempre participou, mas na sua opinião, nem a Igreja Católica que tem Capela no povoado funciona satisfatoriamente, pois ao realizar festa anual visando recursos para sua manutenção, apresenta grande movimento de pessoas e de arrecadação, mas pouco resultado, pois o dinheiro some misteriosamente.

A Associação de Moradores e Produtores também tem problemas e não apresenta retorno à comunidade, mesmo tendo mais de 10 anos de existência. Perguntado o porquê do mau funcionamento das Entidades Associativas das Três Barras, Sr. Aurelino respondeu que a educação das famílias não ensina a “cultura do associativismo”. Disse que aqui é cada um por si. Citou também a falta de confiança nos líderes responsáveis pelas entidades citadas, que com raras exceções, tem demonstrado falta de honradez para conduzir com probidade o destino das mesmas.

c) Com o Prof. Eduardo

Eduardo Borges da Silva, 75anos, professor de ensino fundamental aposentado, casado com a Sra. Marina da Silva Borges, residente na Estância São João das Três Barras. Nasceu em 1934 na cidade de Rio Verde - MS. Foi professor na Escola Municipal Leovegildo de Melo das Três Barras durante 36 anos. Professor da Escola Estadual Rural Mista Três Barras durante 30 anos - as duas de Ensino Fundamental. Perguntado de como se formaram as pequenas propriedades da região das Três Barras, pois antes só havia grandes fazendas, contou que era do seu conhecimento que o fundador de Campo Grande, Sr. José Antonio Pereira, oriundo do Estado de Minas Gerais, para promover a abertura de áreas de fazendas, atraiu sua família, compadres e amigos do Estado de Minas Gerais para vir habitar as novas terras dividindo grandes glebas a estes mineiros, que formaram grandes fazendas ao redor de Campo Grande.

No caso das Três Barras, estas fazendas foram divididas de forma espontânea, inicialmente atraindo conterrâneos, depois distribuindo aos filhos, esses aos netos e assim por diante. Muito fazendeiros também vendiam áreas menores para migrantes vindos de outros Estados e nas Três Barras chegaram famílias de Santa Catarina para cultivar café, época do Presidente Getúlio Vargas nos anos de 1930 a 1940. Citou o exemplo da Fazenda Cedro pertencente ao patriarca José Martins que tinha originalmente 20.000 hectares. Hoje, todos da família possuem propriedades pequenas e médias de 50 a 200 hectares.

Perguntado como as pessoas moradoras das Três Barras se relacionavam e se havia alguma iniciativa de associativismo das atividades rurais, Prof. Eduardo disse que antigamente as pessoas eram muito solidárias entre as famílias. No caso de necessidade, doença ou troca de serviço em propriedades - todos se ajudavam. Se alguém do grupo necessitasse pequenas parcelas de dinheiro para cobrir alguma emergência, sempre havia

quem as emprestasse. Contou que foi fundada uma Associação de Moradores e um dos presidentes foi o Sr. Vilson da Silva, filho do Sr. Manoel Joaquim da Silva (pioneiro das Três Barras), que funcionou por alguns anos e não teve continuidade. A única Entidade que se formou e existe até hoje é a Capela da Igreja Católica. Perguntado por que as Entidades associativas entre produtores nunca progrediram no sentido de empreender alguma atividade econômica em benefício da região, a resposta do Prof. Eduardo foi que o povo não está preparado para praticar associativismo. A cultura das pessoas não valoriza este aspecto, há falta de formação para valorizar o associativismo para atividade econômica e por isso não existe interesse.

Das Cooperativas que conhece, no Estado, o que predomina, segundo palavras dele: “cobra engole cobra”. Ou “os mais sabidos tomam conta e os mais fracos são engolidos”. Citou o exemplo da Coagri com sede em Dourados - MS e da Comleite de Campo Grande - MS. Perguntado o porquê em sua opinião faz com que os mais jovens abandonem a vida nas propriedades rurais para tentar melhor sorte na cidade, disse que hoje, tendo em vista a alta tecnologia de produção que possibilitou grandes aumentos de produtividade fez com que os produtos agrícolas perdessem seu valor no comércio. Os preços são estabelecidos na cadeia produtiva de cima para baixo, ou seja, quando chega a vez do produtor os preços estão tão defasados que muitas vezes não cobrem o custo de produção.

Assim, quem tiver menos de 50 hectares não tem condições de progredir economicamente e mal faz para sobreviver. Os filhos, ao perceberem a falta de perspectiva de progresso para ficarem trabalhando nas propriedades decidem sair em busca dos seus sonhos, e desta forma, as pequenas comunidades rurais vão se esvaziando da presença de jovens, os que permanecem são exceção à regra.

d) Com o Prof. Moacir

Moacir Borges da Silva, filho do Professor Eduardo Borges e seu sucessor na área da Educação local éascido na comunidade Rural das Três Barras, e é Diretor da Escola Agrícola de ensino fundamental e médio desde a sua fundação. Em conversa informal com este pesquisador, manifestou ceticismo na implantação do associativismo na Comunidade Rural das Três Barras argumentando que não tem visto, em nenhuma região, ter dado certo alguma iniciativa neste sentido.

Quando surgiu na Associação de Moradores e Produtores a idéia de criar um Lacticínio Escola na comunidade das Três Barras, envolvendo a Escola que dirige, posicionou-se contra o projeto. Sua opinião sempre muito respeitada por todos, foi decisiva por ser o diretor da Escola Agrícola, morador da região, lá ter nascido, ser pessoa influente e “formadora de opinião” na Comunidade.

Ele explicou sua decisão e manifestou-se contrário ao mesmo por entender que é impossível conciliar os padrões de organização, disciplina pedagógica e operacionalização do campus da Escola com o funcionamento de um lacticínio, pois esse teria que funcionar aos sábados, domingos e feriados, como também o ano todo sem direito a férias.

Além disso, e por conhecer muito bem a região, a quantidade de leite produzida na bacia leiteira das Três Barras é pequena para viabilizar o funcionamento, com racionalidade econômica necessária, a um empreendimento deste porte e ele não se sentia seguro em sugerir aos produtores em investir para aumentá-lo nas quantidades exigidas, pois teme induzir os mesmos a contrair dívidas de investimento que poderiam complicá-los no futuro quanto ao pagamento, caso algo não desse certo com o projeto...

Como a Escola é instrumento decisivo à realização do mesmo, sem que haja um trabalho de convencimento do seu diretor, com propostas alternativas de superação às razões do seu voto, é evidente que o projeto proposto jamais será concretizado.

2.4 ABORDAGENS POR QUESTIONÁRIO: QUESTÕES E RESPOSTAS

Passemos então à pesquisa de campo, apresentando as respostas e o quantitativo obtido nas demais entrevistas efetuadas, com aplicação aos produtores rurais de um questionário com 20 questões. Usou-se a intuição para buscar as supostas causas e criar as perguntas, sempre visando respostas esclarecedoras ao problema proposto: “o porquê das dificuldades encontradas pela comunidade Rural das Três Barras de se comunitarizar (se mobilizar, associar, cooperar), no sentido de assumir e implementar seu próprio desenvolvimento comunitário”.

Nessa pesquisa de campo, dos 50 proprietários rurais da região das Três Barras (vide quadro das principais atividades das propriedades da região no Anexo C ao final desse trabalho), entrevistamos 18, que representam 36%, uma amostra bem representativa desta comunidade rural. Destaque para o nível de instrução ou escolaridade dos entrevistados: 9 tem curso superior (50%), 2 ensino médio (11%), 6 ensino fundamental (33,5%) e 1 não teve

oportunidade de frequentar escola (5,5%). O teor das 20 perguntas elaboradas no questionário buscam determinar variáveis importantes, citadas abaixo, que convergem para o objetivo desta pesquisa:

- Avaliação da cultura associativista do entrevistado quanto a sua origem.
- Características das propriedades quanto ao seu uso.
- Dependência econômica financeira do entrevistado quanto à renda da propriedade.
- Avaliação do retorno da Escola Agrícola para a comunidade rural das Três Barras.
- Avaliação das razões que inviabilizaram os projetos elencados pela Associação.
- Avaliação do espírito associativista dos entrevistados.
- Avaliação do espírito cooperativista dos mesmos.
- Avaliação do espírito empreendedor dos produtores rurais.
- Avaliar se são inovadores ou conservadores quanto as novas tecnologias no campo.
- Avaliar necessidades não satisfeitas.
- Avaliar existencia de parcerias com órgãos públicos ou empresas privadas.
- Avaliar iniciativas comunitárias para o Desenvolvimento Local.

2.4.1 Questões 1 e 2

a) Enunciado:

1. Qual a região em que a família teve origem? (Cidade e Estado)
 2. Qual a região do país em que residiu por mais tempo? (Cidade e Estado)
- b) Objetivo: Avaliar a cultura associativa da família e sua região de origem.

c) Respostas e Comentários:

- ✉ 10 produtores são de Campo Grande e região = 55,5%
- ✉ 6 são do Sul e Sudeste = 33,5%
- ✉ 2 são do Centro Oeste e Nordeste = 11%

Juntamos as duas perguntas por elas terem objetivos semelhantes e terem obtido respostas iguais, pois se trata de uma comunidade rural conhecida (existe há mais de 50 anos). Quem tem origem nas regiões Sul e Sudeste possui conhecimento da cultura do associativismo, que é mais desenvolvida nestas regiões. Sendo daqui do Estado ou das regiões Norte ou Nordeste, pouca ou nenhuma tradição com a prática do associativismo.

2.4.2 Questão 3

- a) Enunciado: Qual a atividade profissional da família de origem?
- b) Objetivo: Se a família do entrevistado tem sua origem ligada à atividade na terra.
- c) Respostas e Comentários:

✓ 16 responderam que sim = 89%

✓ 2 responderam que não = 11%

Procurou-se saber da atividade de origem da família do entrevistado. Se da terra, é provável que se dará bem trabalhando nela. Aqui 89% sempre tiveram relação com atividades agropecuárias.

2.4.3 Questão 4

- a) Enunciado: Qual a atividade profissional que o entrevistado se dedicou por mais tempo?
- b) Objetivo: Pretende-se avaliar quantos entrevistados além de possuírem a propriedade tem outra profissão.
- c) Respostas e comentários:

✓ 14 responderam que sim (tem outra profissão) = 78%

✓ 4 responderam que não = 22%

Saber se a dedicação à propriedade é a principal atividade do entrevistado. Como 78% responderam positivamente, sabe-se que a grande maioria dos proprietários dedicam-se ou já se dedicaram a outras profissões.

2.4.4 Questão 5

- a) Enunciado: Qual a profissão que você gosta ou gostaria de se dedicar? (dos sonhos)
- b) Objetivo: Avaliar sua vocação e se gosta do que faz.
- c) Respostas e comentários:

✓ 10 responderam que gostam de lidar com a terra = 55,5%

✓ 8 responderam que gostariam (gostam) de outra atividade = 44,5%

Quase um equilíbrio das respostas, indica que somente parte dos entrevistados faz o que gosta e está realizado com a atividade rural.

2.4.5 Questão 6

- a) Enunciado: Você está satisfeito por ter investido numa propriedade rural na região das Três Barras?
- b) Objetivo: Avaliar o sentimento de pertença dos entrevistados.
- c) Respostas e comentários:
 - 13 responderam que estão muito satisfeitos = 72,5%
 - 3 responderam que estão satisfeitos = 16,5%
 - 2 responderam que não estão satisfeitos = 11%

Números amplamente favoráveis que caracterizam elevado sentimento de pertença e satisfação por ter optado pelo investimento em terra na região.

2.4.6 Questão 7

- a) Enunciado: Sua propriedade está sendo utilizada para atividade agropecuária, lazer ou atividade agropecuária e lazer?
- b) Objetivo: Identificar a finalidade de uso da propriedade. Se a mesma está sendo usada para produção agropecuária.
- c) Respostas e comentários:
 - 10 responderam que usam a propriedade para atividade agropecuária e lazer = 55,5%
 - 7 responderam que tem a propriedade para agropecuária = 39%
 - 1 respondeu que tem a propriedade para lazer/moradia = 5,5%

Apenas 39% dos proprietários rurais estão fortemente voltados à produção, a maioria também as utiliza para moradia e lazer.

2.4.7 Questão 8

- a) Enunciado: Se desenvolve atividade agropecuária, qual a principal? (carro-chefe)
- b) Objetivo: Avaliar qual a atividade agropecuária predominante na região.
- c) Respostas e comentários:
 - 8 responderam pecuária de leite = 44%
 - 7 responderam pecuária de corte = 39%
 - 3 responderam outras = 17%

A grande maioria dedica-se à pecuária de leite e corte, sendo estas as principais atividades desenvolvidas pelos produtores rurais de Três Barras.

2.4.8 Questão 9

- a) Enunciado: A renda familiar é proveniente: somente da propriedade, tem outros rendimentos e da propriedade e outros?
- b) Objetivo: Se depende unicamente da propriedade ou tem outros rendimentos.
- c) Respostas e comentários:
 - ✉ 14 responderam ter renda da propriedade e também de outras fontes = 78%
 - ✉ 2 responderam que vivem somente da propriedade = 11%
 - ✉ 2 responderam que vivem somente de outros rendimentos = 11%

Apenas 2% dependem da renda da propriedade, significa que a maioria tem outras atividades que lhes trazem renda. Esse fato sugere indício de ser uma das causas que explica o desinteresse da maioria pelo associativismo.

2.4.9 Questão 10

- a) Enunciado: 10) Os alunos da Escola Agrícola local, depois de formados, permanecem trabalhando na comunidade?
- b) Objetivo: Avaliar o retorno da Escola Agrícola para a comunidade Rural das Três Barras.
- c) Respostas e comentários:
 - ✉ 17 entrevistados responderam que não = 94,5%
 - ✉ 1 não soube responder = 5,5%
 - ✉ Ninguém dos entrevistados respondeu sim.

Infelizmente, os Técnicos Agrícolas formados pela Escola nas Três Barras não permanecem para desenvolver atividade profissional em propriedades da região. Evidente que a existência desta Escola na comunidade é altamente positiva para propiciar aos filhos dos moradores do povoado a possibilidade de estudar, todavia eles não permanecem na Comunidade.

2.4.10 Questão 11

- a) Enunciado: Por que razão não permanecem para trabalhar na comunidade?
- b) Objetivo: Saber o motivo de evasão da Comunidade desta mão de obra especializada.
- c) Respostas e comentários:

- ✉ 11 entrevistados responderam que é a falta de oportunidade ou proposta de emprêgo na comunidade = 61%
- ✉ 7 entrevistados responderam que os formandos preferem ir para a cidade porque querem continuar seus estudos na Universidade = 39%

No momento não permanecem, mas é possível que no futuro, quando as propriedades estiverem mais bem estruturadas e com melhor produtividade, surgião propostas para manter pelo menos parte desta mão de obra especializada na própria Comunidade.

2.4.11 Questão 12

- a) Enunciado: Se o entrevistado participou alguma vez de Associação ou Cooperativa?
- b) Objetivo: Avaliar a experiência em participação de entidade associativa.
- c) Resposta e comentários:

- ✉ 2 entrevistados responderam que não = 11%
- ✉ 7 entrevistados responderam que participam ou participaram da Associação de Moradores e Produtores da Região das Três Barras = 39%
- ✉ 9 entrevistados participaram - Associação local e de outras = 50%

Somente a metade dos entrevistados já participaram de outras entidades associativas. Outros 39% só conhecem o movimento das Três Barras, o que significa existir pouco conhecimento sobre o tema entre os produtores.

2.4.12 Questão 13

- a) Enunciado: Dê sua opinião sobre o funcionamento atual da Associação de Moradores e Produtores da Região das Três Barras?
- b) Objetivo: Saber a atuação da atual gestão quanto ao funcionamento da Associação.

c) Respostas e comentários:

- ❑ 1 entrevistado respondeu que a Associação funciona bem = 5,5%
- ❑ 13 entrevistados responderam que funciona precariamente = 72,5%
- ❑ 4 entrevistados responderam que não funciona = 22%

Os números indicam a dificuldade da atual Diretoria, pois 92,5 % desaprovam sua atuação.

2.4.13 Questão 14

- a) Enunciado: Por que razão não foram à frente os projetos previstas pela Associação?
- b) Objetivo: Identificar as razões por não terem sido realizados os projetos previstos pela Associação.

c) Respostas e comentários:

- ❑ 13 entrevistados responderam que houve desinteresse dos produtores pelo associativismo por razões culturais, cada um por si, falta de união dos associados = 72,5%
- ❑ 4 entrevistados responderam que existe falta de competência e confiabilidade dos dirigentes = 22%
- ❑ 1 entrevistado não respondeu.

Os números demonstram o desinteresse e a falta de união do grupo para assumir o Associativismo como ferramenta importante à organização social e econômica da Comunidade Rural de Três Barras.

2.4.14 Questão 15

- a) Enunciado: Existe viabilidade de funcionar uma empresa comunitária (associação/cooperativa) aqui na Comunidade Rural de Três Barras?

- b) Objetivo: Avaliar a possibilidade de criar uma empresa comunitária ou cooperativa de produtores.

c) Respostas e Comentários:

- ❑ 9 entrevistados responderam que sim, desde que seja viável economicamente e que haja mudança de atitudes e de dirigentes = 50%

✉ 8 entrevistados responderam: será difícil sua viabilização= 44,5%

✉ 1 entrevistado respondeu que não acredita = 5,5%.

Nota-se a incredibilidade no associativismo, motivada pelas experiências passadas. Mostra também, um certo comodismo dos entrevistados, a espera de um “salvador da pátria” para conduzi-los à felicidade, negando a sua imprescindível participação no processo.

2.4.15 Questão 16

a) Enunciado: Quem (uma pessoa ou mais) você escolheria na comunidade Rural de Três Barras para liderar um empreendimento associativista com êxito?

b) Objetivo: Identificar líderes e empreendedores para lograr êxito o movimento Associativista.

c) Respostas e comentários:

✉ 4 entrevistados indicaram o Prof. Moacir Borges (atual diretor da Escola Agrícola) = 22%

✉ 2 indicaram o Prof. José Luiz (da UFMS ex Vice Presidente)= 11%

✉ 2 indicaram o Sr. Aurelino de Oliveira = 11%

✉ 2 citaram Sr. Athair Ribeiro (ex presidente falecido em 2009)=11%

✉ 1 indicou Sra. Elda Regina Leite Galvão de Ávila = 5,5%

✉ 1 indicou o Sr. Pedro Dorival Seron = 5,5%

✉ 6 entrevistados não responderam.

Destaque para o Prof. Moacir Borges, que goza de muito prestígio na Comunidade de Três Barras, sugere que a Associação deva contar com o seu apoio e ter suas ações em sintonia com a Escola Agrícola, situação não verificada na atualidade, pois ambas não se entrosam. Os outros produtores indicados, da mesma forma, são pessoas aptas a serem futuros dirigentes da Associação.

2.4.16 Questão 17

- a) Enunciado: Quando surgem novas tecnologias para aplicação na propriedade rural (máquinas, equipamentos ou novos manejos) como você procede: adere e adota imediatamente, Aguarda um pouco para ver se ela se consolida como eficiente ou não costuma mudar o jeito de fazer?
- b) Objetivo: Avaliar se o entrevistado é inovador ou conservador quanto às novas tecnologias.
- c) Respostas e comentários:
- ☒ 16 entrevistados responderam: aguarda para ver se a novidade tecnológica se consolida = 89%. Nenhuma resposta: imediatamente quando surgem as novidades.
- ☒ 2 responderam: não costumam mudar o jeito de fazer = 11%.

Esta é uma característica interessante para saber do grau de aceitação das novidades surgidas nas atividades rurais, a comunidade rural em pauta, tende a ser mais conservadora do que inovadora. Percebe-se tal característica, pois 89% aguardam um pouco para aderir as novidades tecnológicas.

2.4.17 Questão 18

- a) Enunciado: Do que você sente falta no seu “dia a dia” na condição de participante da Comunidade Rural de Três Barras?
- b) Objetivo: Avaliar carências, necessidades não satisfeitas do cotidiano vivido na Comunidade.
- c) Respostas e comentários:
- ☒ 12 entrevistados responderam que não sentem falta de nada, tem tudo que precisa = 67%
- ☒ 1 entrevistado respondeu que sente solidão = 5,5%
- ☒ 5 entrevistados residem na cidade de Campo Grande = 27,5%

As respostas apontam que a comunidade está satisfeita. Isso pode explicar o motivo da inércia e ausência de ações para não buscar mudanças. Essa condição, aliada ao descredito por iniciativas da Associação, levam ao comodismo de aceitar a situação atual como boa.

2.4.18 Questão 19

- a) Enunciado: Você já se beneficiou de algum projeto ou programa oferecido por instituições públicas ou privadas em apoio as atividades agropecuárias na sua propriedade?
- b) Objetivo: Avaliar se existem ações de Responsabilidade Social de Empresas/Poder Público.
- c) Respostas e comentários:
 - ☒ 12 entrevistados responderam que sim = 67%
 - ☒ 6 entrevistados responderam que não foram beneficiados = 33%.

Existem sim ações de apoio à comunidade promovidas por Universidades, Empresas privadas e Poder Público. Estas poderiam ser intensificadas se houvesse maior interesse da Comunidade.

2.4.19 Questão 20

- a) Enunciado: Você conhece alguma ação bem sucedida tomada por algum participante da Comunidade e que tenha beneficiado a todos?
- b) Objetivo: Identificar se existiram ou existem ações que promoveram o bem estar coletivo da Comunidade de Três Barras.
- c) Respostas e comentários:
 - ☒ 16 entrevistados responderam que não = 89%
 - ☒ 2 entrevistados responderam que sim = 11%.

É certo que, ao longo dos mais de 10 anos de existência da Associação, foram trazidos alguns benefícios coletivos à Comunidade. No entanto, os associados estão tão descontentes com a atual gestão da Associação que, em sua maioria, preferem admitir que até hoje nada foi realizado.

2.5 OUTRAS CRÍTICAS E SUGESTÕES

2.5.1 Críticas

Merecem destaque por serem críticas mais contundentes e foram captadas por este pesquisador no decorrer da entrevista quando, pelo conhecimento e afinidade com os produtores, a conversa tomou rumo para um tom mais informal. As considerações se basearam no porquê das frustrações de não terem sido realizados os projetos da Associação de Produtores.

Produtor João Duarte (Engenheiro Agrônomo): “Não se fez trabalho de base com os associados para pregar os fundamentos associativistas”. “Grupo muito heterogêneo”. “A Associação não conseguiu unir as pessoas em torno dos projetos”. “Falta um projeto comum que traga já no seu início, a discussão da identidade dessa comunidade, fragmentada por diversas razões: origem, fonte de renda, graus de instrução, experiências associativas negativas, falta de lideranças legítimas”.

Professor João Luiz Gonçalves (Biólogo e professor da UFMS): “Presidente atual da Associação e coordenador da patrulha mecanizada não cumpre as normas de uso aprovadas em reunião”. “Atual Diretoria não busca apoio e parcerias com órgãos públicos e universidades”.

João Landim (ex presidente da Associação): “Falta de empreendedores na comunidade”. “O projeto do Lacticínio Escola foi frustrado por ingerência de problemas políticos, vaidade de dirigente atrapalhou o funcionamento da Associação, insegurança para vender os produtos lácteos que seriam fabricados, demasiado individualismo dos associados”.

Francisco Assis de Almeida (atual presidente e de mais duas gestões anteriores): “Falta de união dos associados, a maioria não participa”. “Quem vem à reunião da Associação são os empregados e não os proprietários que não tem autonomia para tomar decisões”. “Existe desinteresse dos proprietários”. “Heterogeneidade dos produtores tanto em nível cultural quanto econômico/financeiro”. “Grande parte dos produtores não dependem da atividade rural e não demonstram interesse pelo associativismo”. “Dificuldade de reunir as pessoas em torno de uma causa”.

Sra. Ana Cisneiros Ribeiro (espôsa ex Presidente - Sr. Athair Ribeiro, falecido em 2009): “Principal dirigente se acha dono da Associação”. “Líder sem respeitabilidade e as pessoas de bem se afastaram da Associação após a gestão do Sr. Athair”.

Segundo Vilson Manoel da Silva (ex presidente da primeira Associação): “Falta de interesse dos produtores”. “Falta de união dos associados”. “Desvincular o funcionamento da Associação do comércio do Chico fazendo-a funcionar separadamente”.

Segundo Dr. Luciano José de Ávila (médico) e esposa Sra. Elda (nutricionista): “Francisco de Almeida é líder, deve participar, mas tem que afastá-lo da coordenação da patrulha mecanizada”. “Falta integração da Associação com Escola Agrícola, esta funciona de forma isolada e não elabora projetos envolvendo a comunidade”. “Falta participação de pessoas com conhecimento, pois os bons se afastaram como havia na gestão anterior do Sr. Athair Ribeiro”.

2.5.2 Sugestões

Vigora sentimento de esperança entre os produtores da região de Três Barras para adotar o Associativismo como instrumento de um possível Desenvolvimento Local da Comunidade. Vejam as idéias citadas por alguns associados mais otimistas:

João Duarte, João Landim, Professor José Luiz Gonçalves e Armindo Nakazato: “Criar um projeto comum que empolgue o interesse dos produtores (construção de um sonho coletivo viável)”. Exemplos de projetos coletivos citados - “projeto voltado ao turismo ambiental e de negócios envolvendo a comunidade e aproveitando os recursos naturais existentes na região das Três Barras (João Duarte)”; “o projeto anterior do Lacticínio Escola é viável (João Landim)”; “projeto conjunto da comunidade e poder público para levantamento das potencialidades da região das Três Barras para escolher a atividade econômica mais viável e aglutinar os produtores, motivando-os a participar (Professor José Luiz Gonçalves)”; “projeto para a Associação se envolver com a comercialização de hortifrutigranjeiros produzidos na comunidade através da construção de um barracão em bairro populoso de Campo Grande com bom poder aquisitivo (Armindo Nakazato)”.

Em visita à Delegacia Federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário (30/03/2010), este pesquisador foi recebido pelo Sr. Celso Arruda, Delegado Federal, para uma conversa sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar com produção da agricultura familiar. Este programa foi oficializado com a aprovação da Lei 11.947 de 2009 - determina que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para alimentação escolar sejam destinados à compra de produtos de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais. Além de garantir

alimentos de qualidade na refeição dos alunos da rede pública, a lei da alimentação escolar assegura apoio ao agricultor familiar para comercializar seus produtos e mais renda para quem produz. Segundo o produtor João Landim, que já se integrou ao programa, “este poderá ser um grande projeto coletivo para os produtores das Três Barras”, desde que corretamente coordenado pela Associação de Produtores.

“Precisa haver um trabalho de integração da Associação dos Produtores com as demais entidades constituídas nas Três Barras, como Escola Agrícola Municipal, Posto de Saúde e até o Viveiro de Mudas da Municipalidade (arrendado para terceiros)”. “Buscar projetos com objetivos comuns que alavanquem a comunidade”, sugerem o Dr. Luciano José de Ávila e sua esposa Sra. Elda.

“A atual Associação está viciada de maus procedimentos. É preciso organizar outra Associação, somente de produtores rurais (a atual envolve moradores e produtores) com novas idéias e que tenha um grande projeto para unir a classe. Esta nova Associação deve ter maior integração com a Escola Agrícola para atrair o apoio do poder público”. Opinião do Sr. Roberto Oshiro, administrador e empresário.

A partir das abordagens relativas à conversação dialogal conseguiram-se importantes e reveladoras informações do atual “estado de espírito” que se encontram os associados da Associação de Moradores e Produtores. A entidade responsável por congregar os produtores vive momentos de crise e a insatisfação dos entrevistados ficou bem clara nas diversas respostas do questionário. Igualmente importante para o objetivo da pesquisa foram os diálogos informais que este pesquisador realizou com velhos conhecidos e integrantes tradicionais da Comunidade, narradas nos itens 2.3.1.1 ao 2.3.1.4, como também no item 2.5 - Outras Críticas e Sugestões.

Estas conversas foram providenciais, tiveram caráter mais íntimo, abordou-se o problema da Associação de forma mais particular, alguns até se manifestaram com “desabafo” às malversações ocorridas e que vieram a tona no “calor da conversa”. Este diálogo franco foi possível graças ao conhecimento e amizade, fruto da imersão ocorrida por dezenas de anos de convivência na comunidade, que aproximou o relacionamento entre entrevistador e entrevistado. As principais informações serão contextualizadas e confrontadas com os referenciais teóricos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

TERRITÓRIO RURAL DE “TRÊS BARRAS” E PERSPECTIVAS DE DL

Ao elaborar as perguntas que compõem o questionário, aplicado aos proprietários rurais do território de Três Barras, procurou-se levantar informações abrangentes sobre as pessoas que lá habitam, desde sua cultura de origem em relação à ruralidade, local de procedência, finalidade do uso da propriedade, renda da propriedade e dependência desta para sobrevivência, retorno da Escola Agrícola para a comunidade, espírito associativista, parcerias público-privadas e iniciativas comunitárias para o Desenvolvimento Local. O resultado da pesquisa de campo, conforme esperado, também ofereceu várias informações interessantes, as quais, para facilidade de interpretação, foram divididas em dois grupos. O primeiro (item 3.1), voltado diretamente ao tema deste trabalho, analisa o território Rural de Três Barras na intenção de tomar e autogerir iniciativas de efetiva comunitarização (formação de cultura, hábitos associativos, cooperativos e empreendedores). O segundo (item 3.2), fruto das mudanças trazidas pelo processo de globalização da economia brasileira, refere-se exatamente às alterações observadas na população do território de Três Barras sob a influencia desta nova conjuntura mundial. Estudadas suas significações, convergem igualmente ao objetivo desse trabalho.

Todos os resultados das ações no campo (Capítulo 2) foram confrontados com amplos referenciais teóricos tratados no Capítulo 1, nos termos que se seguem:

3.1 VARIÁVEIS DIVERSAS RELACIONADAS AO OBJETIVO

A proximidade do território das Três Barras da cidade de Campo Grande se configura como um ponto forte desta comunidade, pois ela mantém relacionamentos intensos com empresas e particulares para comercialização de tudo o que lá se produz nas propriedades

rurais, além das relações sociais de amizade, parentesco e no campo da educação (Professores da Escola Agrícola local moram na cidade de Campo Grande).

Existe uma relação de dependência entre ambas formando um conjunto indissociável. Aprendeu-se nas aulas da Disciplina: Territorialidades e Dinâmicas Sócio-ambientais com a Profª Drª Cleonice Alexandre Le Bourlegat que esta dinâmica interativa do “meio territorial” se refere ao intercâmbio de idéias, ações e procedimentos fruto da atuação dos sujeitos - individuais ou coletivos - entre si, mediados pelo ambiente natural, assim como a interação dos atores desse território com aqueles de outros territórios ou escalas territoriais.

Exatamente daí que deveria surgir a maior força da comunidade rural das Três Barras, a união das pessoas em torno de objetivos comuns que por certo proporcionaria excelentes resultados, redundando em melhor qualidade de vida para todos. No entanto, infelizmente não foi o que se avaliou na pesquisa de campo, na pergunta 14 do questionário onde procurou-se as razões por que não foram à frente os projetos da Associação de Moradores e Produtores da Região das Três Barras, obteve-se 72,5% das respostas alegando o desinteresse pelo associativismo e a falta de união dos associados onde impera o individualismo.

Aprendeu-se também, que o mundo é um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. Daí a importância do lugar, pois é lá onde as pessoas vivem e que as coisas acontecem. No item 1.2, sobre Territorialização, tratou-se dos conceitos de *território e espaço*. Dada a sua importância, os recordamos novamente: “Assim, enquanto território diz respeito ao mundo real vivido, o espaço aparece como modelo de organização do território”. Souza (*apud* LE BOURLEGAT, 2008) diz que “O território se constrói por e a partir de um conjunto de atores, em um dado ambiente físico de referência”.

Entende-se então, que o espaço é o imaginário (modelo trazido na cabeça), baseado no modelo vivido e desejado de um território, portanto ele antecede o território. A territorialidade expressa o modo de ser do território.

Cholley (ainda *apud* LE BOURLEGAT, 2008) refere-se ao *local*: “O local é o construto formal das interações ocorridas em uma dada superfície de referência e constitui a unidade estrutural do território, podendo ser delimitado e mapeado, portanto ele retrata a forma e a estrutura do território, com seus limites”.

Na realidade, o *território* da região de Três Barras é bem delineado com auxílio dos mapas de localização, que consta no item 2.2.1 e nos Anexos A e B (final do trabalho). Sua localização também está descrita na Introdução e é o “primeiro passo” da elaboração

desse trabalho. Quanto ao espaço, modelo vivido e desejado para um Território, tratando-se do caso das Três Barras, este modelo precisa ser modificado no sentido de que a própria Comunidade, por iniciativa dela mesma, saia deste marasmo e busque seu Desenvolvimento Local Endógeno, conforme Ávila (2006) quando conclui, após extensa reflexão, que o núcleo conceitual do Desenvolvimento Local, em sua essência, representa o efetivo desabrochamento a partir do rompimento de amarras e das capacidades, competências e habilidades de uma “comunidade definida” (citação completa no item 1.1.4 do Capítulo 1).

Para apoiar tal propósito, identificamos na pesquisa de campo um aspecto altamente positivo, trata-se do “sentimento de pertença”. A pergunta 6 (item 2.4.5) do questionário aplicado avaliou se os produtores gostam da região e se estão satisfeitos em lá ter investido, obtendo-se o índice de 16,5% de satisfeitos e 72,5% de muito satisfeitos por serem proprietários rurais na Região das Três Barras, números que confirmam o elevado “sentimento de pertença” existente entre os entrevistados, condição que favorece enormemente a iniciativa de projetos para promover o Desenvolvimento Local, referenciado no item 1.3 desse trabalho. César Gomes de Freitas (2008), em sua Dissertação tendo como tema, *Desenvolvimento Local e Sentimento de Pertença* na Comunidade de Cruzeiro do Sul - Acre, cita que a identificação e a vivência na comunidade possuem papel fundamental para o Desenvolvimento Local e o sentimento de pertença ao lugar é imprescindível para a manutenção e coesão desta comunidade

Martinelli e Joyal (2004) comentam a relação entre a noção de identidade e pertencimento a um determinado local com o sucesso do processo de Desenvolvimento Local. A construção social, resultados dos laços territoriais, econômicos e culturais de um determinado espaço geográfico gera um sentimento, que por sua vez, é de grande relevância ao conceito do Desenvolvimento Local.

Interessa muito, para compreensão do tema desse trabalho, a contribuição do filósofo alemão Ferdinand Tönnies, quando publicou no ano de 1887 o livro: *Gemeinschaft und Gesellschaft* (Comunidade e Sociedade), cujas reflexões referente à matéria encontram-se no item 1.4, Comunidade e Sociedade - Significação e Relação com o DL:

– O comportamento da comunidade deve ser lido tendo o passado como referência; o comportamento na sociedade, por sua vez, tendo por referência o futuro. Tönnies elabora esta distinção em termos de duas formas fundamentais assumidas pela vontade: *Wesenwille* e *Kürwille*.

– *Wesenwille* é a tendência básica, orgânica, instintiva, que dirige as atividades dos seres humanos como que por detrás; é a forma de vontade que está em operação na comunidade em geral.

– *Kürwille* é a forma arbitrária de volição, tendente a um objetivo ou a um fim, que determina a atividade humana com referência a um futuro esperado; é a maneira de agir da sociedade.

Assim, procurando sintetizar o que de mais importante Tönnies nos ensina em relação ao objetivo desse trabalho, na pequena comunidade rural de Três Barras, entende-se que *Gemeinschaft* ou Comunidade, mormente quando ocorre em contexto rural, tem como característica a predominância de um espírito de comunhão ou comunalidade entre os seus integrantes e pode ser demarcada como estando ligada à alguma localidade geográfica, com altos teores de homogeneidade, compartilhando interesses, afinidades, trocas simbólicas, laços relacionais e solidários. *Gesellschaft* ou Sociedade é o modo de relação social próprio do individualismo capitalista da época, que nos tempos atuais exige uma organização social em busca de um objetivo comum, ou seja, um empreendimento com benefício coletivo.

Este desejo de um objetivo comum acima referido e a sua importância no sentido de unir a comunidade é ratificado na pesquisa de campo por produtores citados no item 2.5.1 - Outras Críticas e Sugestões, quando quatro deles citaram: “criar um projeto comum que empolgue o interesse dos produtores”, sugerindo inclusive alguns exemplos, especificados no item 2.5.2 - Sugestões. A comunidade rural de Três Barras precisa se organizar em torno de objetivos comuns, e para viabilizá-los na prática, criar entidades associativas (sociedades) com finalidades específicas. Neste campo de conhecimento recorreu-se ao livro do sociólogo e professor Donald Pierson, no item 1.3, desse trabalho, onde para fins de análise, são colocadas as duas formas de associação humana e as características que as diferenciam.

Ao explicar a inter-relação existente entre “Comunidade” e “Sociedade”, Pierson diz que ambas agem numa relação constante de simbiose e inextricavelmente inter-relacionadas, não existem em qualquer tempo ou lugar, separadas uma da outra. Com base nestes ensinamentos, reforçamos o que foi proposto e detectado na pesquisa de campo no depoimento do Sr. Roberto Oshiro, final do item 2.5.2 quando o mesmo propõe criar-se uma nova Associação congregando somente “produtores rurais” da Comunidade Rural de Três Barras, deixando de lado a existente que reúne “moradores e produtores”, pois percebe-se que essa tem objetivos voltados também à atuação política, quase sempre político partidária, o que afasta muitos produtores na participação dos seus trabalhos, porque veem seus objetivos específicos serem pulverizados entremeando-se com outros, que não lhes desperta interesse.

3.1.1 Em Termos de Cultura Associativa

Cabe aqui rever o conceito de Cultura voltada à Sociologia: “[...] sistema de atitudes e modos de agir, costumes e instrução de um povo”. As perguntas 1 e 2 do questionário da pesquisa de campo identificam a região (cidade e Estado) que o entrevistado teve origem e qual a região que residiu por mais tempo. O objetivo é avaliar a Cultura Associativa da família através da sua origem. As respostas estão no item 2.4.1, junto com sua interpretação. As vantagens do Associativismo são amplamente defendidas por diversos autores, como no item 1.6, Canterle (2004) ensina que o Associativismo constitui-se numa exigência histórica e profunda de melhorar a qualidade da existência humana e que o homem como um ser social se agraga. Que a troca de experiências e a convivência geram oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

O item 2.4.11 que refere-se a pergunta ao entrevistado se já participou alguma vez de associação ou cooperativa; 50% participaram de associações e 39% participaram da Associação das Três Barras. Existem várias formas de participar. Participar de experiências que dão resultado negativo, confere aos participantes, conceitos negativos sobre a experiência. Participar somente indo à reuniões, não é uma boa experiência. “Não é indo a igreja todos os dias que você se transforma em um bom cristão!”. É imprescindível viver o associativismo, praticá-lo no cotidiano, ter oportunidade de participar em projetos e propostas onde todos sejam levados a cooperar uns com os outros.

Como se detectou na pesquisa de campo, insatisfações generalizadas dos associados produtores e sócios da Associação de Moradores e Produtores da Região das três Barras, quando a pergunta 13 (item 2.4.12) do questionário solicitou a opinião sobre o funcionamento da citada Associação, as respostas de 72,5% foram - funciona precariamente, 22% - não funciona e apenas um - funciona bem, 5,5%. As críticas dos produtores do item 2.5.1, foram mais enfáticas e voltadas para a atual Diretoria.

Esta situação se configura semelhante à citada no item 1.5, quando VIRTON aborda em seu livro e comenta a extensão das relações humanas citando Processos Dissociativos: a Oposição, o Conflito e a Competição. Cabe também nesse debate a lição contida no item 1.5.1 - Significação de Comunitarização, quando Coelho e Ávila explicam a dinâmica ocorrida na “Grande Comunidade Sayonara” de Campo Grande - MS, para falar da fenomenologia do processo de Comunitarização, para qualquer finalidade mobilizatória, podem-se delimitar dois níveis de mobilizações objetivadas: o da Coesão Gregária e Coesão Solidária. Na Comunidade Rural das Três Barras não é diferente, pois no seu início, naquela

época de difícil sobrevivência, da fase de formação do povoado que exigia das pessoas sentimento de união e cooperação na defesa do coletivo, o fato citado pelo Sr. Manoel Joaquim da necessidade do alargamento da estrada nos remete ao já citado Capítulo 1, item 1.5.1, - Comunitarização, quando ávila nos ensina (*ibid*, 2006, p. 117-118): “[...] a gregariedade é impulsiva diante de qualquer ameaça ou até interesse de autopreservação: vários se unem, quando se trata de união voluntária ou instintiva, mas cada um também com o objetivo ou impulso de se preservar, [...]”.

Desta forma, Sr. Manoel conta, no item 2.3.1.1, que a dificuldade da estrada tinha quer ser resolvida, e efetivamente foi resolvida na força coletiva, no braço e na vontade de vencer. Professor Eduardo contou, item 2.3.1.3, que no início as pessoas eram solidárias e até emprestavam dinheiro umas às outras para solucionar problemas de doenças ou acidentes. Hoje, quando já existe sólida infra estrutura no local e a Associação de Produtores funcionando, a atuação da sua atual Diretoria se configura como fenômeno eixo divergente, item 1.5.2, que são ações desagregadoras que inviabilizam o Associativismo na Comunidade e dificultam processos para que a mesma se torne cada vez mais unida ou, ainda, solidária e associativo-cooperativa, tanto interna como externamente.

Por outro lado, ao estudar o comportamento dos produtores rurais das Três Barras, quanto às suas características mais positivas, no sentido da formação de cultura de hábitos associativos, deve-se levar em conta seu nível elevado de escolaridade citado no início do item 2.4, bem como as sugestões captadas no item 2.5.2, quando demonstram a existência entre eles de um sentimento vivo de esperança para adoção do Associativismo, como ferramenta fundamental a alcançar o almejado Desenvolvimento Local Endógeno da comunidade.

3.1.2 Em Termos de Performances Cooperativas

Toda iniciativa para estabelecer as bases do Associativismo em comunidades ou grupo de pessoas que desenvolvam atividades semelhantes deve se iniciar por um trabalho de conscientização, no sentido de preparar o grupo ideologicamente para entender as vantagens da cooperação, pois juntos, unindo suas forças, conhecimentos, capacidades empreendedoras e disposição para o trabalho conseguirão alcançar, através do Cooperativismo, melhor resultado para todos. Assim, é imprescindível para o êxito do movimento cooperativista, a preparação doutrinária dos futuros cooperados. No item 1.8 - Cultura e Hábitos Cooperativos,

Benato (1997) se refere que a “doutrina é para o cooperado o farol que ilumina a rota a seguir”. No caso da comunidade Rural de Três Barras, infelizmente não aconteceu esta etapa fundamental do processo, fato detectado na pesquisa de campo, quando o produtor e Engenheiro Agrônomo, João Duarte citou como uma das causas do insucesso da Associação de Produtores: “Não se fez trabalho de base com os associados para pregar os fundamentos associativistas”. Como lá o movimento “queimou” esta importante etapa, ele começou errado, continua errando e dificilmente encontrará o caminho certo.

No item 1.5.2 - Fenômenos-Eixo de Comunitarização, Descomunitarização e Recomunitarização, Ávila (2006) nos ensina na citação nº 8: “Quando as competições e os atritos/conflitos divergentes se tornam insustentáveis no âmbito de uma performance maior de comunidade convergente, a tendência é a formação de nova colméia comunitária: as abelhas, formigas, etc, também agem assim”. Opinião análoga (já citada anteriormente) que se insere nesse contexto apareceu na pesquisa de campo no final do item 2.5.2 - Sugestões, o produtor e empresário Roberto Oshiro sugeriu a criação de nova Associação de Produtores. Conjecturando a possibilidade, ao recriar esta nova Associação é preciso tomar cuidado para não cometer os erros anteriores.

Todo o processo se inicia pela doutrinação (vide item 1.8 - importância da doutrina) dos membros para conscientizá-los da importância e vantagem coletiva da adoção do Associativismo/Cooperativismo, como modelo de organização social e econômica da comunidade. Uma Associação atuante ao se envolver com projetos que visam produção de alimentos oriundos da atividade agropecuária, terá maior facilidade para atender aspectos legais e de operacionalização, transformando-se em cooperativa. No final do item 1.7 (Quadro 2) está colocado quadro comparativo com as principais características que definem o funcionamento e as diferenças entre Associações e Cooperativas. Importante também adotar o sistema da auto gestão na Cooperativa, que por certo contribuirá para o sucesso do empreendimento. Junqueira em seu livro: Organização do Quadro Social (1993) refere-se à autogestão como objetivo final por ocasião da organização do quadro social de uma Cooperativa. Uma das condições básicas lá citadas é um “programa de capacitação para dirigentes e funcionários”.

A título de exemplo de uma Cooperativa bem planejada desde o seu início e que cumpre ao longo do tempo, com absoluto êxito e competência a sua missão, relatou-se no item 1.8 - Cultura, Hábitos Cooperativos e Relação com DL, a história da COPAGRIL - Cooperativa Agrícola Mista de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, que junto com muitas outras Cooperativas no Brasil, estão aí para demonstrar a viabilidade sócio econômica

do modelo, perfeitamente identificado com os preceitos do Desenvolvimento Local de caráter Endógeno Emancipatório descritos no item 1.1.4, núcleo conceitual do DL, elaborado por o Ávila e seu grupo de estudos.

3.1.3 Em Termos de Performances Empreendedoras

Ao se falar de Empreendedorismo nos dias de hoje é preciso analisar a visão diferenciada que estudiosos do assunto dedicam ao tema desde a realização da Conferência Mundial do Meio Ambiente (ECO 92) realizada no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro em 1992, seguido pelos encontros internacionais sobre o clima (aquecimento global) do Kyoto - Japão (1997) e Copenhagen - Dinamarca (2009).

A partir do citado primeiro encontro, estabeleceu-se em todo mundo nova orientação, exigindo dos empreendedores particulares, empresas e poder público investimentos destinados aos novos projetos, que contemplem aspectos ambientais exigidos por órgãos governamentais de controle do meio ambiente sobre Sustentabilidade - responsabilidade social e ambiental além da viabilidade econômica. Para esta análise, tomou-se por base o conteúdo do item 1.11 - Desenvolvimento Sustentável, onde se destaca como uma das grandes autoridades do tema, Ignacio Sachs (1993), que nos ensina as cinco dimensões da Sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Desde então, os empreendimentos devem ser sustentáveis, as novas normas valem para todos e os futuros empreendedores da Região de Três Barras terão igualmente que cumpri-las. Em síntese, os empreendimentos para serem considerados sustentáveis precisam ser: “viáveis no seu aspecto econômico, socialmente justos e ecologicamente corretos”.

Todas as pessoas que lideram movimentos sociais como diretores de entidades das mais diversas finalidades, religiosas, de lazer, esportivas, associações de bairros e comunidades rurais, são dotados em alguma escala do chamado “espírito empreendedor”, certamente um dos requisitos para alcançar êxito em suas gestões.

Este empreendedorismo comunitário, citado no item 1.9, mostra vários autores, com destaque àquele considerado o “pai da administração moderna”, Drucker (1987), que assim o define:

[...] os empreendedores estão sempre buscando a mudanças, reagem a ela e a exploram como sendo uma oportunidade, nem sempre vista pelos demais. São pessoas que criam algo novo, diferente, mudam ou transformam valores, não restringindo o seu empreendimento a instituições exclusivamente econômicas. São

essencialmente inovadores, com capacidade para conviver com riscos e incertezas envolvidas nas decisões.

Na pesquisa de campo, pela pergunta 16, do questionário respondido pelos produtores associados da Associação de Moradores e Produtores da Região das Três Barras, procurou-se identificar alguns empreendedores reconhecidos por eles pelas suas atuações em seus próprios negócios ou pelo seu envolvimento em causas coletivas da comunidade.

Os resultados estão no item 2.4.15 - foram citados pela ordem da frequencia das escolhas: Prof. Moacir Borges, Prof. José Luiz Gonçalves, Sr. Aurelino de Oliveira, Sr. Athair Ribeiro (falecido em 2009), Sra. Elda Regina Leite Galvão de Ávila e Sr. Pedro Dorival Seron.

É oportuno citar que o Sr. Athair Ribeiro, ex-presidente da Associação na gestão 2007-2008, faleceu em junho de 2009 e foi considerado um excelente gestor com perfil de empreendedor. Exerceu vários cargos na sua vida profissional como bancário, chegando a ser Inspetor Regional do Banco Sudameris. Foi presidente e conselheiro da Associações de Pais e Amigos de Crianças com Necessidades Especiais (APAE) de Campo Grande. Quando, após sua aposentadoria, foi morar em sua chácara localizada nas Três Barras, tornou-se presidente da Associação de Produtores e realizou ótima gestão, pois promoveu a reforma e atualização dos Estatutos da entidade, com sua liderança conseguiu trazer para participar das reuniões os melhores e mais atuantes produtores. Promoveu a integração do grupo através de jantares de confraternização com os associados e suas famílias em datas festivas como dia das Mães e Natal. Enfim, saneou as finanças da entidade deixando a “casa em ordem” e sua lembrança é tão viva que dois produtores fizeram questão de citá-lo como líder e empreendedor comunitário, cuja falta hoje é lamentada por todos. Sua passagem como dirigente máximo da Associação é prova de que com pessoas competentes na direção se consegue chegar aos resultados esperados.

A pergunta 15 do questionário (item 2.4.14) indaga a viabilidade de funcionar uma empresa comunitária (associação ou cooperativa) dos produtores de Três Barras. As respostas não foram inteiramente otimistas: 9 deles (50%) responderam sim (com algumas condições), outros 8 (44,5%) responderam que acham difícil e apenas 1 (5,5%) disse que não acredita. Estes números indicam que a atual Associação está desacreditada pelos produtores associados, que sugerem mudanças de atitudes e de dirigentes.

Lições de empreendedorismo rural tendo como principal alvo a independência econômica do pequeno agricultor e o resgate da sua auto-confiança para desenvolver atividades rentáveis em suas propriedades, dentro dos parâmetros de sustentabilidade já

citados anteriormente, constituem a referência de trabalho incansável do Engenheiro Agrônomo, Polan Lacki, pesquisador e estudioso da causa dos pequenos produtores rurais. Sua trajetória de vida amplamente descrita no item 1.9 o habilita a fazê-lo. Por considerá-lo importante para o objetivo desse trabalho, dedicou-se atenção especial às idéias deste profissional, apresentadas em seu já mencionado livro *Da dependência ao protagonismo* (2003), contendo ensinamentos relevantes aos pequenos proprietários rurais, como no caso das Três Barras. Ele foi redigido com o deliberado propósito de demonstrar a todos os pequenos agricultores que eles podem fazer uma agricultura eficiente e sustentável. A síntese de suas idéias estão no item 1.9. Reproduziu-se aqui parte da principal citação.

[...] Em resumo, está fundamentada em um desenvolvimento mais endógeno que exógeno, ao indicar que o êxito dos projetos de desenvolvimento agrícola e rural depende: Muito mais do profissionalismo dos agricultores que do paternalismo dos seus governos. Muito mais de conhecimentos adequados que de recursos abundantes; os agricultores costumam fracassar nas atividades agrícolas, não necessariamente porque lhes faltem recursos produtivos e sim porque lhes faltam **o saber e o saber fazer** para conseguir que tais recursos gerem mais produção e mais renda. Muito mais da competência e pragmatismo dos extensionistas e dos professores rurais que da eloquência dos políticos. Por todas estas razões, o desenvolvimento rural deve começar de baixo para cima e de dentro para fora; e não de cima pra baixo nem de fora para dentro. Consequentemente as ações governamentais de apoio às famílias rurais, sem lugar a nenhuma dúvida, **deverão começar no banco da escola e não no guichê do banco. Os próprios educadores podem fazê-lo, com ou sem decisões superiores e recursos adicionais** (grifos do autor).

Percebe-se que suas idéias vem ao encontro dos preceitos apreendidos do Desenvolvimento Local Endógeno, porque comunga e prega a independência do pequeno agricultor em relação às grandes empresas multinacionais do agronegócio e do paternalismo excessivo do poder público. Ambos fazem questão de gerar esta dependência, tão prejudicial ao êxito dos negócios na pequena propriedade.

Quando se decidir “trabalhar” a conscientização dos proprietários rurais das Três Barras, no que se refere à doutrinação dos princípios Associativistas/Cooperativistas, deve-se ter o cuidado de incluir, além disso, idéias deste “empreendedorismo sadio”, ardorosamente defendido por Lacki (2003).

3.2 MUDANÇAS EM NOVA CONJUNTURA

No item 1.4 - Identidade Local, baseado nos relatos do geógrafo brasileiro Milton Santos (1996), sintetizaram-se as grandes mudanças ocorridas no mundo, principalmente após

a Segunda Grande Guerra. Estas mudanças vieram a ser sentidas com mais intensidade em nosso país com o evento da abertura do regime político, a partir da segunda metade da década de oitenta no governo do Presidente José Sarney, após o regime militar. A partir daí, o processo de globalização da economia se intensificou e no governo seguinte do Presidente Collor, este se acelerou e a economia brasileira, a partir dos anos noventa, integrou-se ao chamado neoliberalismo globalizante.

Não cabe aqui julgar os prós e contras desta nova situação, mas analisar os reflexos dessa ordem econômica nas comunidades rurais, formadas de pequenas propriedades, como é o caso do território Rural de Três Barras. O modelo escolhido para o desenvolvimento da economia brasileira foi voltado à exportação, melhor dizendo, ao livre comércio mundial. Para controle dos preços internos, mormente os de alimentos, o governo federal através de seus organismos econômicos controla a economia com a finalidade de termos aqui uma situação de equilíbrio entre oferta e procura - uma situação de concorrência perfeita. O excedente produzido é voltado à exportação, alguma possível falta de produto no mercado interno é contornado pela possibilidade de importação.

Ora, este equilíbrio representa também uma relativa padronização internacional de preços dos bens e produtos em geral no mercado, exigindo dos agentes envolvidos a racionalidade econômica necessária para produzir (em escala) a custos baixos, a fim de possibilitar a oferta dos mesmos a preços competitivos. Esta é a regra geral que vigora em todos os setores da economia brasileira. No entanto, para atingir índices cada vez maiores de produtividade foi necessário, por parte dos empresários, grandes investimentos em tecnologias, máquinas e equipamentos modernos. Sem dúvida, o país e seus grandes agentes da economia brasileira deram um grande salto de produtividade. Todavia, nem todos conseguiram acompanhar esta “corrida à racionalidade econômica” dos meios de produção, entre eles, muitos proprietários de pequenas áreas rurais do país, como é o caso da maioria dos produtores do Território Rural de Três Barras.

3.2.1 Mudanças em relação à sustentabilidade

A nova conjuntura econômica ditada pela globalização ocasionou dificuldades às pequenas propriedades do território rural de Três Barras. Exemplificando, o problema: a pesquisa acusou no item 2.4.7 que a atividade agropecuária predominante nas propriedades rurais de Três Barras é a pecuária de leite - 44% dos entrevistados se dedicam a essa

atividade. Percebe-se há muito tempo que os preços pagos ao produtor são insuficientes para remunerá-lo dignamente; muitos desistiram do ramo, outros ficam desestimulados e não investem na atividade com consequente perda de produtividade.

A oferta cai, mas ao invés de os preços subirem, para melhorar a remuneração do produtor, eles reagem até certo ponto, até atingirem o limite dos preços internacionais, quando então o governo interfere para autorizar a importação do produto visando o equilíbrio da oferta/procura e consequentemente do preço, pois o leite é produto da cesta básica. Desta forma, só permanece na atividade produtores muito profissionais, eficientes na produção de leite e preferencialmente integrados através de associações ou cooperativas.

Citou-se o caso do leite, mas os cereais, as carnes, enfim, a maioria dos produtos agropecuários se comporta no mercado de forma semelhante. Esta situação de dificuldade enfrentada pelos proprietários rurais de Três Barras foi citada pelo Professor Eduardo em sua entrevista no item 2.3.1.3, ao dizer que:

[...] hoje, tendo em vista a alta tecnologia de produção que possibilitou grandes aumentos de produtividade fez com que os produtos agrícolas perdessem seu valor no comércio. Os preços são estabelecidos na cadeia produtiva de cima para baixo, ou seja, quando chega a vez do produtor os preços estão tão defasados que muitas vezes não cobrem o custo de produção. Assim, quem tiver menos de 50 hectares não tem condições de progredir economicamente e mal faz para sobreviver.

Deduz-se, então, que existe uma situação clara da falta de sustentabilidade econômica às pequenas propriedades rurais do território de Três Barras, comprovada também pelas respostas obtidas na questão do item 2.4.8, onde somente 2% dos entrevistados revelaram que vivem dos rendimentos da propriedade, enquanto 78% afirmam que têm outras rendas para lhes custear a sobrevivência.

Esta questão, detectada na pesquisa de campo, da falta de sustentabilidade econômica das pequenas propriedades rurais do território de Três Barras, decorre, como já citado anteriormente, das mudanças no campo da economia com o evento da globalização. No entanto, existem outros pontos a analisar envolvendo este assunto. O item 2.4.18 revela que 67% dos produtores entrevistados foram beneficiados por algum projeto ou programa oferecido por instituições públicas ou privadas; esperou-se aqui que todos tivessem sido beneficiados, mas 33% responderam que não.

Ressalva-se que muitos produtores receberam algum benefício pelas ações da UNIDERP, Universidade que mantém Fazenda Escola no território de Três Barras e tem realizado parcerias com produtores da região, com apoio técnico, principalmente com prática de acadêmicos do curso de Medicina Veterinária.

Quanto às falhas ocorridas no decorrer do processo, que comprometeram o desenvolvimento sustentável das propriedades rurais do território de Três Barras, optou-se em dividi-las em dois lados:

1) Lado da comunidade - sabe-se que o território rural de Três Barras foi formado há mais de 60 anos por produtores oriundos de diversas regiões do país (item 2.4.1) se constituindo em um dos mais antigos grupamentos rurais nas cercanias de Campo Grande. No decorrer da pesquisa de campo constatou-se a incapacidade dos produtores rurais de Três Barras de se mobilizar, se associar e cooperar no sentido de realizar os projetos propostos baseados nas potencialidades identificadas pelo pesquisador José Carlos Oliveira no ano de 2002, mormente aqueles que exigiam a ação da Associação dos Produtores. As razões desta frustração, segundo os próprios produtores (item 2.4.13), foram à falta de união dos associados, o desinteresse pelo associativismo, enfim, o fato de que a comunidade rural de Três Barras não soube metabolizar as oportunidades que lhes foram oferecidas.

2) Lado do Investidor - o poder público, através das três esferas que o compõe, sempre esteve presente ao longo da existência do território rural de Três Barras proporcionando a este significativos investimentos desde a sua fundação. Questiona-se aqui os tipos de inversões realizadas, elas foram abundantes em termos de obras estruturais e materiais ao território, mas carentes de políticas públicas que promovessem o “homem” na formação de sua cultura para educação ao associativismo/cooperativismo para possibilitar melhor organização social dos produtores envolvidos. Na verdade não houve preocupação dos órgãos governamentais em preparar e alertar os produtores para os novos desafios previstos trazidos pelo evento da globalização da economia e seus reflexos para as pequenas propriedades rurais. Isso permite inferir, também, que a própria maneira de os poderes públicos investirem nessa comunidade não se pautaram, eles mesmos, pela intencional práxis de investimento e educação cultural da comunidade para o autodesenvolvimento sustentável.

3.2.2 Mudanças em relação à territorialidade/identidade

Como relação às mudanças referente à territorialidade/identidade foram aplicadas e analisadas na pesquisa:

Item 2.4.4 - *Profissão que gostaria de se dedicar?* 55,5% responderam lidar com a terra e 44,5% outra atividade.

Item 2.4.6 - Uso da propriedade? 39% responderam que a usam somente para agropecuária, 55,5% para agropecuária e lazer e 5,5% para lazer e moradia.

Item 2.4.8 - Da onde provem a renda familiar? 78% responderam que vem da propriedade e outras fontes, 11% somente da propriedade e 11% somente de outros rendimentos.

As respostas obtidas dessas três perguntas do questionário merecem uma observação mais atenta. Denotam indícios que remetem à ligação desta realidade com o assunto desenvolvido no referencial teórico, item 1.4 - Identidade Local. Mudanças amplamente relatadas no item anterior deste trabalho resultantes de uma economia globalizada, cujas relações mercantis acontecem no global, mas necessariamente refletem no local, promoveram alterações substanciais no território rural de Três Barras.

Contribuíram também para a efetivação dessas mudanças as obras infra estruturais realizadas pelo Poder Público, como a pavimentação de parte da Rodovia MS-40, a Escola Agrícola de Ensino Fundamental e Médio e o Posto de Saúde. Foram melhorias que propiciaram à população do território de Três Barras uma vida mais confortável, mais próxima dos hábitos da vida urbana, tornando-se assim um espaço rural com características urbanas. Reúne o conforto dos serviços públicos essenciais da vida urbana, com a tranquilidade e a segurança da vida rural, facilitada pela proximidade da cidade de Campo Grande.

Essa “metamorfose”, como cita Santos (1996) em seu livro, foi acontecendo ao longo do tempo. Conforme relatos dos primeiros moradores, Sr. Manoel Joaquim (item 2.3.1.1) e Sr. Aurelino (2.3.1.2), nos primórdios tempos da formação do território rural de Três Barras, a vida era “dura” e a grande maioria voltava seus esforços para a produção agropecuária e obtinha o sustento de sua família com o trabalho na terra, diferentemente de hoje, quando os proprietários optaram em investir nas propriedades buscando intuito preferencial de moradia e lazer. Os números auferidos na pesquisa de campo indicam que hoje os objetivos das propriedades estão mais voltados ao lazer e moradia (61%) do que à produção agropecuária (39%).

Esta nova situação, analisada por estudiosos do tema no item 1.3 “O Rural e o Urbano”, caracteriza uma mudança de identidade dos habitantes do território de Três Barras, agora permeando o rural e o urbano, justificando a denominação de território *rurbano* de Três Barras. Eles não se percebem mais prioritariamente como produtores rurais, mas sim como moradores que, em sua maioria, usam o local para trabalho, mas igualmente para descanso, folga, distração, enfim para o lazer. As relações com a cidade de Campo Grande são cada vez

mais intensas e muitos trabalham lá e moram aqui e vice-versa, lembrando que a identidade se constrói na relação com o outro, portanto numa relação de alteridade.

Dentro desta nova conjuntura, constatada na pesquisa, somente a prática do associativismo para unir as forças com o foco voltado à produção agropecuária não contemplaria a nova realidade da maioria dos proprietários rurais. Percebe-se que até agora não ocorreram iniciativas autênticas de Desenvolvimento Local no Território Rurbano de Três Barras, mesmo com a instalação da Escola Agrícola no local e com as ações até agora empreedidas pela Associação de Moradores e Produtores; pode-se inferir como consequência, que no máximo, lá tenha acontecido um relativo Desenvolvimento “no local”, que pelos conflitos existentes tendem a uma desestruturação, caso não ocorram mudanças de atitudes. Portanto, necessário se faz traçar novos rumos levando em conta este novo cenário econômico que acarretou mudanças na territorialidade e identidade dos habitantes do agora território *rurbano* de Três Barras, para uma vez adequados os novos caminhos, com outros objetivos a serem traçados pelos agentes envolvidos, possa se conseguir a “comunitarização” das pessoas através da prática do associativismo.

CONCLUSÃO

O resultado ideal para uma pesquisa de campo poder-se-ia conseguir (usando uma utopia imaginária), caso fosse possível o pesquisador se colocar em um ponto bem elevado, no meio da comunidade pesquisada, para ter condições de ver e ouvir todo o sistema de agentes deste território, que entram no jogo de relações e constituem o conteúdo social do seu cotidiano vivido. Além dessa condição, esse suposto observador não deveria ser notado por ninguém para que os comportamentos se mantivessem naturais e o quadro observado permanecesse absolutamente fidedigno com a realidade vivida. Este seria o cenário perfeito a observar, para só depois se fazerem as entrevistas com os agentes envolvidos.

Pretende-se com isso, por mais utópica que essa hipótese possa parecer, insinuar que a imersão vivida por este pesquisador, como participante por longo tempo da comunidade em foco, se assemelhe pelo menos em parte com a situação acima e os resultados conseguidos na pesquisa de campo, relacionadas ao objetivo, espelham a realidade vivida pela Comunidade Rural de Três Barras. Desta forma, ouvidos 18 produtores, entre eles os mais atuantes, em amostra significativa do universo de 50, dentro da conjuntura atual vivida pela Comunidade, depreenderam-se algumas lógicas vindas das ponderações dos associados da Associação de Moradores e Produtores, ao abordar o tema do Associativismo.

Os resultados apurados, após detida análise das respostas do questionário aplicado na pesquisa de campo, bem como das entrevistas realizadas com alguns proprietários rurais, sugerem três aspectos a serem destacados nesta conclusão:

a) O primeiro aspecto a ser destacado é em termos de de dificuldades de *comunitarização*

Vários produtores manifestaram esta preocupação: “[...] se persistir a atual situação da Associação, sem que haja alterações profundas nas atitudes dos seus futuros dirigentes, ela está fadada a gradativa indiferença dos associados até sua completa extinção”, com prejuízo total para a pouca presença de relações associativistas vigentes.

Detectou-se na pesquisa de campo, tanto nas respostas das questões do questionário como em diálogos paralelos, vários fatores divergentes, que segundo Ávila (2008): “[...] fenômenos desaglutinadores que obstaculam a criação de condições ou dificultam processos de potenciação no sentido de que a Comunidade se torne cada vez mais espontaneamente unida [...]”. Tais fatores divergentes de difícil solução, alguns se tornaram crônicos ao longo do tempo e promoveram a descomunitarização (ausência de mobilização, associação e cooperação) desta Comunidade.

Então, ouvindo opiniões de diversos produtores associados, sugeriu-se a criação de outra Associação, reunindo somente produtores rurais. Esta iniciativa fortaleceria a categoria e daria grande perspectiva a implantação de um associativismo sólido e duradouro para viabilizar um empreendimento de cunho associativo-cooperativo para fomentar a produção, agregar valor e comercializar no mercado consumidor de Campo Grande os produtos da Comunidade, a preços compensadores. Além disso, ajudaria os moradores do povoado das Três Barras, porque geraria movimento, emprêgo e oportunidades para todos.

Para o sucesso da missão associativista, lembrar em primeira mão da necessidade de promover programa de doutrinação e capacitação para associados e dirigentes, incluindo nesta jornada o atual Diretor da Escola Agrícola, que demonstrou ceticismo quanto a sua adoção. Tal ação recomendada por Benato (1997) quando afirma: [...] “A doutrina é para o cooperado o farol que ilumina a rota a seguir”.

Quanto à Escola Agrícola, constatou-se o não envolvimento desta com problemas em seu entorno, ou seja, a comunidade rural de Três Barras. Absolutamente necessário que a direção implemente projetos para fazer com que os alunos (principalmente de nível médio) interajam com a comunidade e seus problemas ligados à atividade agropecuária, cenário este, que terão como palco para treinamento das suas futuras atividades profissionais. Constatou-se que os alunos da Escola Agrícola, apesar do bom nível de aprendizado, não conseguem após formados oportunidade de emprego para permanecerem na Comunidade e são forçados a deixá-la. Nesse aspecto, não está sendo aproveitado um dos melhores retornos que a Escola deveria proporcionar à Comunidade e todos esperam, com o passar do tempo, melhor retorno econômico-finaceiro das propriedades para que estas possam contratar os novos técnicos e gerar aumentos de produtividade. Com efeito, ouvidas sugestões nesse sentido, a Associação de Produtores deve aproximar mais as suas ações com a Escola, promovendo projetos conjuntos e visando maior integração entre as duas entidades. O resultado desta parceria seria promissor para todos os envolvidos, pois o Diretor da Escola é pessoa bem relacionada na

Comunidade e o seu envolvimento junto aos trabalhos da Associação atrairia novos associados e simpatizantes da causa.

Para vários associados entrevistados, o sucesso do movimento associativista depende de “projetos comuns que empolguem a comunidade”. Interessante a proposta do Prof. José Luiz Gonçalves (UFMS), piscicultor e proprietário em Três Barras: “Efetuar estudo das potencialidades da região das Três Barras para escolher atividade econômica mais viável e aglutinar os produtores, motivando-os a participar.” Elencadas as potencialidades e selecionado o projeto (ou projetos) pelos próprios produtores envolvidos, acredita-se que estes conseguirão sucesso, visando melhor qualidade de vida para todos.

b) O segundo aspecto a ser destacado nessa conclusão é em termos de performances de sustentabilidade e identidade

Trata-se de aspecto concernente às dificuldades de os proprietários rurais criarem condições de auto-sustentabilidade econômica de suas propriedades. Isso os impele a se dedicarem a outras atividades, além da agropecuária, para conseguirem renda tanto para a manutenção da terra quanto para o sustento das suas famílias.

Tal situação, somada às mudanças promovidas pelo processo de globalização da economia, geraram alterações na territorialidade e, por consequência, na identidade da população rural de Três Barras, tornado-a “rurbana”, ou seja, que mescla rural e urbano, num mesmo processo de territorialização.

Essa nova identidade deve ser cada vez mais bem construída, valorizando as diferenças detectadas, descobrindo e realçando o potencial comum que possa levar as diversas individualidades a se unirem em torno de bons projetos apoiados no grande potencial lá existente. Pois, esse potencial existe e está lá dentro do território rural de Três Barras.

Com base nos princípios do Desenvolvimento Local, é necessário que a própria comunidade identifique suas potencialidades comuns e se convença de que pode transformá-las em processo pelo qual todos se beneficiem, abrindo mão de muitas verdades assumidas e despindo-se do medo de realizar coisas novas.

Nesse processo, até desacertos se tornam importantes, se também por eles a comunidade aprender a evoluir construtivamente sua identidade, no sentido de se tornar capaz de gerar e canalizar bem estar, renda, solidariedade e outros valores positivos. Um processo como esse proporcionaria conhecimentos teóricos e aplicados de capital importância tanto

para a comunidade de Três Barras, na condição de implicada direta, quanto para várias outras territorialidades com semelhantes caracaterísticas *rurbanas* da cidade de Campo Grande.

c) O terceiro, e último aspecto a ser considerado é em termos pessoais

No que respeita à conclusão pessoal deste pesquisador, enfatiza-se que se sente satisfeito, ao término desta investigação, principalmente pela oportunidade que a mesma lhe proporcionou de aprofundar o presente estudo, que muito lhe interessa e até o encanta, sobre a *comunitarização* da Comunidade Rurbana de Três Barras.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Vicente Fideles de *et al.* *Formação educacional em desenvolvimento local*: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: 2.ed. Campo Grande-MS: UCDB, 2001

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Cultura de Sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*. Campo Grande-MS: Edições UVA, 2006.

ÁVILA, Vicente Fideles de. Paciência, capitalismo, socialismo e desenvolvimento local endógeno. Campo Grande. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 9, n. 1, p. 85-98, jan/jun. 2008.

BARBOSA, Antonio Carlos. *Moderno Dicionário Brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Editora Egéria, 1979. 4 vol..

BARQUERO, Antonio Vázquez *Desenvolvimento local*: uma estratégia para o novo milênio. Artigo acadêmico. Madrid, 1999. 5p.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização* - as consequências Humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BENATO, João Vitorino Azolin. *O ABC do cooperativismo*. 4.ed. São Paulo: OCESP, Dinâmica Gráfica e Editora Ltda., 1997,

BOISIER, Sergio. *Desarrollo (Local)*: De Qué Estamos Hablando? Documento comisionado por La Cámara de Comercio de Manizales, Colômbia. Santiago. 1999, 24 p.

BONNEMAISON, Joel. *Viagem em torno do território*. Geografia Cultural (3). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002, p. 84-131.

BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo. UNESP, 1991.

BORGES, César; CORTEZ, Fátima; PONTES, Rachel. *Desenvolvimento*: formas e processos. Fortaleza. Fundação Konrad Adenauer, 2006, p. 185-200.

BUARQUE, Aurélio. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

CANTERLE, Nilda Maria G. *A prática associativa e seus atores no processo de desenvolvimento*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, p. 1-7, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/canales3/eco/pratiass.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

CARDENAL, Fernando. *La Renovación Necesaria: Desarrollo Humano*. Manágua. Universidad Centroamericana - UCA. N 153, 1994.

CASTILHO, Maria Augusta de. *Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 135 p.

CIELO, Ivanete Daga. *Formação empreendedora*. SEGeT - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. UNIOESTE - Campus de Toledo: 2008.

COELHO, Ione de Souza; ÁVILA, Vicente Fideles de. Performances comunitárias e vieses teóricos sobre potencialidades de participação no Jardim Sayonara. *Interações - Revista Acadêmica Inernacional de Desenvolvimento Local*, v. 10, n. 1, p. 97-117, jan/jun. 2009.

COPAGRIL - *Cooperativa Agrícola Mista de Marechal Cândido Rondon – PR*. Disponível em: Disponível em: <<http://www.copagril.com.br>>. Acesso em: 5 mai. 2010.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1994.

ELIZALDE, Antonio. Desarrollo a Escala Humana: conceptos y experiencias. Campo Grande. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v.1, n.1, p. 51-62, Set. 2000.

ELIZALDE, Antonio. Desde el “Desarrollo Sustentable” hacia Sociedades Sustentables. Santiago. *Polis - Revista Acadêmica Universidad Bolivariana*, v.1, n 4, 2003, 23 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 1.836 p.

FIDELES, Solange Silva dos Santos. *Conceito de assistência e assistencialismo*. Publicação do 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. UNIOESTE - Campus de Toledo - PR., p. 1-5, 2004.

FRANCO, Augusto de.. *Responsabilidade Social* - entrevista. Brasília, p. 1-4, Junho/2003. Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/article>>. Acesso em: 5 mai. 2009.

FREITAS, César Gomes de. Desenvolvimento local e sentimento de pertença na Comunidade de Cruzeiro do Sul. 104 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008..

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

HOUSE, Floyd Nelson. *Anotações Sobre a Recepção de Gemeinschaft und Gesellschaft (Tönnies)*. New York. 1936, p. 1-4.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativa População*. Julho 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia>>. Acesso em: 11 mai. 2009.

JUNQUEIRA, José Barroso. *Organização do quadro social*. Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo - OCESP. São Paulo: Gestão 1990/1993. 105 p.

KITAMURA, Paulo Choji. *Agricultura sustentável no Brasil*: avanços e perspectivas. Santa Maria: Ciência & Ambiente, 2003.

LACKI, Polan. *Da dependência ao protagonismo do agricultor*. Desenvolvimento Agropecuário. 2003. Disponível em: <<http://www.polanlacki.com.br/artigos>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Ordem Local Como Força Interna do Desenvolvimento. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 13-20, 2000.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Sistema territorial e territorialidade de sistemas e arranjos produtivos locais*. Campo Grande. Texto produzido como apoio ao curso de Políticas para Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Regional (inédito). 2008, 21 p.

LEFEBVRE, Henri. *A Cidade do capital*. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. DP & A Editora. Rio de Janeiro. 1999, 180 p.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Antologia preparada por Mario Gaviria. Lito-Fisan, Jeume Piquet 7, Barcelona. 1971, 268 p.

MARTÍN, José Carpio. *Desarrollo Local em los Espacios Rurales*. Santiago. Polis - Revista Académica. Universidad Bolivariana. Vol. 1, n 2, 2001, 13 p.

MARTINELLI, Dante P. JOYAL, André. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. São Paulo: Manole, 2004.

MARTINS, Sergio Ricardo Oliveira. *Desenvolvimento local - questões conceituais e metodológicas*. *Interações*, vol. 3, n 5, p. 51-59, set. 2002.

MASLOW, Abraham Harold. *Motivation and Personality* (Maslow Theory). New York: Harper, 1954.

MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martin. Desenvolvimento da escala humana. *Revista Development Dialogue* - Fundación Dag Hammarskjold, 1986.

OLIVEIRA, Carlos José de. *Alternativas para o desenvolvimento rural de Três Barras, no município de Campo Grande*. 2002. 69 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, 2002.

PECQUEUR, Bernard. *O desenvolvimento local para uma economia dos territórios*. 2000.

PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1977, 335 p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia no poder*. São Paulo. Ática, 1993, 269 p.

SACHS, Ignácio. *Estratégias de transição para o século XXI para pensar o desenvolvimento sustentável*, 1993. Disponível em: <<http://www.sadia.com.br/empresa>>. Acesso em: mai. 2010.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996, 124 p.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo. Editora da USP, 2002, 285 p.

SELLHOOD, Human. *Practice and paradox: Desconstructing Neutrality in Mediation*. New York, Springer-Verlag, 1982.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002, 335 p.

SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981, 210 p.

SILVA, Maria Tereza Ramos da; ARNS, Paulo César. *Alguns sonhos e reflexões num pensamento imperfeito sobre o desenvolvimento comunitário*. Projeto BNDES/PNDU. Rio de Janeiro, 2001, p. 4.

TÖNNIES, Ferdinand Julius. *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Kiel - Deutschland: 1887.

TUAN, Yu-Fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VIRTON, Paul. *Os Dinamismos sociais* - iniciação à sociologia. Trad. Manuel do Carmo Ferreira e M. do Carmo Esteves. Lisboa: Herder, 1968

ANEXOS

ANEXO A
Mapa/foto - Campo Grande - MS – 2010



Figura 2 - Mapa/foto - Território de Três Barras - Destaque Escola Agrícola

ANEXO B
Mapa/Foto - Campo Grande – 2010



Figura 3 - Mapa/foto Território Três Barras - destaque demarcação MS-40

ANEXO C

QUADRO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS PEQUENAS PROPRIEDADES DA
REGIÃO DE TRÊS BARRAS

ATIVIDADE	Nº DE PRODUTOS	PORCENTAGEM
Produção de Leite	12	24%
Bovinos para Corte	9	18%
Agroindústria (queijo, rapadura, doces)	7	14%
Piscicultura	4	8%
Avicultura	3	6%
Ovinocultura	3	6%
Locação para Lazer	2	4%
Olericultura (Verduras)	6	12%
Apicultura	1	2%
Reflorestamento	3	6%
TOTAL	50	100%

Quadro 2 - Propriedades e suas atividades

Fonte: Associação dos Moradores e Produtores da Região das Três Barras (2010)